UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MARISTELA GOMES DE OLIVEIRA

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E A EDUCAÇÃO NA BAHIA

Um Estudo Sobre o Centro Operário da Bahia – 1894 a 1920

SALVADOR
2011

MARISTELA GOMES DE OLIVEIRA

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E A EDUCAÇÃO NA BAHIA
Um Estudo Sobre o Centro Operário da Bahia – 1894 a 1920

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Educação.

Orientador(a): Profa. Dra. Jaci Ferraz de Menezes.

SALVADOR

2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

"O Movimento dos Trabalhadores e a Educação na Bahia: Um Estudo sobre o Centro Operatório da Bahia – 1894 a 1920"

MARISTELA GOMES DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 27 de outubro de 2011, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Profa. Dra. Jaci Maria Ferraz de Menezes
Universidade do Estado da Bahia – Uneb
Doutorado em Doctorado En Ciencias de La Educación
Universidade Católica de Córdoba

Prof. Dr. José Augusto Ramos da Luz
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Doutorado em História Social
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Profa. Dra. Leliana Santos de Sousa
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Ciências da Educação
Universite de Paris VIII, França

Prof. Dr. Gilmário Moreira Brito
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Aos meus pais,

Humberto e Altamira (in memória)

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Babulusema, ao meu pai Zazi, sem as suas forças e energias espirituais, seria difícil ultrapassar as muitas dificuldades que enfrentei na minha vida e durante o mestrado e a construção dessa dissertação.

As professoras Jaci Menezes, orientadora desse trabalho pela sua forma de ser e com que aprendi muito sobre a História da Educação e Elisabeth da Conceição por ter me acolhido durante o Tirocínio Docente, com tanto carinho.

A professora Leliana Sousa e ao prof.Gilmário Brito pelo incentivo que sempre me deram.

Ao professor José Augusto Luz, pelas criticas ao trabalho as quais procurei absorver;

Ao Prof.Aldrin Castellucci que não conheço pessoalmente, mas com quem troquei uns poucos email, pelo seus estudos sobre o Centro Operário da Bahia que muito ajudaram na construção dessa dissertação;

A Dandara e Laniyan, minhas filhas, obrigada por serem o que são, cidadãs dignas.

A minha irmã, meus sobrinhos e meu companheiro que ficaram na torcida.

As minhas amigas Ana Velame, Dulce Burgos e Lúcia Madureira, companheiras de sempre.

A Magno, Lílian e Cida, amig@s conquistados no mestrado, com os quais dividi alegrias, risos, preocupações e angustias.

A Hildete, por seu interesse em pesquisar e me enviar artigos relacionados a educação na Primeira República.

RESUMO

Este estudo tem como especificidade identificar e analisar as ações educativas do Centro Operário da Bahia, as suas modalidades e características de educação formal e não formal, procurando conhecer o interesse da classe trabalhadora pela educação ministrada na organização e como recorte temporal toma o período de 1889 a 1920. A abolição da escravatura e logo em seguida, a Proclamação da República foram eventos que trouxeram mudanças no contexto político, econômico e social do país, os trabalhadores na Bahia, com experiência organizativa em associações de ajuda mútua, caixas beneficentes e de proteção ao trabalho, consoante com o movimento operário no Brasil, buscaram aprofundar as suas formas de luta, criando partidos políticos, ligas, centros operários e sindicatos que aglutinaram as classes operárias em prol de melhores condições de vida e acesso a educação. Metodologicamente, esta dissertação toma como referência a história social do movimento dos trabalhadores e procura refletir sobre o contexto da época e as relações sociais então estabelecidas. Embora reconhecendo as limitações, aponta para o protagonismo de sujeitos que vivenciaram o período escravocrata e assumiram a liderança de organizações que promoveram ações em prol da educação das classes artísticas e operárias. Como procedimento metodológico utiliza a pesquisa documental, privilegiando os dados primários, embora a bibliografia sobre a temática tenha sida utilizada para fundamentar teoricamente a pesquisa de campo.

Palavras-Chave: Movimento dos Trabalhadores. Educação. Centro Operário.

RESÚMEN

Este estudio tiene como especificidad identificar y analisar lãs acciones educativas del Centro Operário da Bahia, sus modalidades y características de educación formal y no-formal, buscando conocer el interes de la clase trabajadora por la educación producida/practicada en dicha organización y como recorte temporal toma el período de 1889 a 1920. La abolición de la esclavitud, y luego em seguida la proclamación de la república fueran eventos que han traído cambios em el contexto político, econômico y social del país, los trabajadores em Bahia, con experiencia organizativa en asociaciones de ayuda mutua, cajas caritativo y de protección al trabajo, consonante con el movimiento obrero en Brasil buscaron profundizar sus formas de lucha, creando partidos políticos, ligas, centros obreros y sindicatos reunido las clases obreras hacia mejores condiciones de vida y acceso a la educación. Metodológicamente, esta disertación toma como referencia la historia social Del movimiento de los trabajadores y busca reflexionar acerca del contexto de la época y las relaciones sociales ahí establecidas. Aunque reconociendo las limitaciones, apunta para el protagonismo de sujetos que vivieron el período de la esclavitud y asumieron el liderazgo de organizaciones que promovieron acciones para la educación de las clases artísticas y obreras. Como procedimiento metodológico utiliza la investigación documental, privilegiando los datos primários, aunque la bibliografía sobre la temática haya sido utilizada para fundamentar teóricamente la investigación de campo.

Palabras Clave: Movimiento de los Trabajadores. Educación. Centro Obrero.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Relatório do Centro Operário, período de 06 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903 56

Figura 2 Domingos Silva,Fundador do Centro Operário…… 72

Figura 3 – Manuel Querino, Fundador da Liga Operária Bahiana 74

Figura 4 – Solar do Ferrão – Sede do Centro Operário 84

Figura 5 – Ismael Ribeiro dos Santos, 1908 98

Figura 6 – Homenagem do Centro Operário da Bahia a Ismael Ribeiro da Silva. 99

Figura 7 – Relatório da Associação Cooperativa Centro Operário 101

Figura 8 – Petição encaminhada ao Intendente da Capital..... 112

Figura 9 – Informações sobre a Instrução Primária das Escolas do Centro Operário 113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – INSTRUÇÃO (MATRÍCULA) PRIMARIA, ESTADOS SELECIONADOS DO BRASIL DIVERSOS ANOS 41

Tabela 2 – MATRÍCULAS EM ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO – PERÍODO 1895 A 1899 85

Tabela 3 – MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO – 1902 ... 88

Tabela 4 – MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO – 1903 ... 90

Tabela 5 – REGISTRO DAS MATRÍCULAS ANO DE 1910 95

Tabela 6 – MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO – 1912 ... 103

Tabela 7 – MATRIÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÀRIO – 1915 .. 107

Tabela 8 – MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO – 1916 ... 108

Tabela 9 – MATRICULAS DA ESCOLA DO CENTRO OPERÁRIO – 1917 109

Tabela 10 – MATRÍCULAS DAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO – 1918 . 114

Tabela 11 – MATRÍCULAS DAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO – 1920 . 118

Tabela 12 – MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO AULAS NOCTURNA 119

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	11
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
2	**A REPÚBLICA NA BAHIA E A EDUCAÇÃO**	23
2.1	A REPÚBLICA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES	28
2.2	ESTRUTURA SOCIAL EM SALVADOR: QUEM ERAM OS TRABALHADORES?	32
2.3	A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO NA REPÚBLICA NASCENTE	36
2.4	EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA: A CONQUISTA DO DIREITO A EDUCAÇÃO	39
2.5	A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO	46
3	**O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES PELA EDUCAÇÃO**	49
3.1	OS LIBERTÁRIOS E A EDUCAÇÃO	
4	**A EDUCAÇÃO NO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA**	69
4.1	O CENTRO OPERÁRIO: ENTRELAÇANDO A AÇÃO EDUCATIVA COM O MOVIMENTO POLÍTICO EM DEFESA DO TRABALHO	85
4.2	A CRIAÇÃO DA ESCOLA PARA O SEXO FEMININO	91
4.3	O ENSINO TÉCNICO – PROFISSIONAL	93

4.4 O PERÍODO DE 1915 A 1920 - NOVOS NOMES NA DIREÇÃO DO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA 104

4.5 A SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA NO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA 107 105

4.6 AS AULAS DE MÚSICA 116

5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 122

FONTES E REFERÊNCIAS 127

FONTES 129

REFERÊNCIA 130

ANEXOS 137

ANEXO A 138

ANEXO B 139

ANEXO C 140

ANEXO D 141

ANEXO E 142

ANEXO F 143

ANEXO G 144

ANEXO H 145

ANEXO I 146

ANEXO J 147

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação estuda o Movimento dos Trabalhadores e a Educação na Bahia, tem como objetivo identificar e analisar as ações educativas do Centro Operário da Bahia, as suas modalidades e características de educação formal e não formal, buscando conhecer o interesse da classe trabalhadora do Estado da Bahia, pela educação ofertada e como recorte temporal toma o período de 1889 a 1920.

A abolição da escravidão e o advento da República no Brasil geraram expectativas, principalmente nas camadas populares, pela possibilidade da constituição de uma sociedade baseada nos princípios da igualdade entre todos os segmentos sociais, nos quais a melhoria nas condições de vida e a facilidade para o acesso a educação formal fossem enfim conquistadas. Entretanto, as expectativas criadas por setores das classes populares na prática não se efetivaram. O período ficou marcado em especial pelo choque entre as diferentes concepções e sentidos dados a República pelos seus adeptos e por aqueles grupos dirigentes que assumiram o país, formando um Republica para as oligarquias.

Logo após o período escravocrata e o início da República, as classes populares em todo país buscaram ampliar as suas formas de organização e a defesa de direitos, no sentido de conquistar a cidadania. Na Bahia, além das já criadas associações de ajuda mútua e irmandades, surgiram outras, inclusive partidos políticos que possibilitavam aos trabalhadores ex-escravos o acesso a bens e serviços (em vida e pós-morte) para seus filiados e descendentes. Neste contexto, em decorrência das transformações ocorridas, relacionadas principalmente, ao novo modo de inserção dos trabalhadores nas atividades produtivas, surge em Salvador o Partido Operário da Bahia em 1890 aglutinando trabalhadores dos mais diversos ofícios, em nome do ideário socialista.

Após divergências internas, (como exposto adiante) esse partido passa por um processo de divisão em duas principais facções, possibilitando o surgimento da União Operária Bahiana. Posteriormente, as duas facções rivais se reorganizam em 1894, fundando o Centro Operário da Bahia, associação que reunia nos seus quadros operários, artistas e artífices ex-escravos, libertos e seus descendentes,

com o objetivo de oferecer curso primário, secundário e técnico profissionalizante, além de artes e ofícios.

O Centro Operário da Bahia constituiu-se em uma organização cuja força política junto à classe operária e as elites dominantes, possibilitou a realização de empreendimentos na área da educação formal e não formal, contribuindo para a história da educação da classe operária na Bahia. Este é um aspecto da sua atuação que não foi estudado com o mesmo interesse dirigido a sua vertente política - partidária e as alianças que seus dirigentes estabeleceram com os partidos políticos existentes no Estado da Bahia. Mais do que isto, a ação educativa se constitui em estratégia da instituição.

A opção política adotada, voltada para a educação dos operários, artistas e artífices - os pedreiros, pintores, marceneiros, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, mestres de obra que constituíam a base da organização - foi um caminho escolhido para a luta, pela emancipação dos trabalhadores, visto que naquela época eram considerados cidadãos ativos, apenas, os que sabiam ler e escrever, que podiam votar e ser votado para cargos eletivos assim, interferir na vida política do país.

O interesse em estudar o Movimento dos Trabalhadores e a Educação na Bahia, está relacionado a minha trajetória pessoal e profissional de atuação junto aos movimentos sociais urbano e rural, que buscam organizar trabalhadores (as) na perspectiva de defesa dos seus direitos sociais, a partir de processos educativos. Este público é constituído de homens, mulheres e jovens adolescentes negros (as), pertencentes às camadas populares que, através de associações comunitárias, associações de trabalho, sindicatos, cooperativas e grupos informais observando-se as especificidades, buscam inserir-se nos espaços públicos enquanto cidadãos de modo qualificado, pelo acesso a conhecimentos que possam contribuir na melhoria da sua qualidade de vida. Esses grupos identificam nos processos educacionais, formal e não formal a possibilidade de serem sujeitos da própria história.

As organizações sociais dos trabalhadores (as) utilizam-se até hoje, de várias estratégias para atingir seus objetivos. Buscam parcerias e apoios institucionais nas esferas municipal, estadual e federal que assegurem a realização de cursos e capacitações voltadas para a qualificação profissional, o associativismo, planejamento e gestão das entidades, cursos com enfoques relacionados à

formação de lideranças, participação e cidadania, relações interpessoais nas quais, como contrapartida, os dirigentes das entidades mobilizam o seu quadro de associados e se responsabilizam em assegurar a infra-estrutura necessária para a realização dos eventos educativos, de modo a contribuir para a formação de dirigentes propositivos e com atuação mais qualificada no âmbito das instâncias de representação política da sociedade civil, como os conselhos gestores de políticas públicas e partidos políticos. Em algumas situações, as parcerias estabelecidas acabaram na falta de autonomia das organizações, que ficam atreladas às agências financiadoras que, de modo indireto ou direto, intervém nas administrações e, contraditoriamente ao discurso, ao invés de contribuir para a autonomia, reforçam o grau de dependência.

Dentre as organizações surgidas em Salvador, no final do século XIX, a escolha para esse estudo foi o Centro Operário da Bahia por ter sido uma entidade criada por trabalhadores considerados como “a elite”, dentre as outras categorias profissionais na nascente transformação do mundo do trabalho e por terem a iniciativa de criar escolas para os seus associados e descendentes. O COBA, durante a sua existência, desenvolveu atividades de mobilização e organização dos trabalhadores para participação no cenário político do Estado da Bahia e da cidade de Salvador, implantou e administrou a partir do ano de 1894, escolas noturna e diurna, a princípio para atender aos trabalhadores do sexo masculino, adultos e crianças, posteriormente, a escola para o sexo feminino com séries iniciais, e em seguida, o ensino técnico-profissionalizante, ensino secundário, aulas de música, biblioteca e a edição do jornal a Voz do Operário como órgão oficial da organização.

A criação e a existência do Centro Operário da Bahia foram marcadas pela política de apoio e alianças dos seus dirigentes a grupos político partidários do Estado na disputa pelo poder, que resulta em divergências e conflitos internos no Centro que não raro causavam rupturas entre os seus associados.

Entretanto, ao tempo em que se alinhavam com representantes dos grupos hegemônicos, também atuavam no sentido de intervir nos problemas sociais, decorrentes do desemprego, da carestia dos alimentos e do alto índice de analfabetismo.

A partir do 4º Congresso Operário ocorrido no ano de 1912, na capital da República, O Centro Operário transforma-se em uma Associação Cooperativa, passando a propor novas alternativas para atendimento dos seus associados, como: os serviços de crédito, consumo e habitacional, se aproximando de uma proposta de atuação política compatível com o modelo de cooperação com o governo.

Esta característica múltipla da organização, desenvolvendo atividades relacionadas à educação formal e não formal, nos impulsiona a identificar e analisar a atuação do Centro Operário da Bahia como uma organização classista que, no pós abolição da escravatura e o advento da República trouxe contribuição histórica para a categoria dos trabalhadores e para a educação no Estado, notadamente na cidade de Salvador. Assume também, em épocas de grandes dificuldades para a sobrevivência, a função de contribuir para a emancipação política do segmento ao liderar greves, manifestações de rua, lutas contra a carestia, dentre outras formas de expressões.

Como foi dito, aglutinando um número considerável de associados, principalmente formado de artistas e operários, para lutar por igualdades sociais, o COBA identificava na educação formal a possibilidade de emancipação política dos seus filiados e descendentes. Isto porque, com a República o novo ordenamento social, político, jurídico e institucional não foi suficiente para possibilitar de fato, a igualdade entre os diversos segmentos que compunham a sociedade da época, principalmente, os operários, em sua maioria negro (a), que tinham vivenciado ou convivido com a escravidão.

A organização teve uma profunda inserção entre os operários, se constituindo em uma entidade de referência nacional nos primeiros momentos de organização da classe operária, na cidade de Salvador e, também no Estado da Bahia. Importante destacar que o grupo dirigente do COBA e a base da entidade eram majoritariamente formados por trabalhadores negros, mulatos e mestiços que faziam parte também de outros grupos associativos, principalmente as organizações de auxílio mútuo e as irmandades religiosas, o que demonstra uma característica societária e a necessidade sentida por esses sujeitos, em transitarem por vários espaços de convivência entre iguais.

O movimento que levou a criação do Centro Operário da Bahia, na sua origem, manteve articulação com o Partido Operário do Rio de Janeiro, de tendência socialista, como veremos nos capítulos subsequentes tendo participado de congressos operários cujas resoluções, sempre contemplavam a redução da jornada de trabalho para as mulheres e crianças, melhor condições de salários e de vida para as classes trabalhadoras e o incentivo a criação de escolas regulares, diurnas e noturnas para os operários e seus filhos.

A preocupação em dotar os operários da instrução, é assim, uma meta da entidade que anuncia logo no seu Capítulo II – *Da Sociedade Centro Operário e seus fins*, artigo nº1 do Estatuto de sua Constituição (1894), o seguinte:

> A sede do Centro Operário será na Capital deste Estado onde se adquirão terrenos sufficientes para construir – se um prédio que tenha proporções para as reuniões do Centro e construcção das officinas e aulas que o mesmo tem por fim fundar.

O artigo nº 2 especifica que o Centro ofertará os cursos primários, secundários, accessório e technico, o modo de funcionamento e o conteúdo programático. Os capítulos subsequentes estabelecem outras atribuições, como a criação de uma biblioteca, do jornal *A Voz do Operário*, construção de casas para os associados, auxílio e pensão para as viúvas, assistência funeral, dentre outros benefícios.

Por esses artigos do Estatuto Social do Centro Operário, fica evidenciada a sua característica de organização que iria, durante a sua existência, buscar ofertar aos seus associados, serviços educacionais, sociais e assistenciais, justamente na perspectiva de suprir as necessidades decorrentes do momento e que hoje, podemos situá-las no âmbito das políticas públicas sociais.

Esta preocupação com a educação se mantém em todo o período estudado: a bandeira da educação como elemento que transformaria as relações sociais então vigentes é assumida por esses trabalhadores e no 4º Congresso Operário realizado em 1912, Ismael Ribeiro da Silva, ex-dirigente do Centro Operário, no evento, representando o Lyceu de Artes e Ofícios faz o seguinte pronunciamento:

> O fim da escravidão e o advento da República e as suas contradições entre as leis liberais que preconiza a liberdade, mas aprisiona o operário nas

> fábricas, impedindo de acesso à instrução, pelas longas jornadas de trabalho, fere a dignidade do trabalho livre, do trabalho espontâneo livre, dando impulso à atividade física e intelectual e não a labutação de animal de carga, a que absorve toda a força viva e atrofia forçadamente o corpo, o coração e o espírito (SILVA, 1912, p.94).

Mais adiante no mesmo discurso, diz:

> [...] A República decretou a igualdade, que se transformou em verdadeiras desigualdades. Por um lado existe riqueza, do outro, a sórdida miséria. A burguesia cria paliativos como a assistência, hospitais, asilos, oficinas nacionais A República emancipa homens, mas mantém os grilhões nos pés (SILVA, 1912, p. 94).

Se, como disse Ismael, a educação poderia tirar os grilhões dos pés dos trabalhadores, ao reconstruir a trajetória do Centro Operário da Bahia, constatamos que as suas lideranças constituídas por trabalhadores mesmo depois dos anos iniciais da República, quando não mais tinham “prestígio” junto aos grupos governantes hegemônicos, perseguiram o propósito de promover uma educação para a classe trabalhadora que possibilitasse a sua formação como cidadão.

O recorte temporal de 1894 a 1920 contempla a data da criação do Centro Operário e o período aonde mudanças significativas ocorreram no país e na Bahia, que alteraram as relações estabelecidas nos primeiros anos da República, quer sejam, nos aspectos políticos, econômicos, sociais, educacionais e trabalhistas.

A partir do ano de 1920, o país registrou mudanças influenciadas pela conjuntura mundial, como resultado da primeira guerra mundial e da revolução bolchevique na Rússia, os comunistas ganham espaços entre os trabalhadores, propiciando o surgimento do Partido Comunista do Brasil em 1919 e o Partido Comunista Brasileiro em 1922, que passam a influenciar as organizações dos trabalhadores. No aspecto educacional a discussão sobre a Escola Nova, impulsiona nos Estados um movimento de renovação da escola, desde a sua concepção pedagógica, metodológica e estrutural, na perspectiva de formar crianças e jovens para inserção no novo modelo de sociedade industrial. A semana de Arte Moderna realizada em São Paulo quebrou o paradigma de conceber a arte desengajada do cenário político econômico, social e cultural, colocando em evidencia vários artistas

nacionais, Di Calvalcanti, Osvald de Andrade, Tarsília do Amaral, Manoel Bandeira, Anita Malfadi, entre outros.

Além disso, no campo político, a crítica dos métodos e formas de reprodução da República Velha acabam por provocar rupturas que culminaram na Revolução de 30. No campo econômico, a década se encerra com a crise da lavoura cafeeira e a grande depressão que assolou o mundo, aumentando o desemprego e o estado de miséria no país.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma dissertação qualitativa baseada na história social, que privilegia estudar o movimento dos trabalhadores pela educação no Estado da Bahia, tomando como referência o Centro Operário da Bahia organização de classe que assumiu a luta por conquistas trabalhistas, sociais e educacionais a partir do ano de 1894 data da sua criação e traz para o debate as iniciativas concretas desse grupo pela educação formal e não formal, realizada fora do espaço oficial de institucionalização da escola, dando visibilidade aos esforços empreendidos pelos operários em prol da instrução, conhecendo a concepção pedagógica que permeava as suas práticas educativas no sentido de promover a emancipação dos trabalhadores e seus descendentes.

Mirian Goldemberg (2007) considera que pesquisar é uma arte. Para a autora, a pesquisa científica requer criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância. Sendo assim, penso que a pesquisa científica em Ciências Sociais ou em Ciências Humanas pode ser comparada dentre as várias formas de expressão artística, a arte de compor, de escrever letras de música e de poesias que partem de um movimento interior dos seus autores, que pode ser chamado de inspiração e ou motivação ao exprimirem sentimentos, paixões, esperança e às vezes, a construção de textos que levam a reflexão dos que tem

acesso a essas produções que se referem a situações ou fatos do cotidiano da realidade social.

A pesquisadora iniciante, como é o meu caso, para estrear também nesta arte, parte de um interesse particular. Ou como ressalta Laville (1999, p.89),

> Das nossas experiências que nos fizeram ser o que somos. Nossas experiências são essencialmente, um mistura de conhecimentos e valores, dos quais nos dispomos, em maior ou menor quantidade, com mais ou menos variedade de amplitude e de domínio. Esses conhecimentos e valores ou recebemos prontos e conservados, ou os aprendemos ou transformamos, adaptando- os por vezes, nós mesmos os desenvolvemos.

As nossas experiências ainda não são suficientes para acalmar os sentimentos que vivenciamos no processo de construção do conhecimento. Sentimentos esses que vão desde a insegurança, a ansiedade, inquietação, até o sentimento de estar perdido diante das várias possibilidades que vão surgindo pela maior proximidade com o nosso objeto de pesquisa. Laville (1999) também comenta que, quando percebemos que temos diante de nós uma situação problemática. “A segurança” inicial, quando da elaboração do anteprojeto de pesquisa, vai se transformando em questionamentos sobre a relevância ou não do nosso problema e dos nossos objetivos, no sentido de um retorno social, e até mesmo a dúvida se não seria outro o caminho a percorrer.

Acalmada a ansiedade e definido o rumo, tínhamos que fazer a travessia. Optamos, portanto, como procedimento metodológico utilizar a pesquisa documental, privilegiando as fontes primárias principalmente, os relatórios das atividades elaborados pelos presidentes dos Conselhos Executivos do Centro Operário da Bahia e aprovados em Assembléias da categoria, os livros e documentos escritos pelos sujeitos que fizeram parte dessa organização, jornais da época, manifestos impressos, ofícios e atas de reuniões encontradas no Arquivo Público e na Biblioteca do Arquivo Público do Estado da Bahia, na Biblioteca Pública do Arquivo Público Municipal de Salvador, na Biblioteca do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC, na Coordenação de Obras Raras e Preciosas da Biblioteca Central e no Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia - CEDIC da Fundação Clemente Mariani.

Localizar esse acervo documental não foi uma tarefa fácil; primeiro, pela minha falta de experiência em trabalhos de resgate histórico, depois para identificar os espaços a serem pesquisados, a dificuldade em encontrar os documentos e, quando identificados, as péssimas condições para o manuseio, páginas soltas, amareladas, desintegrando ao simples toque, impressão comprometida e outros. O que não raro, mesmo procurando uma proteção como o uso de luvas e máscaras, ocasionava crises de renite me levando em alguns momentos, a interromper a pesquisa.

Sobre a utilização desse tipo de pesquisa documental como procedimento metodológico, alguns autores apontam vantagem e também realizam criticas na utilização desta modalidade de pesquisa, dentre elas, citam como vantagem o acesso a informações de fatos passados cujos protagonistas não se encontram vivos e o seu baixo custo, em contraponto, com a disponibilidade de tempo que o pesquisador precisa ter (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

A respeito desse posicionamento dos autores citados, podemos questionar sobre o que eles consideram como “baixo custo”. Se analisarmos pelo olhar da sociedade capitalista contemporânea, que recorre à teoria da Administração do Tempo para dinamizar as atividades e ações humanas, no sentido de uma maior eficiência e produtividade, com menor tempo e menor custo e, relacionando essa questão ao meu perfil enquanto trabalhador/pesquisadora, sem financiamento, que levada pelo objeto de investigação realizei uma pesquisa documental, o tempo que me dediquei a pesquisa, muitas vezes em detrimento da atividade remunerada que exerço enquanto profissional autônoma, teve um custo sim. Além de deixar de auferir algum ganho financeiro, assumi despesas com transporte, alimentação, agregada a outras, relacionadas à compra de material descartável para proteção contra os ácaros e fungos, como máscaras, luvas e álcool, devido às péssimas condições de conservação em que se encontram alguns documentos encontrados nos acervos.

O caminho escolhido para a construção da pesquisa apresentou também, outras dificuldades como a necessidade de compatibilizar o tempo disponível ao horário de funcionamento dos órgãos oficiais quer no âmbito municipal e/ou estadual; às vezes, o estado de humor de quem é responsável pelo atendimento e,

em alguns casos, até mesmo o desconhecimento dos serviços e do acervo que a instituição oferece, por parte de funcionários (as). O que é mais grave, a não localização dentro dos arquivos de documentos já utilizados por outros pesquisadores (as) em estudos anteriores a este. Fato verificado na Biblioteca Municipal da Fundação Gregório de Mattos, quando após muitas idas ao local, tentando acessar o relatório original do Centro Operário do ano de 1897, cuja cópia possuía em mãos disponibilizado pela minha orientadora, professora Jaci Menezes, acabei fornecendo uma xerox do mesmo para o arquivo devido ao documento original não ter sido localizado. Esse fato serviu também para que casualmente as bibliotecárias muito gentis e disponíveis na busca, identificassem o registro de outro relatório do Centro datado do ano de 1904, mas a que só pude ter acesso quase um mês depois, no retorno de uma funcionária de licença.

Certa frustração que não pôde ser superada, apesar dos esforços empreendidos, deve-se a não localização da documentação das escolas do Centro Operário da Bahia posteriormente, denominada Escola Domingos Silva, que funcionou até o ano de 1996, quando foi extinta pelo governo estadual. A localização do acervo da escola, como fichas de matrícula, diários de classe, boletins e mapas escolares, instrumentos de avaliação permitiria uma aprofundamento maior em relação aos métodos de ensino realizado, procedimentos de avaliação, formação e perfil das turmas. Na tentativa de acesso a esse material, em vários momentos estivemos no setor de escolas extintas localizado no antigo prédio do Instituto de Cacau, onde funciona a Diretoria Regional da Educação e Cultura - DIREC 1A. A partir da solicitação oficial entregue a sua diretora e posterior autorização, pudemos adentrar o espaço onde ficam acondicionadas as documentações das escolas estaduais extintas e, acompanhada pelo chefe do setor, fui informada da existência de 167 caixas com documentos da escola, referentes ao período de 1966 em diante, chegando a manusear algumas pastas de alunos (as), confirmando a informação.

O espaço onde está guardado esse acervo é um imenso galpão, sem ventilação e sem arquivos em número suficientes para organizar todas as pastas não só da escola objeto da pesquisa, como das demais. O resultado encontrado é de material espalhado pelo chão e/ou amontoados na parte superior dos arquivos, dificultando o trabalho de pesquisa e de preservação da memória da educação na

Bahia. Não identifiquei nenhuma proposta de digitalização do imerso acervo, o que pode a vir comprometer a conservação e preservação de documentos valiosos que lá se encontram depositados.

Este estudo, portanto, está baseado na análise de fatos históricos a partir da República, quando grupos populares, em particular a classe trabalhadora da época, composta por negros, mulatos e mestiços, organizaram-se para conquistar a ampliação dos espaços de participação política e em defesa de melhores condições de vida.

A pesquisa bibliográfica realizada possibilitou a compreensão e reflexão do contexto estudado e a análise dos dados achados em campo, tendo como os primeiros aportes teóricos fundamentais, os estudos da professora Jaci Maria Ferraz de Menezes e a tese de doutorado do professor, Aldrin Castellucci, que funcionaram como lentes de aumento na miopia inicial sobre a temática estudada.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, procuramos contextualizar o cenário político-econômico e social da Bahia na primeira República, com influência das idéias iluministas, as práticas e atos das elites dirigentes e o movimento dos trabalhadores e das camadas populares pela sobrevivência e conquistas sociais. No segundo capítulo, analisamos o movimento dos trabalhadores de modo geral, por educação, suas proposições e ações efetuadas para assegurar esse direito e no terceiro capítulo, a educação oferecida pelo Centro Operário da Bahia, sua organização, a dinâmica e o funcionamento das suas escolas, as modalidades de ensino, as concepções pedagógicas e por fim, as considerações finais, os anexos e as referências. Nas citações e transcrições do material encontrado, procurei preservar a escrita da época e, inserir ainda que transversalmente, discussão sobre e onde se encontravam as mulheres no período.

2 A REPÚBLICA NA BAHIA E A EDUCAÇÃO

A Abolição da escravidão e o advento da República no Brasil foram eventos que geraram expectativas para a população de modo geral, que via nestes fatos históricos a possibilidade de melhoria na qualidade de vida, pela passagem do regime político monárquico e escravocrata, para outro, a República, que preconizava os ideais de Liberdade e Igualdade como bandeiras inerentes ao novo regime.

O movimento republicano, para consolidar-se, levou a população a criar o imaginário de um tempo onde as liberdades e as diferenças sociais e raciais seriam superadas, a partir de um novo ordenamento administrativo, jurídico e legal que assegurassem relações mais justas e humanas.

A proclamação da República foi uma ação política, gestada por uma elite agrária descontente com a decisão do Império pelo fim da escravatura, com fortes vinculações com o setor industrial emergente. A articulação desses dois segmentos influenciou lideranças civis e militares da época, simpatizantes da causa, a aderir ao movimento republicano e, através da força ou golpe de Estado, atingir os seus objetivos, dentre os quais a não interferência do Estado na economia e a ascensão da nascente elite industrial.

Carvalho (2000), ao analisar a mobilização e participação de republicanos, representantes de correntes positivistas, liberais e jacobinas, refere-se à Proclamação da República como um golpe articulado e viabilizado a partir de denúncias contra o regime monárquico em termos de corrupção, cerceamento de liberdades, atraso do país nos aspectos econômico e cultural, altos impostos, aliado a insatisfação de uma fração do setor agrário pelas perdas financeiras, agravadas por ocasião da abolição da escravatura.

O autor fundamenta a sua concepção no entendimento de que a proclamação da República foi um ato limitado às elites dominantes. Considera que a população não teve quase nenhuma participação, sendo necessário, logo após a instalação do novo regime, criar símbolos nacionais que a tornasse mais popular, criando um imaginário social expresso em ideologias e utopias. Em suma, “formando almas” por meio de símbolos, alegorias, rituais e mitos.

O movimento republicano apresentou-se com maior força no eixo do sul e sudeste brasileiro, tendo como pontos de apoios o Estado de São Paulo na época com a economia baseada na cultura do café, iniciando o seu processo de industrialização, e o Rio de Janeiro, capital do Império, se destacando nas articulações que levaram ao fim o regime monárquico. Por isso mesmo, esses dois estados são tomados como base para explicar os acontecimentos históricos do período, quer seja sobre a participação dos grupos políticos representativos de uma elite ambiciosa pelo poder, quer seja sobre o comportamento da população de modo geral.

A referência à mobilização pela República em outras regiões do país (como o Norte e Nordeste) dentro da historiografia de maior difusão limita-se a informações pontuais, deixando de evidenciar as articulações e vínculos existentes entre os grupos inter-regionais, ainda que de modo precário pelas limitações, inclusive dos meios de comunicação. Isto quando essas regiões são mencionadas. Como contraponto, Santos (2001 p.7), afirma que “a história da República não poderá ser bem compreendida, nem sentida, enquanto as suas modalidades regionais não tiverem sido reconstruídas e consideradas nas análises mais amplas da história do Brasil”.

Os estudos de Sampaio (1975) sobre a República na Bahia demonstram que, a sua consolidação, não ocorreu de modo pacífico. Refletindo sobre a atuação dos grupos políticos existentes na época, nos lembra de que uma política de acomodação foi implantada pelos antigos adeptos da Monarquia que passaram de pronto a defender, de modo fervoroso o regime que se implantava.

Essa política de acomodação se materializava pelos arranjos políticos entre chefes de partidos, coronéis, representantes dos poderes legislativos e do executivo, que coexistiam entre alianças, rupturas e recomposições, no sentido de continuarem a interferir na condução da política baiana, assegurando suas posições de prestígio e poder.

Os fatos e as situações ocorridas podem ter maior complexidade de análise e variações, a partir do maior ou menor envolvimento dos sujeitos sociais e também, de quem fala por eles a partir do lugar que ocupa. O que ficou evidenciado é que a República não trouxe consigo nenhuma mudança que contemplasse a população

saída da escravidão, nem a diversidade racial existente no país, o que segundo Carvalho (2000, p. 23) “era uma preocupação de José Bonifácio, por ocasião da independência, que identificava nestas questões um problema para a formação da nação, visto que a sociedade brasileira foi formada a partir da exclusão”.

A população, aqui compreendendo os trabalhadores libertos e livres, assim como os demais segmentos que constituíam as camadas populares na República, ficou alijada de quaisquer medidas que contemplasse a aquisição de direitos a cidadania, embora ao menos para setores do segmento estudado este regime seria o redentor das mazelas e das injustiças sociais.

Menezes (2007, p.151), ao analisar esse contexto marcado por enormes desigualdades, considera que “no período após a abolição e em seguida, à proclamação da República, a condição de vida dos negros deixou de ser tema de discussão ou passa a sê-lo de modo encoberto”. Como se os problemas enfrentados por essa população, tivessem sido resolvidos com a liberdade.

Na Bahia, os ideais republicanos entre o período de 1870 a 1880, eram representados pelo Clube Federal Republicano criado em 1878 e pelo Jornal, *A República Federal*, cujas idéias e simpatizantes eram encontrados em várias partes do interior do Estado. Há registro da realização em Salvador, do I Congresso Republicano da Bahia, durante os dias 26 de maio, 6 e 7 de junho de 1889. (TAVARES, 2001)

Leal (2009) nos esclarece sobre a elaboração de um manifesto de criação do Clube Republicano e que entre os seus simpatizantes, o manifesto foi assinado por 13 operários, dentre os quais, Manoel Querino. O texto do documento “refletia a posição democrática e anti-monarquista dos signatários, descontentes com a condução política imposta pelos partidos liberal e conservador hegemônicos na alternância do poder” (LEAL, 2009, p.253).

Mesmo com essas iniciativas, ao que parece, as organizações e o movimento republicano local não tomaram conhecimento da proclamação talvez, por ter sido antecipado o ato da República, as notícias oficiais de acordo com Tavares (2001), só chegaram a Salvador no dia 16 de novembro, através do liberal Manoel Vitorino indicado para assumir o Governo do Estado da Bahia por Rui Barbosa, na época, nomeado ministro da Fazenda do Governo Provisório. Tavares (2001) relata ainda

que Manoel Vitorino não aceitou a sua indicação de imediato, por não ser do Partido Republicano e sim liberal, pertencendo aos quadros do partido liberal, ocupando a secretaria do referido partido.

Segundo Tavares (2001) a notícia da Proclamação da República, da queda do governo do Visconde de Ouro Preto e da deposição de D. Pedro II foram recebidas com resistência, por parte do presidente da província da Bahia, José Luís de Almeida Couto, que acionou o Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, então comandante das armas da Bahia e Sergipe, para manter a ordem e a fidelidade ao rei. O presidente da província inicialmente contou com o apoio do comandante das Armas para as províncias da Bahia e Sergipe, que se mostrou cauteloso querendo aguardar os acontecimentos e manter obediência ao imperador D. Pedro II. O comandante do 16º Batalhão da Infantaria do Forte de São Pedro, Frederico Cristiano Buys, adepto da conspiração política militar reúne oficiais, os líderes republicanos – Virgílio Damásio e Deocleciano Ramos e alguns civis no forte de São Pedro, proclamando a adesão da Bahia a República.

Na ocasião, o coronel Buys, declarou que o Governador do Estado da Bahia era Virgílio Damásio. Isto ocorreu no dia dezesseis de novembro às 18h00min. À noite, após negociações, envolvendo políticos republicanos, liberais e conservadores, uma nova proclamação da República é declarada, agora com o apoio do marechal Hermes da Fonseca. No dia 18 de novembro, Virgílio Damásio ocupou o governo do Estado e segundo Tavares (2001), há registro de ocorrência de tumultos, brigas e prisões com um morto na ladeira da Praça entre os simpatizantes do novo regime e os apoiadores da Monarquia. Nota-se que pelo menos, na cidade do Salvador a instituição do regime republicano, não passou tão despercebido, pelo menos para aqueles que eram partidários da Monarquia.

Após a euforia inicial, o novo regime começa a enfrentar dificuldades. O clima de tensão e a insatisfação, cada vez mais crescente entre a população menos favorecida, devido às péssimas condições de vida relacionada à carestia dos preços dos alimentos de primeira necessidade, a falta de saneamento, habitação, as doenças e o desemprego, fortaleceu a organização dos trabalhadores na luta por direitos políticos, sociais e civis.

Neste período, os grupos populares e os trabalhadores de diversas categorias, ao avançarem no seu processo de organização, buscam, sobretudo, garantir condições mínimas de sobrevivência e amparo social. No Brasil, existiam várias associações constituídas principalmente de trabalhadores que passaram pela experiência da escravização, de trabalhadores libertos e de trabalhadores livres, que através de formas organizativas solidárias buscam ajudar-se mutuamente, para enfrentamento das dificuldades advindas da falta de proteção do Estado brasileiro em relação à vida e pós-morte, quando inclusive, ficariam desamparados os seus familiares. É o período ainda mutualista.

Na Bahia, para tentar enfrentar esta questão, desde o final do século XVIII início do século XIX, trabalhadores libertos organizaram-se em irmandades, associações beneficentes, sociedades protetoras e partidos políticos para desenvolverem atividades de ajuda mútua, de proteção e assistência aos trabalhadores quando vitimados por doenças, invalidez e também amparo as viúvas e filhos menores por ocasião do falecimento do associado.

Associações de proteção ao trabalho são criadas e, coexistiam com as Sociedades Abolicionistas que funcionavam arrecadando dinheiro entre os simpatizantes da causa, organizando fugas e compra de alforrias dos trabalhadores (as) escravizados (as), adultos e menores[1].

2.1 A REPÚBLICA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES

Santos (2001, p.101) identifica que a primeira década da República em Salvador foi marcada,

> pelo movimento dos trabalhadores, que promoveu a criação de algumas associações beneficentes, como a associação dos funcionários públicos, a associação de artesãos em geral, associações de chapeleiros, maquinistas, alfaiates, professores e empregados do comércio.

[1] Para Leal (1995) a origem da organização dos trabalhadores no Brasil e na Bahia, especificamente, os denominados artistas e artífices, se encontram nas corporações de ofícios de Portugal que reuniam indivíduos da mesma profissão, baseando-se em estatuto próprio, com uma rígida estrutura hierárquica e caracterizada pela existência de um mestre, de oficiais e aprendizes. Possuíam, competências, jurisdição, organização para o trabalho e a venda dos produtos. Essas organizações tinham caráter aglutinador, cunho religioso e cultural e foram constituídas a partir das confrarias e irmandades.

Para esse autor (2001, p. 101), a organização de entidades associativas pelos ex-escravizados e seus descendentes, constituíram-se como

> uma necessidade de sobrevivência, não só para a inserção no mercado de trabalho, como para manter vínculos religiosos e culturais, visto que a liberdade resultante da abolição não configurou na sua inserção na sociedade.

Desprovidos, portanto, de uma política governamental que lhes proporcionassem o atendimento as suas mínimas necessidades, esses sujeitos procuravam movimentar-se nos espaços da cidade, criando alternativas de sobrevivência, visto que as restrições que lhes eram impostas para a ocupação de postos de trabalho e a falta de acesso à educação formal os impediam inclusive, de exercer com plenitude a cidadania, tendo como requisito fundamental, o saber ler e escrever, por exemplo, para ter direito ao voto. A ausência dessa condição os colocava fora do processo de formação da nova sociedade.

Movimentos de caráter reivindicatórios promovidos pelos trabalhadores vão sendo organizados no país na medida em que se transforma o modo de produção baseado no capitalismo com a crescente industrialização e o livre comércio. As dificuldades enfrentadas, como a concorrência no mercado de trabalho, o desemprego, as longas jornadas de trabalho e os baixos salários, levam ao surgimento de associações de trabalhadores, voltadas para organização política da categoria, defesa de um mercado de trabalho a exemplo da Liga Operária Bahiana criada por Manoel Querino em 1876, para proteger os operários e artistas contra as investidas dos empresários, cada vez mais influentes no mercado de trabalho, voltado para a construção civil.

No Rio de Janeiro, em 1890, surge o Centro do Partido Operário Brasileiro, fundado pelo Tenente da Marinha José Augusto Vinhaes, após dissidência com o grupo do tipógrafo Luis da França e Silva, membro do jornal a Voz do Povo e da Revista Tipográfica. Pelas análises realizadas a partir dos estudos de Castellucci (2008), a dissidência se deveu a disputa pela afirmação de liderança junto a classe dos trabalhadores, tendo Luís França fundado o Partido Operário Nacional.

Para Castellucci (2008) as idéias disseminadas por essas lideranças estavam baseadas no princípio da igualdade entre os homens, e deram origem a partidos

congêneres em diversos Estados. Na Bahia, surge o Partido Operário Bahiano criado em 1890 por nomes como: Elisiário Elysio da Cruz, Manoel Querino, Ismael Ribeiro da Silva, Domingos Silva, Pâmphilo Santa Cruz dentre outros. O partido teve vida curta, decorrente das divergências internas entre suas principais lideranças que levou a ruptura do grupo em duas facções. Da dissidência surge a União Operária Bahiana de Manoel Querino e Ismael Ribeiro da Silva e, posteriormente o Centro Operário da Bahia com a liderança de Domingos Silva e Elisiário da Cruz.

O grupo liderado por Manuel Querino e Ismael Ribeiro, defendia uma chapa com nomes de artistas para concorrer às eleições de 1881. O grupo liderado pelo presidente do partido Elisiario Elysio da Cruz e Domingos Silva propõe uma composição entre artistas e antigos partidários da monarquia.

Segundo Maria das Graças Leal (2009, p. 266), “as divergências entre Manuel Querino e Domingos Silva, pautavam-se mais no modo de ação, do que de objetivos, pois para a autora os dois tinham projetos políticos também no plano individual”.

No âmbito da administração pública estadual, “após cinco dias de exercício no cargo, o governador provisório Virgílio Damásio foi destituído e, por forte insistência de Rui Barbosa, o cargo de governador é passado para Manoel Vitorino, professor da Escola de Medicina” (TAVARES, 2001, p.300-301). Com o novo ordenamento político e administrativo advindo da República, os Estados federados se organizaram a partir das Constituições Estaduais.

A Constituição do Estado da Bahia foi promulgada em 02 de julho de 1891 e segundo Castellucci (2008) a estrutura administrativa para Salvador, estava assim modelada: Poder Legislativo, denominado como Conselho Municipal, composto de 15 Conselheiros Municipais eleitos por voto popular em lista incompleta para mandato de 04 anos; Poder Executivo, liderado por um Intendente, eleito por voto direto para um mandato de 04 anos; Juntas Distritais, formadas por um administrador e dois membros eleitos, pelo voto direto com mandato de 04 anos e a Assembléia Municipal, que reunia os conselheiros municipais, os administradores e membros das juntas distritais e os cidadãos residentes na cidade que pagavam as maiores somas de impostos.

Pelo lado das elites, dois partidos disputavam entre si o poder de dirigir o Estado da Bahia: O Partido Nacional, composto por duas facções do antigo regime, e o Partido Republicano. A Constituição previa ainda uma Justiça de Paz, de 1ª instância formada por juízes de paz que seriam eleitos por paróquia para um mandato de 04 anos.

Durante o período considerado como o da Primeira República, refletindo sobre os estudos de Consuelo Sampaio (1975) entendemos que os grupos representativos das classes dominantes vão se alternando no poder, entre rupturas e reaproximações dos seus componentes, formando alianças, criando novos agrupamentos e partidos políticos, como o Partido Republicano Federalista, o Partido Republicano da Bahia, o Partido Nacional Democrata, o Partido Republicano Constitucional, dentre outros.

Esses partidos eram liderados por políticos, com origem e vinculação no setor agrário e as disputas entre eles, se davam muito mais, pela manutenção do prestígio e de poder, do que por projeto político. Os seguidores de políticos que ocupavam cargos representativos no Estado, como intendentes e governadores, a exemplo de José Gonçalves da Silva, Luís Vianna, Severino Vieira, José Marcelino de Souza, e J.J. Seabra passaram a ser conhecidos, como gonçalvistas, vianistas, severinistas, marcelistas e seabristas.

Na medida em que iam acirrando as disputas políticas eleitorais, esses grupos procuravam apoio dentro do segmento das camadas populares para legitimar-se, como exemplos citamos as candidaturas e, mesmo a eleição de operários nas chapas governistas, como notícia o Jornal *A Voz do Operário* de 1897, órgão oficial do Centro Operário da Bahia, sobre a posse de Elysiário Elysio da Cruz e Prediliano Pereira Pitta suplentes do Conselho Municipal, candidatos operários para as eleições do quadriênio que tinham assumido as funções no Conselho Municipal em função da renuncia de diversos membros[2].

O jornal *A Voz Operária* também informa na mesma matéria, que foram convocados os suplentes Domingos Silva, José Pereira Lacerda e Ismael Ribeiro, “desejando que cumpra seus deveres, embora o tempo seja diminuto e se tenha

[2] Ou seja, os candidatos operários ocupavam os cargos, na medida em que os representantes das elites renunciavam, por algum motivo.

engendrado meios inconfessáveis para fechar as portas aos últimos, por serem mais artistas e baianos do que políticos e partidários" (A VOZ OPERÁRIA, 1897, p.4)

Esses personagens, Elisiário Elysio da Cruz, Domingos Silva, Ismael Ribeiro e Prediliano Pitta desempenharam papel importante na história da organização política dos trabalhadores na Bahia. Foram protagonistas da criação do Partido Operário da Bahia, da sua dissidência União Operária da Bahia e, posteriormente do Centro Operário da Bahia, atuando nessas organizações em articulação constante com os políticos dos grupos hegemônicos.

O viés político partidário dessas organizações é que segundo o nosso entendimento será o diferencial que marcará a atuação dessas associações, em relação a outras organizações criadas, como a Sociedade Monte Pio dos Artistas (1852) e o Liceu de Artes e Ofícios (1872) vez que, na sua atuação, extrapolavam a ação assistencialista ou educativa. Se, de um lado, apontavam na oferta da educação e formação de mão de obra qualificada, ao mesmo tempo, procuravam constituir-se em um instrumento representativo dos trabalhadores. Isto não só para aqueles que compunham a sua base, como para os de outras categorias, a exemplo dos trabalhadores têxteis que foram apoiados pelo Centro Operário, nas reivindicações salariais e diminuição da jornada de trabalho, como também, em nome da classe trabalhadora pleitear e levar as suas lideranças a ocuparem cargos eletivos, em uma época em que o poder e o prestígio social eram determinantes.

2.2 A ESTRUTURA SOCIAL EM SALVADOR: QUEM ERAM OS TRABALHADORES?

Para compreender a importância dessas organizações, é preciso lembrar que a população de Salvador, movimentava-se em uma cidade dividida por forte hierarquia social, em cujo topo hierárquico encontravam-se os donos de engenho, grandes comerciantes, altos funcionários civis, eclesiásticos e oficiais militares, acima de sargento-mor. Descendo na escala social estavam os funcionários de médio escalão do estado e da igreja, militares, profissionais liberais e pessoas que

tinham algum tipo de renda. Mais abaixo, as pessoas que ocupavam postos de menor prestígio social no serviço público, em atividades de prestação de serviços, como quitandeiros, taberneiros, vendedores ambulantes, artesãos e, na base da pirâmide: ex-escravos, mendigos e desempregados (SANTOS, 2001).

A camada popular, considerada como a que se encontra na base da pirâmide social, particularmente a população negra tiinha expectativas, de que com o fim da escravatura tivesse acesso a terra, pudesse circular livremente pelas ruas das cidades, escolher onde trabalhar, cultuar seus deuses africanos ou mesmo os santos da igreja católica, enfim terem direito a cidadania (ALBUQUERQUE e FRAGA, 2006).

A realidade desse último segmento em Salvador, durante os primeiros anos da República, foi o convívio com aumento dos preços nos gêneros de primeira necessidade e desemprego, que acarretava problemas com a polícia em função da "ociosidade" como "vadiagem" naquele momento definida como crime. Além disto, estavam ameaçados por surto de epidemias e falta de acesso à educação. Homens e mulheres procuravam garantir a sobrevivência, desenvolvendo atividades que anunciavam o seu lugar social. De acordo com o recenseamento de 1920 as mulheres negras eram 11.247 e estavam ocupadas no serviço doméstico, constituindo 38,6% dos trabalhadores que haviam declarado profissão. Quanto aos homens, as atividades desenvolvidas estavam relacionadas à pesca, serviços, como carpintaria, marcenaria, sapateiro, alfaiate, pedreiro, pintor e outras atividades ligadas a construção civil, posteriormente, com o desenvolvimento do setor de transportes eram os condutores de bondes, dos planos inclinados, ascensoristas e em atividades das fábricas e indústrias de velas, sabão, vinagre, produtos de importação e exportação (SANTOS, 2001).

As mulheres negras desde a escravidão, segundo Soares (2007), ocupavam quase todos os setores do mundo do trabalho. No âmbito urbano, viviam nas ruas desenvolvendo atividades de ganho ou estavam inseridas, principalmente, nas atividades domésticas com a concentração da mão de obra nas áreas onde estavam localizadas as Paróquias do Paço, Vitória e Conceição da Praia.

A crise na lavoura açucareira e o incentivo à comercialização, importação e exportação de produtos ocasionou um processo de migração interna, com a saída

de trabalhadores das áreas rurais para a cidade, onde passaram a desenvolver qualquer tipo de atividade que lhes rendessem a sobrevivência. Nessa direção, Costa e Silva (1998, p.14) argumenta que, “despreparada para o exercício de atividades profissionais mais rentáveis, a população negra ocupava-se dos trabalhos menos qualificados e socialmente desenvolvidos”. A sua inserção se dava nos serviços domésticos, no artesanato, transporte urbano e os ofícios mecânicos, esses últimos trazidos pelos portugueses, mas que no Brasil era uma atividade exercida pelo negro escravizado.

A respeito das atividades mecânicas desenvolvidas por “artistas e operários” introduzidas pelos portugueses e que estiveram presentes na construção e urbanização da cidade, Maria das Graças Leal (1995) traz uma interessante discussão sobre o significado do SER ARTISTA e do SER OPERÁRIO na Bahia, entre o período que compreende o final do século XVIII e atravessa o século XIX. Segundo ela, quando as atividades manuais detinham certo grau de conhecimento e a mão de obra era escassa, possuíam certo status, prestígio e liberdade de criação, sendo desenvolvidas pelos portugueses e trabalhadores brancos, livres, esse segmento era considerado como artistas. Mas, no momento em que até mesmo por necessidade econômica dos proprietários de trabalhadores escravizados, os negros foram ingressando nessa área, mesmo que em tarefas mais pesadas e que exigiam o esforço físico, o seu exercício foi sendo rejeitado por aqueles que a introduziram, temos o perfil do operário.

A perda de status e de prestígio, antes ocupado pelos trabalhadores artistas ou artífices livres, decorre ainda da concorrência e das novas tecnologias aplicadas nos projetos de urbanização da cidade. O espaço profissional dos artistas e artífices, progressivamente, foi sendo ocupado por negros. Além disto, o desenvolvimento econômico decorrente do capitalismo, do livre comércio, da concorrência com os artigos importados vindos das fábricas estrangeiras, força a uma depreciação das suas tarefas. Isto, além da absorção de trabalhadores desqualificados, da pressão e competição no mercado de trabalho, das mudanças nas relações de trabalho antes estabelecidas, leva à utilização da designação “Artistas e Operários” a aparecer como se similares fossem e, considerados todos, trabalhadores manuais.

Assim, tanto Costa e Silva (1998), como Leal (1995) entendem que artista é aquele que produz a partir de um conhecimento da técnica, utiliza a criatividade e detém os meios de produção (instrumentos e oficinas, tendas ou atelier). O artífice ou operário é o trabalhador menos qualificado, empregado em oficinas privadas ou públicas, nas obras da construção civil ou recrutado, para pequenos serviços ou reparos.

Os estudos de Cunha (1979, p.33) revelam que, “artistas são os que desenvolvem atividades dotadas de alto valor simbólico, como os arquitetos, os escultores e os pintores cujas características sociais do seu trabalho, diferiam das dos artífices”. Artífices são os das artes mecânicas (carpinteiros, pedreiros, ferreiros e outros). As atividades dos ofícios manufatureiros eram realizadas de modo sistemático, embora as corporações de ofício programassem aprendizagens sistemáticas para os ofícios bandeirados.

O fato é que os artistas aqui chegados e os que foram se formando, pela necessidade de mão de obra e de trabalho, precisaram criar estratégias diferenciadas, compatíveis com o novo momento e que lhes assegurassem o espaço profissional e a proteção em relação ao poder público, que passou a ser o tomador de serviço dessa categoria em momentos de pressão, como resposta ao desemprego.

Entendemos que o mercado de trabalho para os negros era em todo o século XIX bastante restrito, principalmente, se eram libertos ou forros. Esses trabalhadores, por não possuírem qualificação tinham dificuldades para empregar-se, não eram absorvidos nas indústrias que aos poucos iam se instalando na capital e nem no serviço público, mesmo que fosse para a realização das atividades mais inferiores, restando-lhes o trabalho que requeria o uso da força física e os que não eram aceitos pelos trabalhadores livres, que não queriam ser igualados aos negros libertos.

Aliada a essas dificuldades, Leal (1995) enfoca a fiscalização exercida pela guarda da polícia urbana, sobre o ir e vir dos trabalhadores e a concentração de grupos de negros em lugares públicos. Ressalta ainda que desde o início do século XIX para realizar as suas atividades, os trabalhadores libertos ou escravizados tinham que alistar-se e obter autorização do poder público para comercializar seus

produtos e até mesmos exibi-los em locais previamente determinados. Explica sobre a exigência de uma autorização que para além de ter objetivos fiscais, buscava controlar a participação negra no mercado de trabalho. Ao ser concedida a licença obrigava os ganhadores (as) a exibirem uma placa de metal, contendo os dados pessoais, o tipo de mercadoria e o número da licença. Aqueles (as) que por ventura eram pegos, sem a dita placa, estavam sujeitos a punições, que iam da apreensão da mercadoria, prisão do infrator ou se, trabalhador escravizado estaria sujeito a castigos físicos.

Com o recrudescimento da fiscalização foi criada uma Guarda da Polícia Municipal que passou atuar ostensivamente, levando os trabalhadores a resistência que se traduziu na paralisação das atividades por uma semana.

2.3 A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO NA REPÚBLICA NASCENTE

A primeira década da República em Salvador foi, portanto, marcada por várias manifestações de rua, onde populares denunciavam e exigiam das autoridades constituídas, providencias no que dizia respeito aos baixos salários, falta de habitações, saneamento e conseqüente melhoria nas condições de vida.

Foi crescente a criação de organizações da sociedade civil no Brasil, muitas das quais constituídas ainda no Império, como as sociedades de ajuda mútua, que passam a coexistir com novas organizações que vão surgindo, tendo como base as categorias de trabalhadores.

Para Santos (2001) na Bahia, são várias as irmandades e associações mutualistas, como a Protetora dos Pobres e Desvalidos, que pelas ações realizadas buscavam prestar assistência a seus filiados em vida e, amparar as viúvas e descendentes no pós-morte do associado, e que passam a dividir com as associações de categorias profissionais, o público filiado, constituído de trabalhadores ex-escravizados libertos e trabalhadores livres que não raro, pertenciam a mais de uma dessas organizações.

A toda essa problemática do contexto político institucional, aliado a alteração do modo de produção econômica que deixa de ser essencialmente agrícola, para o convívio com o início do processo de industrialização, aumentam as barreiras de acesso aos trabalhadores negro ex-escravos, libertos e seus descendentes para a participação na vida econômica, social e política do Brasil, ao ser adotado pelo processo emigratório para o emprego da mão de obra de trabalhadores assalariados.

Os critérios pecuniários e da escolaridade já existentes, para o direito ao voto, permitiam a apenas uma pequena parcela da população, o exercício da cidadania. Com índice de analfabetismo elevado, os trabalhadores no Brasil e na Bahia passam a reivindicar e a propor o acesso a educação formal, como direito de todo cidadão brasileiro, inclusive para os trabalhadores adultos e os seus descendentes, entendendo ser por essa via o modo de inserção na sociedade.

Para Menezes (1997), o não acesso dos negros ex-escravos libertos a cidadania brasileira consistiu em um dos instrumentos utilizados pelas elites como estratégia de controle da inclusão desse segmento. Considera que esta decisão tinha uma destinação e questiona: Como conceber a exclusão do analfabeto, da cidadania ativa, visto que na sociedade brasileira existia em 1881, 83% da população que não sabia ler e escrever? Entende que a política liberal, não se preocupou em tratar a massa liberta, dando-lhe trato inclusive, no aspecto educacional, pois o projeto de 1822 deixou a carga das provinciais o cumprimento da obrigatoriedade escolar para a população de 07 a 14 anos. Acrescenta que por não existir uma legislação específica, este projeto não teve uma aplicação imediata.

Assim, segundo Menezes (1997) as gerações adultas que eram analfabetas, no momento da abolição estavam todas, condenadas ao limbo da nação ou a construir por seus próprios esforços os meios de educar-se e de, portanto, tornarem cidadãos.

> Os chefes políticos do antigo regime, também não demonstraram interesse em resolver a situação de analfabetismo dos trabalhadores, notadamente no meio rural, para eles era importante que essa massa humana continuasse paralisadas e dependentes das suas praticas paternalistas (SAMPAIO, 1975, p.36).

Mas quem o Estado brasileiro, considerava cidadão? Para a primeira constituição da República Federativa do Brasil, no Título IV, Seção I, art. nº 69, o cidadão brasileiro, está assim classificado:

> 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação;
> 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República;
> 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiver em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se;
> 4º) os estrangeiros, que se achando no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;
> 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;
> 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados.

A condição de cidadão brasileiro preconizada na constituição parte de um pressuposto baseado na qualidade O que dizer dos nascidos no Brasil, filhos de ex-escravizadas, cujos pais estrangeiros não os reconheciam como filhos? Muitos abandonados, perambulando pelas ruas, adultos e crianças, sem direitos ao menos, a proteção do estado? E a população indígena e as mulheres? Do mesmo modo, o reconhecimento pela legislação como brasileiro, não assegurava a sua participação e inserção na vida política da sociedade, visto que na mesma Constituição, no seu art.70, estabelece os critérios e/ou prerrogativas, para que o cidadão pudesse exercer de fato, a sua cidadania, através do voto e participar da vida política do país:

> São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.
> § 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:
> 1º) os mendigos;
> 2º) os analfabetos;
> 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
> 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.
> § 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

Diante desse conjunto de restrições percebe-se que para os grupos dirigentes da República, apenas uma pequena parcela da população deveria ser considerada mais cidadã do que o contingente de 83% de analfabetos existentes na época e

deste modo, sem possibilidade de exercer o direito civil de votar e ser votado, condição esta que não sofreu grandes mudanças nos anos subsequentes.

2.4 EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA: A CONQUISTA DO DIREITO A EDUCAÇÃO

Se a Proclamação da República reafirma a exclusão dos analfabetos do direito à cidadania ativa, tampouco tomou providências no sentido de formar os novos contingentes de eleitores, alfabetizando e educando a população em idade eleitoral. Os percentuais dos votantes nas diversas eleições subseqüentes mostram a insignificância do número dos mesmos, nos anos iniciais da República, o que significa “deixar fora” amplos setores da população adulta, justamente os grupos que não tiveram acesso à leitura até pela pequena dimensão do sistema educativo pós Independência.

A Constituição do Império prevê já em 1827, a Lei Orgânica do Ensino que constitui o Sistema Nacional da Educação e orienta a criação em todas as cidades e vilas do País de escolas primárias Em conseqüência da lei, são criadas na Bahia 107 novas escolas primárias, embora muitas delas não tenham sido implantadas no mesmo ano, segundo informa Almeida (2000). Ainda no início do Império, outras medidas foram tomadas com vistas à ampliação da oferta de ensino. O ato adicional de 1834, que redefine as competências constitucionais no sentido de ampliar a autonomia das províncias, lhes atribuindo o papel de legislar, organizar e fiscalizar o ensino primário e secundário, devendo o governo central, através do Ministério do Império, responsabilizar-se pelo ensino primário e secundário no território da Corte e o ensino superior em todo o país.

A República deixa a cargo dos Estados a definição de leis sobre o direito a Educação. Na Bahia, o recenseamento escolar de 1890 aponta para uma população em idade escolar de 14.190 indivíduos, mostrando que em 1891 apenas 10% dessas crianças freqüentavam a escola pública, tendo a proporção aumentada no ano de 1925 para 14%. Neste ano em que o ensino público primário passou para a

responsabilidade do estado, registrando-se a inauguração e a reativação de muitas escolas e aumento do número de professores (SANTOS, 2001).

Nunes (2001) analisando também, os dados do censo de 1890 no Brasil, na perspectiva da população analfabeta, considera que

> O índice de analfabetismo subira para 85% e o índice baiano para 91,3%, baixando a população alfabetizada para 14,8% no Brasil e 8,7% na Bahia. Isto porque os ex-escravos foram contabilizados e, sendo quase todos analfabetos, elevou, em vez de diminuir este índice" (NUNES, 2001, p.51).

Tomando como base a gestão de Manuel Vitorino, a autora, ressalta que o primeiro governador da Bahia fez algumas intervenções no âmbito da educação, buscando atender aos princípios educacionais da República que preconizavam a Universalização, Obrigatoriedade, Laicidade e Gratuidade da educação, editando nove atos voltados para esta área: a obrigatoriedade da educação dos 6 aos 13 anos; ensino primário; Alistamento escolar; Criação de fundos para a educação; Reforma da instrução pública; Criação de departamentos escolares; Permissão para a educação privada; Medidas para a regulamentação da higiene escolar; Criação de um conselho superior de ensino.

A criação do fundo escolar estadual e municipal deveria ser composto pela destinação das rendas já existentes, criando um imposto de captação de recursos sobre os varões maiores de 21 anos residentes no Estado que exercessem profissão ou emprego, ou vivessem de seus bens ou renda, no valor de Rs2$000(dois mil réis) por contribuinte anualmente na capital, cidades e vilas e, Rs1$000 (um mil réis) nos arraiais e povoações. "A conclusão do ato informava que o orçamento do Estado, supriria o fundo escolar com o que pudesse faltar, não excedendo as verbas anteriormente votadas" (NUNES, 2001, p.52)

A Constituição de 1891 mantém as atribuições de organização de sistemas educacionais nos níveis primário e secundário aos Estados e Municípios, reservando a união poderes para legislar sobre a organização do ensino municipal do Distrito Federal e sobre o ensino superior. Entretanto, a descentralização do ensino foi sendo realizada mediante as condições financeiras de cada município. Dados extraídos dos estudos de Santos (2001) indicam que em Salvador no ano de 1900 havia 30 estabelecimentos de ensino primário e secundário, aí contabilizada a

educação fornecida pela Santa Casa de Misericórdia e pelo Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Em 1910 o número de estabelecimentos de ensino aumentou para 40 e, no ano de 1920, estabelecimentos de ensino primário somavam, 83, chegando a 191 no ano de 1926.

Apesar da precariedade das estatísticas educacionais no início da República, Segundo Menezes (1997, p. 285),

> informações provenientes de estudos abaixo referidos nos permitem verificar a tendência dos números em relação à matrícula dos Estados da Bahia, do Distrito Federal de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo, bem como para o total do Brasil:

Tabela 1: INSTRUÇÃO (MATRICULA) PRIMARIA, ESTADOS SELECIONADOS DO BRASIL DIVERSOS ANOS.

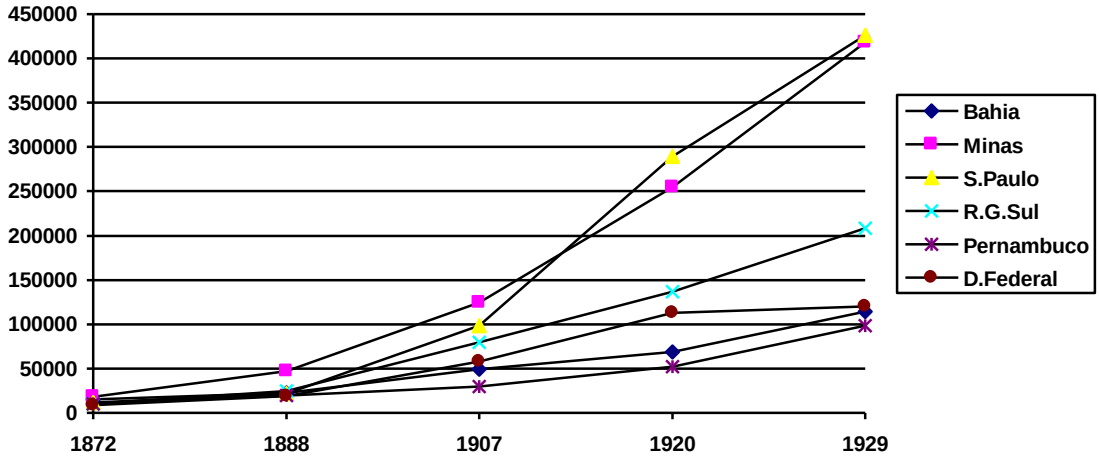
ESTADOS	1872	1888/89	1907	1920	1929
Bahia	15540	22131	49417	68782	114207
D.Federal	8433	18696	57523	112955	119939
Minas Gerais	17905	46997	124634	254446	418057
Pernambuco	10334	19742	29922	52445	987748
R.G.Sul	9982	24287	79833	136599	208011
S.Paulo	11520	21989	98710	289291	426274
BRASIL	139321	258802	638378	1249449	2050231

Fonte: Menezes (1997) apud Barbosa (1929). Parecer-Projeto sobre o Ensino Primário. BRASIL. Directoria de Estatística – 1916. Rio de Janeiro. Departamento Nacional de Estatística. Estatística Intelectual do Brasil, 1929, Rio de Janeiro.

Apresentando estes dados em forma de gráfico abaixo, nos é possível verificar a evolução dos mesmos e o fraco desenvolvimento da matrícula na Bahia 22em comparação com estes Estados. Nele se pode ver, também, como, a partir de uma situação mais ou menos comum no Império, cresce a diferença entre os Estados depois da Republica, com a criação da Federação.

GRÁFICO I: Instrução Primária no Brasil 1872/1929.

Instrução Primária no Brasil 1872/1929



Fonte: Menezes, Jaci Ferraz de. Igualdade e Liberdade, Pluralismo e Cidadania: O acesso à Educação dos Negros e Mestiços na Bahia,1997

Ainda segundo Menezes (1997, p. 284),

> as matrículas na Bahia crescem menos e de modo mais lento do que nos demais Estados analisados, à exceção de Pernambuco. Chega a ser um vexame o desempenho da Bahia, se comparada, por exemplo, com o Distrito Federal. ou com Minas Gerais, que tinha, à época do Império, população negra e mestiça, como a da Bahia e, como vimos, pelo menos na Zona da Mata Mineira, teve um processo pós-abolição parecido com o da Bahia, também pela via da formação de um campesinato. O que explica a diferença no crescimento das matrículas no ensino primário?

Para essa autora (1997), na Bahia, a partir de 1897, o fator principal seria a municipalização do ensino primário, que não se dá em Minas Gerais. Na Bahia, a análise dos gastos da esfera estadual com educação mostrou que eles estiveram, a partir de 1900, quase congelados, decrescendo em termos de valor dos recursos. A explicação do crescimento desigual do sistema de ensino via da forma de gestão, estaria acoplada a possíveis problemas no sistema econômico no pós-abolição – resultantes da desorganização relativa da economia baiana e do lento empobrecimento e estagnação da mesma. No mesmo estudo, a autora compara os dados de matrícula com os de população. As matrículas para a Bahia representavam 11/1.000 habitantes, em 1872; 12/1.000 em 1888/89 e 20/1.000 em 1907..

Em suma, o crescimento da oferta de educação primária na Bahia, após o período que imediatamente se seguiu à Abolição e à República, é pequeno. Entre 1872 e 1920, o crescimento das matrículas sobre a população foi de apenas 9/1.000 habitantes, enquanto que em Minas Gerais ampliou a inclusão de 34/1.000 habitantes no mesmo período; São Paulo 49/1.000 habitantes. Em sua totalidade, o Brasil incorpora menos que São Paulo, mas também mais que a Bahia 26/1.000 habitantes. (MENEZES, 1997, p. 287).

O governo de Luís Viana, no período de 1896 a 1900, promoveu algumas ações visando regulamentar o ensino no Estado. Através de decreto lei datado de 10 de junho de 1896 e da lei de nº 200 de 10 de agosto de 1897 são definidas competências para a Inspetoria Geral de Ensino e, extinto o cargo de delegado escolar passando as suas atribuições para o juiz de direito da Comarca. Reforma o prédio do Ginásio da Bahia (antigo Liceu Provincial) e instala a Escola Normal no Palacete do Caquende. Sobre esse período, Tavares (2001) comenta que foi marcado, principalmente, pela guerra de Canudos e pelas dissidências entre os grupos políticos pertencentes às oligarquias baianas, sendo seus principais protagonistas, os próprios Luís Viana e Severino Vieira.

As análises de Luz (2009) em tese de doutoramento, nos leva a entender que a educação na Bahia no governo de JJ Seabra, ocorrido entre os anos de 1912 a 1916 e as iniciativas adotadas visando reformar o ensino, não trouxeram avanço no sentido de reverter o elevado número de analfabetismo ainda existente. Neste sentido faz referência a lei de nº 1.006 de 6 de setembro de 1913 que reforma o ensino do Estado, definindo dentre outros aspectos que a escola infantil teria vigência de dois anos e deveria seguir o plano froebeliano De acordo com o autor (2009), Seabra faz um balanço entre o número de escolas mantidas pelo Estado na capital, e no interior e as dos Municípios, lamentando o quantitativo de matriculas e da frequência, por não registrar maiores avanços.

De acordo com o autor, no decreto n.1354 de 20 de janeiro de 1914, Seabra regulamentou a instrução pública primária, definido a organização de um Museu-Escola, para que o professor conhecesse as mais aperfeiçoadas normas da sua arte de educar e instruir , instituindo a fiscalização escolar. Acrescenta que, para Seabra, o plano de reformas sairia vitorioso a partir da sintetização de três pontos:

> 1) Ensino primário modificado mediante uma combinação mais simples de uma orientação pedagógica mais completa e uma fiscalização mais independente;
> 2) Ensino ginasial que preparasse para a vida prática, mas também para as escolas superiores, trazendo como benefícios, a melhor seriação dos estudos, o alargamento da língua vernácula; um novo rumo para o estudo da geografia; uma melhor situação dada ao ensino do latim para melhor compreensão da língua portuguesa; a aprendizagem de línguas vivas;
> 3) Ensino normal com vínculos mais estreitos com o ensino primário, imprimindo "ao ensino dos métodos, finalmente o cultivo das vocações nas escolas práticas anexas, nova orientação a disciplina das especialidades" (LUZ, 2009, p. 49).

Quanto ao governo de Antônio Muniz, Luz (2009) considera que o único elemento novo que trouxe para a educação foi a idéia de valorização do ensino científico e do ensino superior. Acrescenta ainda, que o governador afirmava a necessidade de melhorar a qualidade do ensino primário, com a valorização e qualificação do professor, condenando a prática da política partidária que interferia na área da educação.

Contudo, não se verificou nenhuma mudança significativa na sua gestão, que foi marcada pela greve dos professores, face aos baixos salários e os constantes atrasos no seu recebimento. A greve contou com o apoio da imprensa da época, sendo reforçada pela participação de professores renomados, como: Possidônio Dias Coelho, Hugo Baltazar, Jovina Moreira, Anna Moreira Bahiense, Vicente Café, Severianno Sales Filho, dentre outros.

Com base nas prerrogativas dos Estados para a organização do ensino é que Reis (2007) observa que a partir do ano de 1920 teve início, em vários Estados brasileiros, movimento pela renovação educacional, inspirados na escola nova européia, sendo os mais significativos, a reforma Lourenço Filho, no Ceará, em 1923. "A reforma Anísio Teixeira em 1925 com base no ideário da escola nova de William James e John Dewey" (CORDEIRO, 2001, p.3); reforma Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, em 1927 e a reforma Francisco Campos, em Minas Gerais no ano de 1928.

Ao manter a responsabilidade nos Estados e municípios sobre a educação primária e secundária, percebe-se uma descentralização em termos da organização e financiamento do ensino e, ao mesmo tempo a centralização em âmbito federal com a criação do Ministério da Instrução Pública em 1891, e depois no ano de 1892

a criação do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores e, finalmente a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930.

A partir das especificidades do interesse dos grupos dirigentes e da mobilização da população para ter o acesso à educação, os Estados vão responder de modo diferenciado na efetivação de sistemas educacionais. Os desníveis regionais são apontados como indicativos das desigualdades educacionais que ocorreram e ainda ocorrem na política educacional brasileira. Estas medidas foram tomadas com base na descentralização do serviço educacional.

Para Menezes (1997), a política educacional assumida logo após a Proclamação da República, é orientada para a descentralização dos serviços, pelo caráter federalista da República, que leva a municipalização da gestão educacional do ensino primário, ficando o governo estadual com a função suplementar de colocar duas escolas, uma para cada sexo, em cada município. Considera, entretanto, que os municípios dispunham de recursos limitados, ocasionando lentidão no desenvolvimento ao sistema educacional municipal. Com a Reforma de 1925, o governo de Góes Calmon, torna o Estado responsável pela implantação de um ensino primário através de um sistema único. Esta unificação se dava da seguinte maneira:

a. O ensino primário, a cargo dos Municípios, constituiria com o dos Estados um só e mesmo serviço, sob a direção geral do Estado;
b. A competência dos Municípios em criar, manter, transferir e suprimir escolas de instrução primária era reconhecida nos limites da lei.
c. Estando os serviços unificados, todos os professores seriam funcionários estaduais e o seu ingresso se daria por concurso e a carreira dos professores, bem como os níveis de sua remuneração, ficava unificada também;
d. O Município ficava obrigado a destinar 1/6 de sua receita para educação primária, podendo ainda os mesmos criar contribuições para a educação; O tesouro do Estado pagaria aos professores a partir dos recursos recolhidos mês a mês, pelos municípios á Fazenda Estadual. Caso não houvesse recolhimento, seria apurada a responsabilidade do Intendente, que poderia ser afastado temporária ou definitivamente.

2.5 A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Desde o período colonial, a educação para os trabalhadores se deu de acordo modelos diferenciados, segundo o lugar de cada educando.

> Sendo assim, a educação dos índios e mestiços, ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas, ensinava o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã e para cumprir os deveres para com Deus e para com o Estado. Além disso, ensinava-se a ler, escrever, contar, ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem desonrosas, não podiam se executadas pelo branco (CASIMIRO, 2008 p. 20-21).

A educação tradicional promovida em espaços familiares, religiosos, comunitários, o aprendizado a partir da relação mestre - aluno, o conhecimento para a vida prática e para as relações comunitárias aos poucos, foi perdendo espaço para a educação oficial institucionalizada, para o discurso e os ideais da época que projetavam para a criação de escolas pública e laica para todos. Ideário esse, incorporado por todas as correntes do movimento operário que vão surgindo no cenário político e, aliado as suas proposições e reivindicações trabalhistas, propõem a criação de escolas para os trabalhadores.

O ideal liberal parte do princípio de que mesmo preservando a distinção de classe social, a educação deve ser para todos, pelo fato de todos serem homens, um mínimo de escolarização universal, padronizada e pública com base no experimentalismo científico precisa ser ofertada.

Ao analisar essa educação para todos, ainda que não todo tempo, Ester Buffa (2007), considera como uma proposta derivada da igualdade básica entre os homens

> A arte universal de ensinar tudo a todos. Este ensinar a tudo e a todos significa ensinar os fundamentos, as razões e os objetivos de todas as coisas, das que existem na natureza e das que se fabricam (BUFFA, 2007 p.19).

Para Matta (2000), mesmo a proposta de educação diferenciada, a depender do lugar onde estavam posicionados os sujeitos sociais introduzida no Brasil, encontrou resistências na sua implantação. Setores mais atrasados das oligarquias,

não tinham interesse no projeto de educação universalista da República. Para ele, os únicos com plenos direitos a cidadania eram os grandes comerciantes e os senhores de engenho, pois a existência da escravidão fazia do liberalismo quase uma ironia. A sociedade senhorial não estava voltada para a produtividade e formação profissional.

No período, de acordo com os estudos de Matta (2000) a educação formal "era essencialmente ilustrativa, servindo mais para reafirmação dos rituais de poder e legitimação da ordem social senhorial, do que para qualquer tipo de aporte no sistema produtivo" (MATTA, 2000, p.7). O sistema produtivo baseado na qualificação para o trabalho pela pratica educativa dos mestres de ofício, ultrapassa o período do Império e no início da República, se verifica uma espécie de consolidação, pois são os mestres, que proprietários de oficinas, continuam assumindo o papel de professor e de patrão que irá absorver a mão de obra de alguns trabalhadores libertos adultos e de crianças. Se constituindo na possibilidade desse trabalhador desenvolver atividade remunerada.

Acreditando na possibilidade da educação enquanto via de acesso a melhoria de condição de vida e aquisição da cidadania, é que trabalhadores de vários segmentos e tendências políticas se organizam em associações, centros, ligas e sindicatos operários e passam a reivindicar escolas para as classes as quais representavam. Nesta luta, algumas iniciativas no âmbito governamental são realizadas e também, as iniciativas oriundas do movimento dos trabalhadores.

O contexto retratado dos anos iniciais da República aponta para vários aspectos que limitavam e ainda limitam a participação dos trabalhadores negros no exercício da cidadania, dentre eles, as desigualdades educacionais a partir da adoção de modelos diferenciados que estavam direcionadas para cidadãos que pela sua condição social deveriam ser preparados para dirigir, comandar e exercer liderança dentro da sociedade e outro, voltado para os grupos populares que deveriam permanecer na condição de comandados e de subalternidade que lhes eram impostas.

Nos capítulos seguintes aprofundaremos as reflexões sobre o movimento dos trabalhadores pela educação, analisando as iniciativas por eles promovidas para alcançar tal objetivo.

3 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES PELA EDUCAÇÃO

No capítulo anterior, retratamos aspectos do contexto baiano a partir do pós-abolição e da República. Observamos que eram grandes as dificuldades enfrentadas pelas camadas populares, para a sobrevivência, ameaçadas pelo desemprego, pela carestia dos gêneros de primeira necessidade, pelo controle dos espaços de movimentação como as ruas da cidade, principalmente dos trabalhadores libertos e dos saídos do regime escravocrata, cerceados inclusive do exercício da plena cidadania, devido à falta de acesso aos mínimos direitos sociais e a educação.

Na Bahia conviviam esses trabalhadores, com um imaginário de justiça social e igualdade preconizada pela República, que na prática não se efetivava. Ao longo desse regime, verificou-se o surgimento de várias organizações representativas de segmentos dos trabalhadores, ligadas as artes e ofícios, a construção civil e as indústrias têxteis, tendo como objetivo a integração desses trabalhadores ao novo momento que o país vivenciava, notadamente, no que dizia respeito ao mercado de trabalho, na medida em que avançava o processo de industrialização e a diversificação da mão de obra.

As demandas que foram surgindo a partir do crescimento populacional, da urbanização das cidades, da substituição da mão de obra escravizada por trabalhadores livres estavam vinculadas a necessidade de acesso a instrução e qualificação profissional, tomando por base a proposta de educação baseada em princípio liberal.

A educação, antes promovida em espaços privados - a exemplo das casas residenciais e das oficinas de trabalho, onde tinham os mestres e os mais velhos, a responsabilidade de educar os sujeitos para a vida e para a produção, dando continuidade às praticas de trabalhos existentes, que se baseava na produção para atender as demandas do mercado e para prover a sobrevivência - com o processo de industrialização, vai, aos poucos, saindo de cena para dar lugar à escola. Espaço esse que foi sendo institucionalizado, e considerado como o mais adequado para responder as necessidades de uma sociedade carente de conhecimentos, e de mão

de obra especializada para se relacionar com as novas técnicas e equipamentos necessários ao novo modo de produção.

Menezes e Santos Filho (2008) informam que desde a chegada da corte portuguesa teve início a educação para formação de trabalhadores artífices. Comentam que, na época, era difícil conseguir mão de obra livre e, preparada para assumir as demandas do exército português na produção metalúrgica. Em decorrência em 1810, é criada na corte uma companhia militar de soldados artífices, anexa ao Regimento de Artilharia para formar 60 ferreiros e serralheiro.

Nas análises que os autores realizam sobre a educação voltada para os trabalhadores, afirmam que

> a iniciativa do Estado para a formação voltada para o trabalho se apoiou em quatro vertentes, a primeira vertente, a via militar. A segunda, a utilização de mão de obra para a reforma e desenvolvimento dos estaleiros em 1811, visando formar projetistas e desenhistas para a arquitetura naval. A terceira consistiu no reordenamento de orfanatos, como o Colégio dos Órfãos de São Joaquim, a quarta e última via de formação de artífices se dá pelo desenvolvimento das artes que na sua trajetória, dá origem a Escola de Belas Artes, criada em 1820 (MENEZES e SANTOS FILHO, 2006, p.3).

Sobre o Colégio dos Órfãos de São Joaquim, Matta (2008, p.110) informa ter sido o mesmo criado pelo catarinense e franciscano Joaquim Francisco do Livramento. Essa foi a primeira instituição no Brasil a ter um projeto pedagógico e profissional voltado “para marginais e membros das classes trabalhadoras”, em que o triângulo escola-profissão e educação foi considerado em conjunto. Ressalta ainda que, “devido ao número de trabalhadores egressos, ‘o critério rigoroso de formação’ e a construção de um perfil do seu aluno acabaram transformando a Casa Pia na origem da própria classe trabalhadora operária e assalariada da Bahia” (MATTA, 2008, p. 117), pois, até para aqueles que não eram formados pelo colégio tinham que seguir o seu padrão como critério de empregabilidade. As ações governamentais com foco na formação de trabalhadores eram diminutas, em relação aos índices de analfabetismo e a necessidade de um mercado de trabalho que procurava se desenvolver.

Essa contradição entre a necessidade de formação de mão de obra livre - que estava sendo apontado pela realidade - e o que efetivamente era concretizado, via

governamental ou através de entidades assistenciais de cunho religioso, não contemplava as expectativas dos trabalhadores criadas a partir do novo momento resultante da liberdade da mão de obra e da mudança de regime governamental. As iniciativas de formação e educação tomadas antes da Abolição voltavam-se muito mais, para o público constituído pela população jovem do que para o trabalhador (a) adulto (a).

Para Ghiraldelli (1987), a República recebeu como herança um razoável fervor ideológico, onde as idéias de democracia, federação e educação apareceram como soluções indispensáveis no sentido de acompanhar a modernização do país. Reportando-se a Cunha cita que, "A procura de educação escolar [como] instrumento para frear a velocidade de descensão ou para acelerar a ascensão, aumentou bastante no fim do Império e no início da República" (GHIRALDELLI, 1987, p.15). Afirma ainda que os trabalhadores urbanos e os colonos começaram a ver na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances de ingresso numa das carreiras burocráticas que a modernização da sociedade oferecia.

Rosa Fátima de Souza (1992) ao estudar as demandas populares pela educação na primeira República entende que,

> nas primeiras décadas do século, a educação torna-se alvo de interesse de diferentes setores sociais. Em torno dela é produzido um imaginário que lhe atribui extremo valor social. Facções das próprias elites dirigentes utilizaram-na como instrumento de luta contra a oligarquia. O movimento operário proclamava a sua necessidade para concretização da revolução social. Para o Estado ela significava a consolidação do novo regime. Educadores e reformadores sociais viam nela a possibilidade de regenerar a República e promover a modernização do país. Para a população, um meio de ascensão social e melhoria de vida" (SOUZA, 1992, p.65).

A educação era (e ainda é) percebida como via de resolução dos problemas sociais, problemas esses, caracterizados pelo desemprego, pela ociosidade ou da chamada "vadiagem", pelas condições de vida da população insalubres em termos de habitação, de saneamento, higienização, com a ocorrência de moléstias e doenças e, sobretudo, o analfabetismo, que impossibilitava a participação do contingente populacional maior de idade, na construção do novo regime inclusive,

pela falta de acesso ao voto. Isto porque, para que a República fosse consolidada como regime democrático, precisaria de uma maior participação dos cidadãos na vida política. Entretanto, com a legislação eleitoral então vigente impedia isto, tendo em vista o alto índice de analfabetismo (que, segundo o censo de 1890 apontava 85% de analfabetos em uma população de 14.000.000 de habitantes,).

Menezes (1997 e 2008) comenta sobre o sistema de ensino organizado no Brasil a partir da República, voltado para as novas gerações. O trabalhador adulto, recém saído da escravização, não estava contemplado nesse sistema de ensino. Estabelece-se aí, uma contradição entre o discurso liberal que dava sustentação e buscava a legitimação para o regime republicano; e as ações que foram então adotadas, promovendo uma “inclusão excludente”.

A educação oficial, disponível no final do século XIX, ainda estava baseada nos princípios católicos e no seu caráter evangelizador, o Estado, a Igreja e as elites dominantes entendiam que deveriam ser adotados, dois modelos de educação. A educação primária e secundária, voltada para os filhos da elite e, o ensino técnico-profissional para a prática do trabalho. Este destinado aos filhos das camadas populares.

O acesso dos trabalhadores adultos libertos e mesmo os trabalhadores livres à educação, foi sendo ampliado na medida em que diversas categorias profissionais desde o Império criaram formas de organizações a princípio, as caracterizadas como associações beneficentes, as mutualistas, avançando para as associações de caráter reivindicatório, por melhores condições de trabalho, salário e instrução, como via de assegurar o mercado de trabalho para os seus associados como também, o exercício da cidadania.

> As reivindicações e projetos do movimento operário pela educação foram efetivados em ações desenvolvidas pelos próprios trabalhadores no sentido de promoverem a sua auto-instrução e a de seus filhos mesmo pagando escolas particulares, criando escolas primárias, Centros de Estudos, Bibliotecas e Universidades Populares, Escolas Modernos nas diversas regiões do país (SOUZA, 1992, p.68).

A inexistência de uma política de massas voltada para a educação não assegurava sequer, o ingresso das crianças que se encontravam em fase escolar,

devido à falta de investimentos dos municípios, atribuídos aos poucos recursos financeiros disponíveis. O atendimento da população adulta, não estava contemplado. Mostrando-se ainda incipientes em termos de organização com caráter reivindicatório, os trabalhadores através de partidos políticos, associações, centros, ligas operárias e sindicatos pleitearam/ pleiteiam, e até mesmo promoveram/promovem a criação de escolas formais, para as classes trabalhadoras desvinculadas do Estado e da igreja, e que atendam as suas expectativas em termos de afirmação de identidades de gênero, étnico/raciais e de classe.

Essas iniciativas para a educação dos adultos e de jovens trabalhadores, para alguns pesquisadores se devem às influências das idéias socialistas, aqui introduzidas por emigrantes europeus. Outros advogam que desde o Império, já circulavam nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, publicações socialistas, do movimento operário europeu, baseadas no socialismo utópico de Saint Simon, Fourier, Proudhon. Existe um consenso, no entanto, de que no início do século XX as idéias socialistas tiveram uma prevalência, influenciaram os trabalhadores e as suas respectivas representações.

A hegemonia das idéias socialistas no movimento operário pelos estudos realizados começa a desaparecer no decorrer do século XX, pelo surgimento das correntes anarquistas e anarco-sindicalistas e mais tarde, as comunistas. As correntes libertárias contrariam o pensamento vigente até então entre os trabalhadores de participação política partidária como meio de alcançar conquistas civis e sociais, o que acabou sufocando a atuação dos partidos operários criados pelos socialistas (GHIRALDELLI, 1987 apud CARONE, 1973).

O papel desempenhado pelos socialistas foi o de atuar na organização dos trabalhadores para enfrentar os problemas advindos do processo inicial de implantação do capitalismo, como a proibição do trabalho para os menores de 14 anos, a diminuição da jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho da mulher, defendendo ainda, a criação de escolas, para o acesso dos trabalhadores adultos e dos seus filhos, a uma educação gratuita e laica. Nestas bandeiras de luta, percebe-se que existia uma consonância em relação às intenções do Estado sobre a laicidade e gratuidade da escola, diferindo no que dizia respeito à oferta de educação para a população adulta.

Os programas dos partidos socialistas, e os congressos operários realizados nos primeiros anos da República, demonstravam a preocupação com a atuação política dos trabalhadores e a necessidade de sua instrução, como um objetivo a ser perseguido para que pudessem participar da construção do Estado brasileiro, intervindo politicamente nas eleições.

O movimento das classes operárias na primeira República ocorreu basicamente em todo o país e, tomando como referência Carone (1973), percebe-se nos dados que apresentamos a seguir, a educação como uma meta a ser conquistada nos vários programas e estatutos das organizações, por ele estudadas. Para ele, as formas organizativas, como ligas, Centros, Corporações de Ajuda Mútua, Caixas Beneficentes, Bolsas de Trabalho, Sociedades de Resistências e Sindicatos, são organizações operárias ligadas estreitamente com o movimento anarquista. As ligas surgem desde o ano de 1870, com ação limitada devido a sua curta existência. Verificando-se essa limitação para as outras formas de organização anarquista. Aquelas que ampliaram a sua ação conseguiram se firmar a partir do início do século XX.

Na Bahia, em 1890, é criado o Partido Operário Bahiano em articulação com o Partido Operário do Rio de Janeiro. Esses partidos surgem com propósitos de para além das lutas reivindicatórias de cunho trabalhistas, promoverem a educação para as classes que representavam, através da criação de escolas para os trabalhadores adultos e as crianças. Propósito perseguido, mesmo após as divergências internas que levou a divisão do partido em dois grupos, dando espaço para o surgimento da União Operária Bahiana.

O Centro Operário Radical criado em 1892 prevê, no seu programa, artigo 7º, a Reforma do Ensino, Instrução primária obrigatória, Doutrinamento nas escolas da moral utilitária e fraternal. Ainda segundo Carone (1973), o 1º Congresso Socialista Brasileiro realizado no Rio de Janeiro em 1890, presidido pelo mulato Luiz França e Silva, dá origem ao primeiro Partido Socialista Brasileiro, de 1892.

Leal (2009, p.313) se refere ao Primeiro Congresso Socialista, como o 1º Congresso Operário Nacional e relata o convite feito por França e Silva a Manuel Querino, então representante da União Operária Bahiana, para “os operários baianos fazerem parte do Congresso”. Em Assembléia realizada no liceu de Artes e

Ofícios, foram escolhidos, Argemiro Leão e Manuel Querino como representantes das classes artistas. Querino solicitou dispensa, sendo posteriormente deliberadas as representações de Argemiro Leão e Cândido Brinzidor.

O Partido Socialista do Rio Grande do Sul, criado em 1897, ainda de acordo com Carone (1973), contempla no seu manifesto alguns dispositivos que nos chamam atenção pelo avanço das suas proposições para a época, como o fornecimento da merenda escolar para os alunos e a defesa do direito ao voto para as mulheres - conquista essa só efetivada no ano de 1932.

As principais reivindicações dos socialistas gaúchos eram, portanto: 1. a ampliação do sistema eleitoral; 2. o reconhecimento do direito de voto e elegibilidade á mulher; 3. a adoção de severas medidas contra a fraude à vontade popular nas eleições; 4. a implantação da instrução geral e profissional gratuitas, bem como todos os utensílios necessários ao estudo, vestuário e alimentação, a expensas do Estado, para os filhos das classes pobres.

De acordo com Carone (1973), somente em 1902, o segundo Partido Socialista Brasileiro é criado em São Paulo, também oriundo de um Congresso Socialista no início do mesmo ano e que aglutinava elementos de várias tendências, inclusive marxistas. Informações contidas no relatório do Centro Operário da Bahia informam que “em Assembléia Geral da entidade saíram indicados como delegados do Centro Operário no Congresso, Estevão Estrella que já se encontrava em São Paulo e Ludgero de Souza” (Relatório do Centro Operário, 1902 e1903p. 17).

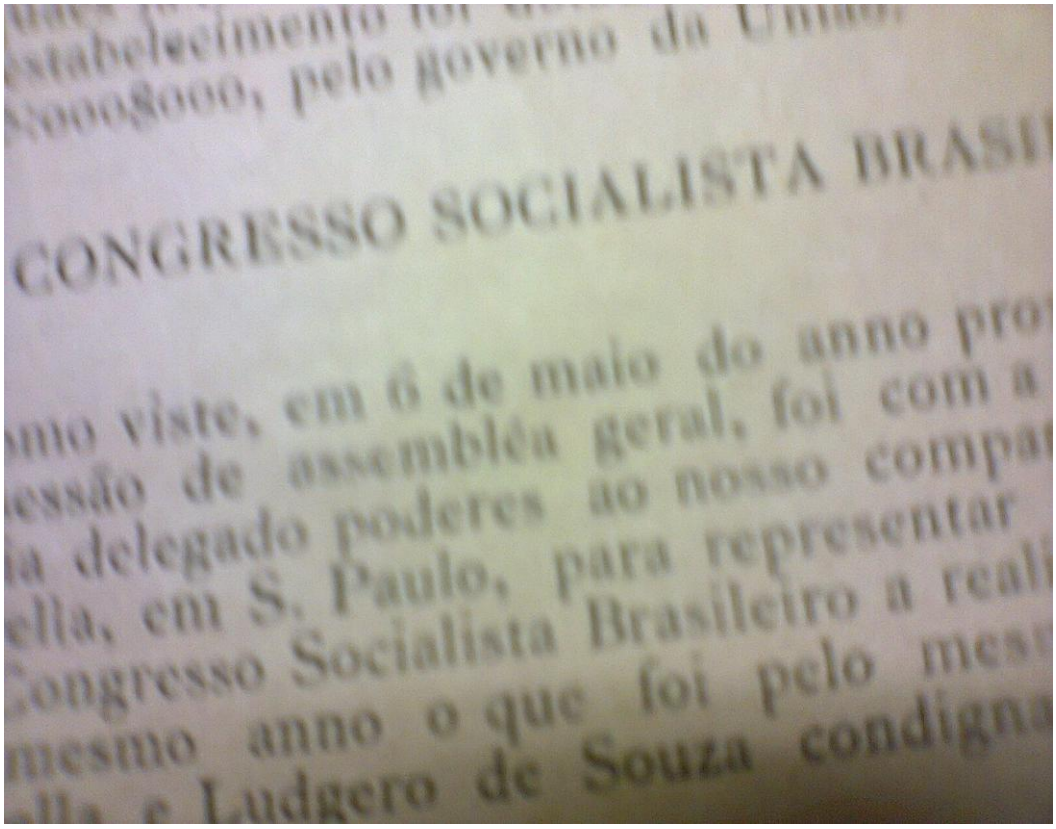


Figura 1: Foto da página 17 do Relatório do Centro Operário, período de 06 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903 onde se verifica o registro da indicação de Estevão Estrella e Ludgero de Souza, como representantes da organização no Congresso Operário de 1902.
Fonte: Coordenação de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

O programa mínino do Partido Socialista Brasileiro criado em 1902 incluía temas referentes à abolição do trabalho para menores de 14 anos, carga horária de 8 horas para o trabalhador adulto e de 6 horas para os menores de 14 a 18 anos. Dentre os seus vinte e oito itens, destacamos aqui os de números três e nove. O item três propõe: “O trabalho permanente de qualificação eleitoral, e de demais reforma que facilitem a ação eleitoral e que o dia da eleição seja marcado para dia de domingo” (CARONE,1973,p. 231). Já o item nove, “reivindica a instrução laica e obrigatória para todos os menores até 14 anos, ficando a cargo do Estado ou das municipalidades, os casos em que seja necessária a manutenção dos educandos” (CARONE,1973,p.232). E que o governo providencie a criação de escolas rurais e profissionais para todos os operários, e de escolas noturnas para os adultos.

O primeiro Congresso Operário Brasileiro que aconteceu no Rio de Janeiro no ano de 1906, aprovou propostas que diziam respeito à diminuição da carga horária

de trabalho, para que o operário possa descansar, ter facilidade para o estudo, a educação associativa, a emancipação intelectual e o combate ao alcoolismo, fruto do excesso de trabalho embrutecedor e exaustivo. O primeiro congresso orienta ainda, a fundação de bibliotecas, a fundação de instituições de ensino e de atividade sindical.

Nos já citados estudos de Ghiraldelli (1987), há a informação de que esse congresso contou com a participação de 43 delegados, representando 28 entidades operárias, a maioria proveniente de cidades do interior do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, contando com a participação também, de delegados dos estados de Pernambuco, da Bahia e do Ceará. Quanto à representação baiana, não foi possível identificar o seu representante. Informações de Castelucci (2008) nos dizem que a Federação Socialista Bahiana, encaminhou um ofício a Comissão Organizadora do Congresso, manifestando o seu apoio e adesão e dos 08 sindicatos a ela filiados, assim discriminados: Liga Socialista Protetora dos Sapateiros, União Socialista das Costureiras, Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar da Bahia, União Operária dos Carregadores, Liga dos Trabalhadores Socialistas, Associação Defensora dos Trabalhadores em Construção, Associação Unificadora dos Trabalhadores em Padaria, Centro Unificador dos Sapateiros, União dos Trabalhadores em Viação Terrestre da Bahia, Sindicato dos Mecânicos da Bahia e o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira (2008, pgs.159 a161)

Nesse evento, as posições ideológicas do anarco-sindicalismo deram a tônica para a maioria das teses discutidas, rechaçando inclusive qualquer projeto de participação eleitoral, que possivelmente foi encaminhada pela ala socialista. O congresso aprovou também, a criação da COB – Confederação Operária Brasileira – e tanto Carone (1973) como Ghiraldelli (1987) consideram que esta pode ter sido inspirada na CGT francesa.

As proposições para promover a educação dos trabalhadores passam por discussões dentro de congressos e encontros das categorias e são introduzidas em estatutos e regimentos de cada organização, seja as de orientação socialistas, anarco-sindicalistas ou anarquistas.

O Centro Socialista Paulistano de 1908 se posiciona para a criação de escolas primárias e agrícolas, como instituições de defesa dos colonos. O Partido

Comunista do Brasil com atuação no país a partir dos anos vinte, dentre os seus princípios, apresenta quatro pontos que se refere à educação:

> Princípio 28 - a educação deve obedecer a seguinte ordenação psicológica: até os sete anos em geral a criança educa as percepções; dos sete anos aos quatorze aprende as noções; dos quatorze aos vinte e um desenvolve o raciocínio. Deve haver, três graus: elementar, primário e secundário.
> Princípio 29 – A educação profissional (energia de habilitação) acompanhava gradativamente, a educação mental.
> Princípio 30 – O ensino deve ser integral até os vinte e um anos e garantido a todos. E garantido também para os indivíduos que revelarem vocações especiais em curso superior (medicina, engenharia, pedagogia, ciência, etc.);
> Princípio 36 – Sendo o sufrágio universal um processo de usurpação política da democracia declaramo-lo prejudicial á renovação humana, repelindo qualquer plano revolucionário baseado nele;
> Princípio 37 – Toda mulher deve ter o curso completo de pedagogia, destine-se ou não a ser professora. (CARONE, 1973, p. 255 e 256)

Essa orientação do Partido Comunista do Brasil nos leva a refletir sobre a intencionalidade da proposta. A orientação de que toda mulher deveria ser professora, independente do exercício profissional trás questionamentos: Para que ou a quem serviria esse curso completo de pedagogia? Por que destinado as mulheres? O entendimento dos comunistas da época estaria baseado na visão patriarcal da sociedade da época que atribuía a mulher, a responsabilidade pela educação das crianças no âmbito familiar? O curso de pedagogia idealizado traria mais qualidade ao papel desempenhado pela mulher enquanto dona de casa?

Quanto à participação política dos trabalhadores nas eleições republicanas, nota-se que a posição dos comunistas à época aproxima - se das posições assumidas pelos libertários pela não participação, muito embora com concepções diferenciadas. Enquanto para os primeiros, a formação do Estado que interessava as classes trabalhadoras, se daria por outra via que não a eleitoral, as correntes anarquistas defendiam a não participação nos processos eleitorais, pois a sociedade, por eles idealizadas baseava-se na auto-gestão dos indivíduos, sem estado nem igreja.

Várias foram às organizações criadas nos diversos Estados e regiões do país, influenciadas pelo pensamento socialista e que tinham a educação como uma bandeira de luta. Eram unânimes em defender o ensino público, obrigatório e laico,

entretanto, a maneira como esse ensino deveria chegar aos trabalhadores e seus filhos, apresentavam encaminhamentos diferenciados.

A predominância das correntes socialistas, no meio do operariado urbano, nos anos iniciais da República é analisada por Ghiraldelli (1985), como decorrente de serem seus líderes, basicamente, brasileiros natos, homens educados nas lutas sociais pela abolição da escravatura e pela proclamação do regime republicano. As correntes anarquistas e a sua inserção no seio do movimento operário ocorre a partir do congresso de 1906 e, para Vianna (2008), consolida-se entre essa data e o congresso de 1913.

A escola formal promovida pelo Estado, desde o Império apresentava-se elitista, não havendo proposta para uma educação popular. O acesso a educação estava condicionado a posição que cada grupo social ocupava na sociedade. As elites brasileiras buscavam os cursos jurídicos superiores e as duas faculdades de Direito existentes no país, localizadas em São Paulo e Recife. Dessas faculdades saiam os intelectuais que assumiriam cargos na administração pública. Para Leal (1995), essa era uma educação literária, ornamental, abstrata, voltada para a imitação dos pensadores clássicos, não estava voltada para o desenvolvimento da sociedade.

Mesmo com as limitações no acesso a uma escola pública, desde o Império que um contingente de trabalhadores negros, educados, se projetou na história do país como foi o caso de José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama e na Bahia, Teodoro Sampaio, Juliano Moreira, Manoel Querino lutavam pelo acesso das camadas populares a educação (MENEZES, 2008).

Outros negros escolarizados tiveram participação na política baiana, como o farmacêutico Lélis Piedade, o construtor civil Domingos Silva e o alfaiate Ismael Ribeiro da Silva lideranças operárias e com atuação no movimento abolicionista. Estes, além da militância nos organismos de classe, também ocuparam cargos eletivos, participando do movimento político partidário.

Iniciado ainda no Império o movimento dos trabalhadores pela escolarização deu origem a criação em 1872, do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia; outra instituição similar foi criada também, em Petrópolis no Rio de Janeiro, para atender as reivindicações das classes dentro do modelo de sociedade que estava por vir.

Para Maria das Graças Leal (1995), a criação de Liceus para o desenvolvimento das artes e ofícios foi uma proposta do Império, baseada em idéias positivistas e liberais, e encontrou adesão entre as categorias dos trabalhadores e as elites dominantes, por se tratar de uma iniciativa que visava preparar mão de obra qualificada, para atuar numa conjuntura de urbanização, vinculada á liberação progressiva da força de trabalho escravo.

Ao analisar os liceus criados Leal (1995) apresenta as tendências que adotaram, conforme a situação sócio econômica de cada região e exemplifica, citando os casos dos liceus de São Paulo e o do Rio de Janeiro.

> O primeiro, transformando-se da primitiva escola-oficina para, oficina-escola e, em seguida, no início do século, em indústria - escola. O segundo, por sua vez, cumpriu o papel de Academia de Belas Artes, destinada às classes populares, sem pretensões de desenvolver as artes úteis, que caracterizaria a sua vida (LEAL, 1995, p. 107).

Ao vivenciarem as transformações nas relações sociais de produção ocorridas na passagem do Império para a República, os trabalhadores definiam a sua pauta de lutas a depender da corrente política que influenciava cada organização criada: se socialistas, anarquista, anarco-sindicalistas ou marxistas a luta, para assegurar a educação para a categoria iria tomar concepções diferenciadas. A partir daí, definiam também as suas estratégias. Correntes socialistas orientavam a criação nos sindicatos, nos centros e nas ligas operárias, de escolas para os trabalhadores e seus filhos, com ensino laico e gratuito a ser assumido pelo estado. A educação passaria por uma formação técnico-profissional.

Ferreira (2006) analisando as organizações operárias e a demanda por educação, na cidade de Sorocaba-SP, no período de 1889 a 1920 afirma que Marx e Engels não apresentaram proposta específica sobre a educação e o ensino socialista. Revela que em sua obra *O capital*, na parte intitulada *Maquinaria e a Indústria Moderna*, Marx faz um relato sobre o contexto da Inglaterra do século XIX e das dificuldades que enfrentavam as crianças inglesas para conciliar o trabalho, com a carga horária de 150 horas de freqüência a escola primária, obrigatória por lei. Segundo a autora (2008), há o relato ainda de que os empregadores adotavam medidas para burlar a lei e, a incapacidade dos professores para ensinar as crianças trabalhadoras.

Ainda conforme a autora (2006), diante do contexto apresentado pela Inglaterra, os delegados do Conselho Central Provisório da AIT orientavam em 1868, que a instrução das crianças, idealmente, deveria ocorrer dos 9 aos 18 anos, mas considerando as condições de vida dos operários, as crianças a partir dos nove anos poderiam ser empregadas, desde que o trabalho produtivo pudesse ser combinado com a educação. Prosseguindo na sua análise sobre os posicionamentos de Marx, informa que ele defendia o ensino geral e técnico, como a base da autonomia do operariado no processo de produção. E na critica ao programa de Gotha de 1875 afirmava não acreditar na possibilidade de uma educação igual para todas as classes, pois “as classes mais altas teriam que se conformar com a modesta educação dada pela escola pública, a única compatível com a situação econômica do operariado assalariado, como também do camponês” (FERREIRA, 2008, p.3057-3058).

Em contraposição, Ferrer y Guardía (2010) na proposta da Escola Moderna, discorrendo sobre o princípio da co-educação das classes sociais, se posiciona de modo desfavorável a escola gratuita mantida pelo Estado voltada para crianças pobres, e das escolas para as crianças ricas, pois considera que a escola para pobres, só fortalece a submissão e o comportamento de rebeldia, como as escolas antigas. Enquanto que a escola para ricos, só reforça o lugar de privilégio, do aproveitamento e das vantagens.

Defende a coeducação com alunos de todas as classes sociais reunidos em uma classe única, adotando um sistema de retribuição de acordo com a situação dos pais ou responsáveis, não tendo um tipo único de matrícula, mas praticando uma espécie de nivelamento que vai desde a gratuidade, as mensalidades mínimas, as mensalidades medianas e as máximas.

De acordo com Ferrer Y Guardía (2010, p.15), “A proposta da escola moderna é uma educação de pobres e ricos a partir do contato e da relação de um com o outro, por meio de uma sistemática igualdade da escola racional”. As correntes anarquistas posicionavam-se ainda pelo ensino separado da Igreja e do Estado, por defender uma educação racional e emancipadora. Já os comunistas, embora tenham se posicionado pela educação para os trabalhadores, sua prática remontava para a educação partidária.

Não havia, assim, consenso entre as diversas correntes dos trabalhadores sobre um modelo de educação. A temática da educação e emancipação dos trabalhadores foi recorrente nos discursos e posicionamentos das lideranças dos trabalhadores, quer seja nos congressos das categorias, nos partidos políticos ou mesmo nos estatutos das suas organizações representativas e cada um, dentro de seus princípios adotavam procedimentos para promover a educação dos trabalhadores e seus filhos.

Em consonância com a concepção política que cada grupo defendia, posicionavam-se de modo diferenciados. As lideranças dos trabalhadores saídos da experiência de escravização buscavam na emancipação, o exercício da cidadania, percebida como a aquisição de direitos sociais.

Para aqueles que se declaravam socialistas marxistas, a emancipação se daria na medida em que as classes sociais fossem suprimidas e os trabalhadores ocupassem o lugar de protagonistas do processo de produção. Quanto aos libertários, a emancipação se daria a partir da transformação social que levaria a autogestão dos indivíduos.

Sobre a emancipação, para Ferrer y Guardia (2010 apud MORAES, 2010) esta ocorreria, na medida em que o trabalhador tivesse acesso aos conhecimentos científicos para que a sua inteligência fosse capaz de se emancipar e formar racionalmente convicções próprias. As reflexões de Adorno (2006 p.183) no livro *Educação e Emancipação*, no diálogo que estabelece com Hellmut Becker, tendo como objeto de análise a educação tríplice praticada na Alemanha, trazem um conceito de emancipação que “pressupõe a autonomia das pessoas em dirigirem todas as suas energias para que a educação seja uma educação para a contradição, para a resistência”. Esse posicionamento se aproxima do que preconizava Ferrer e Guardía (2010), quando também, analisando a escola da Espanha diz:

> A escola existente doma, domestica a criança seguindo as leis e dogmas sociais. A escola adapta o indivíduo a sociedade. A escola racional quer homens capazes de evoluir constantemente, capazes de renovar os meios e a si mesmo, de se contrapor, homens cuja independência intelectual seja força suprema disposta sempre a aceitar o melhor, desejoso de fazer triunfar novas idéias e aspirem múltiplas vidas em uma só. (FERRER y GUARDÍA, 2010, p.28)

Percebe-se, a partir desses conceitos, a complexidade para construção de processos emancipatórios que, por sua vez, pressupõem a autonomia dos sujeitos. Autonomia que deve ser desenvolvida nos diversos espaços de formação e identidade, ultrapassando os limites educacionais difundidos pela escola e ao mesmo tempo, utilizando energias articuladas numa mesma direção.

3.1 OS LIBERTÁRIOS E A EDUCAÇÃO

O Congresso Operário de 1906 no Rio de Janeiro foi o marco para que as correntes anarquistas começassem a exercer influencias no movimento dos trabalhadores. Essa concepção política esteve fortemente identificada com os primeiros imigrantes europeus a quem se deve a introdução do “internacionalismo proletário” no Brasil. Por internacionalismo proletário entende-se as ações desenvolvidas pelos libertários que no início da República estiveram muito mais, preocupados em articular os pensamentos teóricos que pretendiam unificar a luta dos trabalhadores em todo o mundo, do que voltar sua atenção aos problemas específicos do país (GHIRALDELLI, 1987).

Posteriormente, perceberam a necessidade de articular os princípios teóricos, com as ações práticas e, assim como os socialistas, os libertários passaram a se defrontar com as dificuldades existentes no país, principalmente as dificuldades relativas ao analfabetismo da população. Esse problema era identificado como um obstáculo ao avanço das idéias anarquistas. A imprensa operária anarco sindicalista registrava preocupação com este cenário, haja vista, reconhecer o distanciamento de formação política estabelecida entre as lideranças e a base do movimento. A bandeira da instrução passou a ser uma meta do movimento operário libertário, que ao contrário das idéias iluministas que viam na educação, a resolução para os problemas sociais, os libertários passaram a lutar pela educação, como forma de romper com o regime político econômico vigente no país.

A luta dos trabalhadores anarquistas passava pela construção de uma sociedade independente do Estado e da Igreja, considerados aliados na submissão

e exploração das camadas populares, sendo necessária uma educação livre de crenças e das idéias positivistas de inserção no modelo societário estabelecido.

A defesa da educação pelos libertários passou a ser um ponto fundamental na luta do movimento através dos posicionamentos de suas lideranças, da imprensa operária quando jornais como a Folha do Povo através de artigos escritos pelo professor João Penteado, militante do Movimento Operário responsabilizava a falta de instrução, como causa da fraca participação dos trabalhadores nas lutas sociais.

Outros jornais, como o Baluarte, órgão oficial da Associação dos Chapeleiros do Rio de Janeiro, o jornal Amigo do Povo e a Voz do Trabalhador, seguiram na mesma direção e denunciavam a condição de analfabetismo apresentada pela maioria dos trabalhadores e por conseqüência, o distanciamento existente entre eles e as lideranças do movimento.

A postura era de crítica à educação promovida pelo estado e, posicionavam-se radicalmente contra, o ensino religioso da igreja católica. Para os libertários a educação dos trabalhadores deveria ser ministrada independente dessas duas instituições. A educação preconizada pelos libertários era o ensino racional e científico. Essa postura política dos libertários em alguns momentos, apresentou-se contraditória, pois ao mesmo tempo em que combatiam a escola pública e o ensino religioso, por não ser a educação que interessaria aos trabalhadores, considerando que ambas estavam impregnadas de ideologia das classes dominantes e, fundamentadas em crenças e em valores místicos, responsabilizava o estado pela omissão com que tratava a educação para as camadas populares.

Inicialmente a postura do movimento anarquista no Brasil consistiu principalmente, em combater o ensino ministrado pelo estado, sem oferecer alguma ação concreta que colocasse em prática, as idéias libertárias em termos de educação.

Aqui no Brasil foram as mulheres anarquistas que tiveram um papel fundamental ao denunciar o caráter ideológico da educação burguesa. Reunidas no Grupo Emancipação Feminista, começaram a analisar o trabalho do professor enquanto mero transmissor de conhecimentos de interesse das classes dominantes.

Com isso, tentavam influenciar as mães das camadas populares a não matricularem seus filhos nas escolas mantidas pelo estado, por não serem

consideradas as mais adequadas para a educação das crianças. As mães que seguiam essa orientação, logo depois começaram a questionar essa posição, pois os anarquistas não ofereciam alternativa de escolas que pudessem matricular seus filhos.

Os princípios da educação libertária estiveram fundamentados no ensino científico e racional, sem separação dos alunos por sexos ou por classe social, não admitindo também os exames e as classificações, nem os prêmios e castigos. Essa concepção pedagógica estava baseada nas proposições de Francisco Ferrer y Guardía, de origem espanhola que após exílio na França por problemas políticos, fundou em 1908 a Liga Internacional para a Educação Racionalista da Criança, apoiado por intelectuais que queriam desenvolver obras educacionais, sem interferência religiosa e seguindo as idéias de Pestalozzi e as realizações de Robin e Elisée Reclus.

Os pensadores da pedagogia libertaria, Paul Robin no século XIX, Francisco Ferrer e Adolfo Lima[3], apresentam conceitos diferenciados em relação a Educação, enquanto Robin concebia o trabalho, como um princípio educativo, propondo uma estreita relação entre trabalho e educação, Ferrer y Guardía defendia a Educação como um instrumento de transformação social, tendo como pressuposto a liberdade. De acordo com Moraes (2010, p.2). “Dessa maneira, deveria superar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, expressado nas diferenças entre o que é ensinado as classes dominantes e ao proletariado”.

Os libertários do século XX inspirados por Ferrer y Guardía se colocavam fortemente contra o tipo de aprendizagem voltada para o trabalho, cujo único objetivo era formar mão de obra. Percebe-se que a partir dessas concepções de educação diferenciadas, as lideranças operárias, sejam socialistas, anarquistas ou comunistas, definem estratégias de atuação diferenciadas, para a execução de suas propostas.

Quando do seu retorno a Espanha em 1909, Francisco Ferrer y Guardía foi preso sob a acusação de envolvimento na revolta popular, contra a guerra da Espanha com o Marrocos, sendo posteriormente julgado e fuzilado. A notícia do seu

[3] Segundo informa Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, Adolfo Lima foi um pedagogo português, anarquista, pouco estudado. Foi dirigente da Escola Oficina em Lisboa.

falecimento impulsiona o surgimento de várias escolas em diversas partes do mundo e aqui no Brasil, a partir de 1910 começaram algumas experiências localizadas, onde escolas foram criadas por militantes libertários, que procuravam relacionar a educação com a revolução social.

A proposta de educação das escolas racionalistas apontava para um ensino integral, com aulas mistas onde meninos e meninas, pudessem conviver respeitando-se mutuamente. As atividades seriam desenvolvidas dentro e fora do espaço da escola, onde os alunos poderiam ter aulas ao ar livre para que entrassem em contato com a natureza e o cotidiano das cidades. No convívio com a realidade cotidiana, aprenderia geografia, ciências biológicas e outras. Não deveria ter nem prêmio nem castigos, nem levar os alunos aos constrangimentos de serem submetidos a exames para avançar de ano no estudo.

Em alguns estados começaram a surgir escolas com base no ensino racionalista. Em Campinas, a Escola Social do militante libertário Adelino Pinho, a Escola de Água Branca dos operários vidreiros no Rio de Janeiro, a Escola Popular no Pará, no início dos anos de 1920 a Escola Moderna do operário João Plácido, as Escolas Modernas de São Paulo dos dirigentes anarquistas João Penteado e Adelino Pinho, que sobrevivem entre repressões políticas, greves e desemprego dos operários, contando com a contribuição financeira composta pelas mensalidades dos alunos, listas de subscrição, assinada por trabalhadores e simpatizantes, outras modalidades de captação de recursos, como a promoção de recitais de poesias, bailes e festividades abertos ao público.

A Escola Moderna de João Penteado, de acordo com Moraes (2010, p.7), divulga no Jornal *A Plebe*, de 1917 que a instituição pretendia proporcionar:

> Ensino teórico e prático, segundo os métodos da pedagogia moderna, com os quais se ministra aos alunos uma instrução que os habilita para o início das atividades intelectuais e profissionais, assim como uma educação moral baseada no racionalismo científico.

Constando do programa as seguintes disciplinas: português, aritmética, geografia, história, desenho, caligrafia e préstimos. Dentre as atividades realizadas, a criação do jornal, O Início, elaborado pelos alunos onde faziam circular as notícias sobre o funcionamento da escola, as prestações de contas e as atividades

pedagógicas desenvolvidas. Devido a problemas financeiros, o jornal teve interrompida sua publicação.

Informa ainda que a única notícia sobre o funcionamento das aulas preparatórias para artífices e aulas de música, ocorreu na edição do jornal Início n.3 de 19/08/1916 reportando-se a uma prática que vinha ocorrendo desde anos anteriores. Nos anos seguintes 1918 e 1919, o Boletim da Escola Moderna faz menção é da oferta de aulas especiais, no turno noturno para os cursos de datilografia, português e aritmética.

Em 1919, a Diretoria da Instrução Pública, fecha a escola Moderna e o seu diretor, João Penteado vai dirigir outra instituição, a Escola Nova que funciona matriculando alunos para o curso comercial em regime de internato e externado com cursos, primário e médio Em relação ao curso comercial, as disciplina ministrada eram, português, inglês, francês, aritmética, álgebra, contabilidade, escrituração mercantil, noções de direito.

Esse novo modelo de escola apresenta-se afastado das idéias libertárias e o conteúdo programático, no nosso entendimento, estava compatível com as transformações que foram ocorrendo no país, principalmente nos anos vinte, cujo mercado de trabalho exigia um novo perfil profissional voltado para as áreas comerciais e administrativas.

Em decorrência das dificuldades financeiras para a manutenção das escolas e, como conseqüência da 1ª guerra mundial (1914 a 1918), as experiências de escolas com influência do movimento anarquista, foram desaparecendo.

4 A EDUCAÇÃO NO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

Em 1893, a Câmara dos Deputados recebe um ofício datado de 1º de julho levando ao seu conhecimento a criação de uma comissão provisória para a organização do Centro Operário da Bahia, que representará as classes artísticas, operária e proletária do Estado, mediante uma lei que obedeça aos planos do seu manifesto.[4] A reunião que deu origem a criação do Centro Operário da Bahia aconteceu no Lyceu de Artes e Ofícios no dia 18 de junho do mesmo ano.

No ato da fundação da entidade organizada uma Comissão Provisória composta por Presidente: Domingos Silva; 1º Secretario - Matheus Alves da Cruz Rocha; 2º Secretario – Alypio José Vianna; Vogaes – Elysiário da Cruz, Olavo José de Almeida, Wensceslay Telles da Silva, José Roque Pinto, Ismael Ribeiro dos Santos, Anacleto Dias da Silva, Tertuliano Francisco da Silva Guimarães, Ubaldo José de Oliveira Couto, Francisco Lopes Nuno, João Damasceno Alves, José Pereira de Lacerda, Virgílio Francisco Coelho, Eloy Aleixo Franco, Braulino Baptista Ferraz, Antônio Celso Leitão, Pedro Augusto da Silva, Sisnando Alves do Carmo Rocha, Silvestre Antônio de Carvalho.

Acordado também ficou que, provisoriamente as reuniões do Centro funcionariam no Lyceu de Artes e Ofícios.

O manifesto a que se refere o ofício encaminhado a Câmara dos Deputados, foi lançado no dia 18 de junho de 1893, onde o pedreiro Domingos Silva, dirige-se “Aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia para unirem-se em prol da elevação industrial e social da classe” (1893, p.1). O texto denuncia a situação melindrosa da classe em função de projetos mesquinhos, traiçoeiros e traidores da classe, calculistas, sagazes e exploradores e que encontra acolhimento pela postura de subserviência, a troco de minguados interesses. Continua o texto afirmando a condição de vítima dos trabalhadores e da existência de brutais perseguições, mencionando “o preconceito tolo e audaz numa terra em que todos somos irmãos”. Denuncia ainda que

[4] APEB. Seção legislativa, Câmara dos Deputados, livro 1187.

> as perseguições são decorrentes das famílias privilegiadas da nossa terra que não quer trabalhar, nem quer se obrigar a um ofício qualquer, quer nos confundir com seus ex escravos de cujo sangue viviam a se banquetear (SILVA 1893, p.1).

Previne os companheiros contra

> as intrigas que hão de tecer contra o mesmo, mas afirma estar disposto a dar a vida pela causa dos operários, para que tomem seu posto na classe e na organização, porque não é digno, nem honroso que, no período de transformação, a classe operária da Bahia fique de braços cruzados, porque os dignos dela não querem acarretar com os perigos e dissabores (SILVA, 1893, p.1).

Continua o manifesto exaltando a Proclamação da República como uma revolução "que se constitui no regime dos fracos, contra os fortes proporcionando a igualdade dos povos" (SILVA 1893, p,1) e a condenação da aristocracia, em favor da democracia. Para ele, a República é "o aniquilamento do feudalismo, símbolo da liberdade, da razão e do direito" (SILVA, 1893, f. 1), diz:

> [...] E para que ella seja não o que ahí está, mais o que deve ser a ninguém mais do que nós cumpre abstrahirmos da forma de sua origem, quem perdeu ou ganhou com ella; e, pregarmos até o nosso sangue, para que enquanto antes, a sua vida passe a ser garantida por nós, o povo e não pela força armada, aliás patriótica, mas que não lhe cabe o primeiro lugar.Os nossos interesses e a nossa vida se acham tão ligados e dependente desta forma de governo, que seria uma infâmia, se pretender tratar do nosso bem estar, sem tocar rapidamente nestas apreciações, razões pela quais, fui levado a este pequeno esboço.
> Hoje mais do que nunca, temos uma imprescindível necessidade de nos unir, custe o que custar. Precisamos preparar o nosso futuro e de nossas famílias que vive quase milagrosamente na sociedade.
> A arte, profissão e indústria, não deve continuar a ser menosprezada entre nós, e o seu nome desacreditado como tem sido.
> Organizemos um centro provisório, que represente toda a classe artística, operária e proletária do nosso estado, com poderes de organizar as classes por meio de uma lei: que desenvolva as artes e offícios, pratica e theoricamente; construindo officinas, para cada classe, que venha aproveitar tanto quanto possível, os menores de 14 annos, que viverem em abandono nesta capital e todos quantos seus pais quizerem deixar no nosso convívio, de acordo com os nossos recursos.Estabeleçamos uma caixa de socorros mútuos entre aquelles e suas famílias, que queiram garantir o seu futuro, e nos casos de indigência ou desamparo.
> Criamos uma caixa para transigir com a classe, por mero contrato de obras e outros compromissos.
> Construamos casas especiais para alugar exclusivamente a operários, mediante um aluguel, relativo a 8% ao anno sobre o valor da casa, podendo o inquilino entrar com pequenas prestações mensais na razão de um por cento, sobre o valor da mesma, que passará a ser propriedade do inquilino,

> logo que as entradas correspondam a dous terços do valor della, e muitas outras medidas que sugerirem.
> Tais são, pois, dignos companheiros, as idéias que lembro-vos, que não serão impossíveis, senão para aquelles indiscretos da própria existência.

Ao analisar o texto do manifesto podemos observar que, pelo menos para Domingos Silva, negro, operário da construção civil, a República era o regime que favorecia aos trabalhadores pelo fato de estarem em liberdade, poderem se organizar e garantir o momento para afirmação das classes trabalhadoras, abrindo espaços no cenário político para a garantia de direitos políticos e sociais, na medida em que se unissem, se capacitassem e assumissem o lugar de liderança no processo das mudanças preconizadas pelo novo regime.

No texto, reconhece a importância da participação das forças armadas no processo da República, mas, considera que não cabe a ela conduzir o projeto de reforma da sociedade. Percebe-se ainda que busca a adesão dos trabalhadores para o novo momento republicano onde “a Arte, a Profissão e Indústria deveriam integrar-se em prol do desenvolvimento” (SILVA, 1893, f.1).

Esta expectativa de transformação nas condições de vida deve ter sido baseada na experiência vivida relacionada ao período escravocrata, onde esses sujeitos que nem cidadãos eram, constituíam-se de trabalhadores escravizados ou descendentes daqueles que tinham sido. O manifesto de Domingos Silva, anuncia a possibilidade de acesso a educação, ao mercado de trabalho, moradia e um suporte financeiro para os trabalhadores que dele necessitassem, além de apresentar um componente dramático e um forte apelo sentimental, visando sensibilizar os trabalhadores ao afirmar “que daria a sua própria vida em prol da causa operária” (SILVA, 1893, f.1). Por outro lado, acredito que ao encontrar barreiras para levar em frente o projeto político de organização dos trabalhadores, dirige críticas contundentes a elite dominante da época, constituída pelas oligarquias agrárias que continuaram a interferir na condução política do estado, mesmo com a mudança do regime, limitando os espaços para o acesso daqueles que não eram seus iguais.

Ao conclamar a união dos trabalhadores, busca consolidar a reaproximação entre as duas facções do movimento operário, lideradas por ele e por Manuel Querino, cuja ruptura ocorrera nos primórdios da formação do Partido Operário Bahiano.

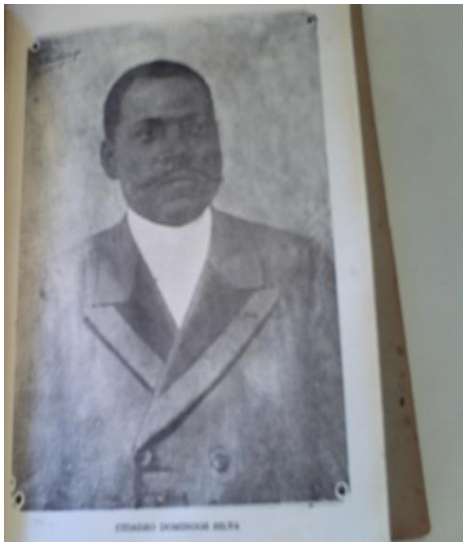


Figura 2: Domingos Silva, operário da construção civil,
integrante do Partido Operário da Bahia, fundador
do Centro Operário da Bahia e seu primeiro presidente.
Fonte: Relatório da Associação Centro Operário da Bahia, exercício 1949 a 1950

Para compreender a cisão ocorrida entre os dois grupos, retroagiremos ao ano de 1890 quando da constituição do Partido Operário da Bahia e nos apoiaremos nos estudos da professora Maria das Graças Leal (2009).

Em reunião realizada no Liceu de Artes e Ofícios, no dia 30 de junho de 1889, cujo objetivo foi discutir as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora, o jornalista Pamphilo de Santa Cruz, proprietário do jornal Gazeta da Tarde, propõe a criação de um partido socialista para que os trabalhadores pudessem avançar na sua luta. A idéia ganhou a adesão de vários operários, inclusive de Manuel Querino e inicia-se a discussão sobre os nomes que integrariam a comissão responsável pela organização do partido. Presente ao evento o professor Antônio Bahia, na época deputado provincial, faz um pronunciamento combatendo a idéia do partido socialista, baseando-se “nos horrores praticados na Europa” (LEAL, 2009, p.256), abortando dessa maneira a idéia.

Passado um ano dessa reunião, no dia 05 de junho, na residência do alfaiate Elisiário Elísio da Cruz, cinquenta e seis operários se reúnem e decidem formar o Partido Operário, cuja lei orgânica é publicada, segundo Leal (2009, p.264) “nas edições de números: 4, 8 e 11 de novembro de 1890 no Pequeno Jornal”.

A diretoria provisória do Partido Operário além de Elisiário Elysio da Cruz era composta pelo 1º secretário, Francisco Pedro do Bonfim (ferreiro) e pelo 2º secretário, José Maria de Souza – carpinteiro.

Quanto ao programa partidário, deveria seguir o mesmo programa aprovado pelo Partido Operário do Rio de Janeiro, organizado pelo Tenente Vinhaes. A estrutura organizativa do Partido Operário da Bahia previa a criação de comissões nas freguesias de São Pedro e da Vitória, locais de residência de um número significativo de artífices, devendo posteriormente se estender as demais freguesias.

O partido, entretanto teve vida curta, pois nas primeiras reuniões realizadas no Clube dos Maquinistas, situado na rua Direita do Palácio, nº 04, ocorrem divergências sobre a capacidade financeira do partido em criar salas de aulas e uma tipografia. Os que defendiam essa proposta argumentavam que a escola e a tipografia, seriam veículos de propaganda e de fortalecimento social da entidade. Os que se posicionavam contra, devido à falta de recursos indicavam o Liceu de Artes e Ofícios, como o local para instruir os trabalhadores devido ao número de vagas disponíveis. Quanto à tipografia, lembravam que poderiam utilizar qualquer jornal da tarde, até que o partido pudesse montar a sua.

Os protagonistas desse episódio foram Elisiário Elysio, presidente do partido e o tipógrafo, Candido Brizindor. No decorrer da sua breve existência, novas desavenças surgiram dentro do partido. Desta feita em relação à composição da sua comissão central e das chapas que concorreriam às eleições constitucionais. Manuel Querino e Domingos Silva divergiam em termos dos caminhos a serem traçados para a inserção do operariado na vida política, pela via eleitoral. Para Querino, o partido deveria manter a independência frente aos partidos tradicionais que representavam as elites baianas, devendo indicar para as eleições, apenas candidatos operários. Já Elisiário Elysio da Cruz e Domingos Silva, caminhavam na direção de formar alianças com esses partidos, apresentando em uma listagem os nomes de fora da classe operária para concorrer às eleições[5].

[5] Ver a respeito Leal, Mª das Graças e Castellucci, Aldrin.

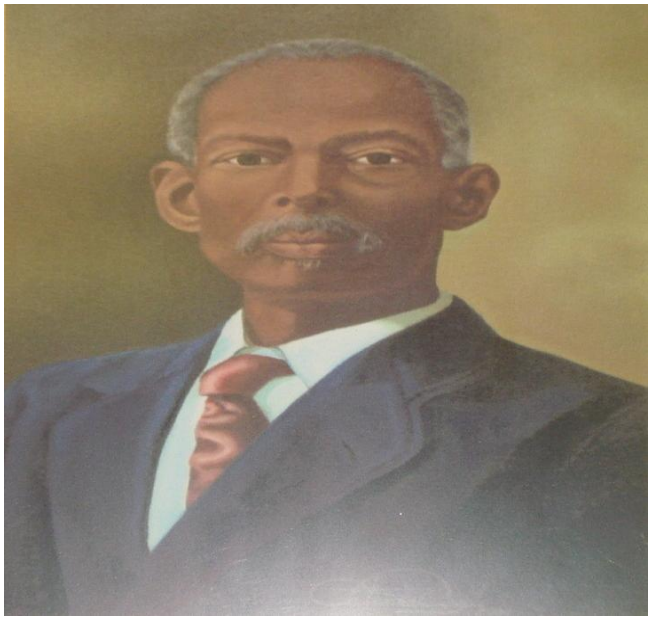


Figura 3: Manuel Raimundo Querino, artista, professor. Integrante do Club Republicano, do Partido Operário da Bahia, fundador da Liga Operária Bahiana. Conselheiro Municipal.
Fonte: Galeria de Fotos do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia, 2011.

Os embates foram se tornando frequentes, estabelecendo um clima de desconfiança e animosidade entre os dois lados, quando finalmente, a dissidência foi consolidada ao ser anunciado que o partido não apresentaria candidato próprio ao congresso federal, liberando seus filiados a votarem em qualquer candidato. A partir desse fato, o partido passa a ter duas representações, a primeira formada por Elisiario Eysio da Cruz, presidente. Domingos Silva 2º secretário, chamada de Comissão Central do Partido Operário, e a segunda, conhecida como Diretório Luso-Guarany, sede da filarmônica do mesmo nome, local onde a dissidência passa a se reunir, presidida por Gonçalo José Pereira Espinheira, eleito presidente e mais, os auxiliares Capitão José Políbio da Rocha, Pedro Augusto da Silva e Severiano Godofredo de Mattos, Luís Gonzaga, Ismael Ribeiro dos Santos, Frederico de Souza Guimarães, Manuel Raimundo Querino e Antônio Tertuliano Esteves.

Interessante perceber a contradição do discurso dos adeptos da Luso-Guarany que, ao mesmo tempo em que defendiam a independência do partido, frente aos grupos políticos dominantes e a chamada chapa “pura”, composta por

artistas e artífices, elegem um industrial, Gonçalo José Pereira Espinheira[6], que sequer estava presente no momento da reunião, o presidente do partido.

A exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro, o Partido Operário da Bahia passa a ter duas facções. A partir desse episódio os dois grupos, começam a realizar reuniões separadamente, cada um deles, reivindicando a legitimidade enquanto representante das categorias de artistas e artífices, sendo assediados por políticos dos partidos tradicionais que identificavam na composição com nomes de operários, a possibilidade concreta de angariar votos para as suas chapas, ampliando as suas bases eleitorais. Desse modo, divididos, a participação de alguns artistas nas eleições de 1891 a Câmara Federal, não logrou resultado satisfatório, bem como nas eleições da Câmara Estadual.

Em fevereiro de 1891, o grupo da Filarmônica Luso-guarany, resolve promover uma reunião para formalizar a sua organização e promover a união da classe operária. Elegendo o Capitão José Políbio da Rocha, como presidente da União Operária Bahiana, por fim criada.

As duas agremiações, Comissão Central do Partido Operário e o Grupo Luso-Guarany, denominado União Operária da Bahia seguem paralelamente, preconizando a idéia da união entre os trabalhadores, mas nenhuma delas abrindo mão de ser a condutora do processo, como se cada uma das organizações, se considerasse mais legítima que a outra. A divergência entre as lideranças embora tivesse a sua origem em projetos pessoais, visto que, tanto Domingos Silva, como Manuel Querino conseguiram posteriormente, ocupar cargos eletivos enquanto Conselheiros Municipais, cada um com a sua estratégia, não perdeu de vista, no entanto, o lugar que ocupavam na sociedade e o pertencimento as classes artísticas, lutando para ampliar os seus espaços e suas conquistas sociais e trabalhistas.

A reaglutinação das duas facções ocorre a partir de duas situações concretas: primeiro, a publicação do novo Código Penal da República em 1890, que nos seus artigos de números 205 e 206 estabelece formas de punição e controle da ação das organizações operárias:

---

[6] Sobre o industrial Gonçalo José Pereira Espinheira não foi possível identificar o seu ramo de atuação.

> Artigo 205 - Fica sujeito com prisão celular de um a três meses e multa de duzentos a quinhentos mil reis, aqueles que desviarem os operários e trabalhadores de estabelecimentos e empregados por meio de ameaça, constrangimento ou manobras fraudulentas;
> Artigo 206 - Ficam sujeitos à prisão celular de 2 a 6 meses e multa de duzentos a quinhentos mil reis, aqueles que causarem ou provocarem a cessação ou suspensão de trabalho por meio de ameaça e violência e os operários que impuserem aos seus patrões o aumento ou diminuição de salários ou serviços (LEAL, 2009, p.284).

Pelo seu teor, estes artigos visavam intimidar e atingir diretamente o movimento dos trabalhadores que começava a esboçar ainda que incipientemente, uma organização, levando o Estado a criar formas de coerção que inibissem às possíveis manifestações por direitos trabalhistas. Para Leal (2009, p.296)

> a demissão de 130 trabalhadores e empregados das oficinas da Companhia Bahiana, em Itapagipe, ocorrida em maio de 1891 levou as duas organizações a promoverem reuniões e assembléias para debaterem o assunto, culminando com o encaminhamento de uma petição, ao governador da época, cujo conteúdo era de protesto contra as condições de vida do segmento.

Quanto à petição, há retorno de que o governador se mostrou ”solidário” e disposto a levar em consideração o que reclamava o operariado. Não se tem informações, de alguma providencia tomada. O fato é que ao conclamar os operários para a organização de uma sociedade idealizada e distribuir pelas ruas da cidade o seu manifesto, Domingos Silva, consegue mobilizar cerca de cinco mil trabalhadores (CASTELLUCCI, 2008) e no dia 09 de maio de 1894, no Teatro Politheama Bahiano, com a presença de autoridades oficiais e, sob a presidência do governador do Estado da Bahia, Dr.Joaquim Manoel Rodrigues Lima, o Centro Operário da Bahia é fundado e sua primeira sede passa a se localizar na rua direita do Palácio, nº 12.

No evento, compareceram representantes de várias organizações existentes na época em Salvador. Para Castellucci (2008, p. 81), “a prática de convidar o representante do Estado para o ato de fundação do Centro pode ter sido sugerida pelo controle que o antigo governo Imperial realizava sobre as associações mutualista”.

Considerando que esses trabalhadores eram os sujeitos produtivos, que independente do ramo profissional de atuação e da posição que ocupavam se donos

de oficinas, mestres, auxiliares ou aprendizes, desenvolvendo atividades econômicas, como, pedreiros, alfaiates, carpinteiros, carapinas, ferreiros, calafetes, pintores, etc, se definiam como operários ou como artistas, o certo é que atenderam ao chamamento daquele que se tornou, juntamente com Ismael Ribeiro dos Santos, um dos maiores líderes do Centro Operário da Bahia, por vários anos.

A estrutura administrativa do Centro Operário da Bahia, era formada por um Conselho Executivo, composto por 21 membros, com a representação de 1 presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretários; Conselhos Paróquias, com o mesmo modelo de representação e Conselhos Filiais.

A diretoria provisória do Centro foi constituída por, Domingos Silva – presidente; Ubaldo Oliveira Couto – Vice- presidente; José Pereira de Lacerda – 1° secretário; Tertuliano Francisco da Silva Guimarães - 2° secretário; Virgílio Francisco Guimarães Coelho - 2° secretário; Elisiário Elysio da Cruz, Anacleto Dias da Silva, Matheus Alves da Cruz Rocha, Ismael Ribeiro dos Santos, Edístio Martins, Francisco Lopes Nuno, Eloy Aleixo França, Wenceslay Telles da Silva; João Damasceno da Costa; Pedro Augusto da Silva, José Maria da Rocha Argollo; Braulino Baptista Ferraz; Fortunato do Espírito Santo, Francisco Salles dos Santos, Américo Ludger Chaves e João Ferreira de Mendonça, como vogaes (Santos, 1930).

Na composição desse Conselho Executivo identificamos os nomes de Ismael Ribeiro e Edístio Martins, aliados de Manuel Querino. Este, mesmo se associando ao Centro, não exerceu nenhum cargo diretivo. Ismael Ribeiro e Domingos Silva são os dois nomes que vão liderar as duas facções que disputarão o poder dentro do Centro Operário, por vários anos.

O poder de mobilização demonstrado por ocasião da sua fundação indica a pretensão da diretoria do Centro Operário da Bahia no sentido de tornar a entidade a maior força representativa dos trabalhadores da época, não se limitando a ter uma atuação centralizada em sua sede, mas incorporando trabalhadores que se encontravam distribuídos nas várias paróquias da cidade e no interior do Estado, através da criação dos Conselhos Paroquiais ou Conselhos Filiais, ampliando a sua base e tornando-se uma referencia nesses locais e no Estado da Bahia.

Sobre a criação do Conselho Paroquial ele ocorreria quando houvesse a filiação de um mínimo de cem operários. Os Conselhos filiais poderiam ser formados

em cidades, vilas ou comarca, na medida em que um grupo de trabalhadores estivesse disposto a aderir à entidade (Castellucci,p.82).

Deste modo, os primeiros Conselhos Paroquiais foram organizados e no dia 10 de março de 1895 ocorre a eleição do Conselho Paroquial do Paço elegendo-se o Conselho Executivo, Domingos Silva – presidente; Ismael Ribeiro – vice-presidente; José Pereira de Lacerda -1° secretário; Tertuliano Guimarães -2º secretário; Luiz França, José Cirilo, Emydio de Deus; Cândido de Oliveira; Manoel Pedro; Leopoldo Magno; Anacleto da Silva; Bráulio Ferraz; Antônio Moreira; José Martins; Francisco Souza; Wenceslau da Silva; José Maria da Rocha Argollo; Francisco Ferreira; Eloy Aleixo Franco; João Ramos Cerro; Elysiário da Cruz; João dos Santos; Sergio Oliveira; João Lima e Theodoro Gomes (Santos, 1930).

Na composição do Conselho Paroquial do Paço, um dos distritos de Salvador se identifica, pelo menos, oito dos seus integrantes compondo também, o Conselho Executivo do Centro Operário e o trabalhador da construção civil Domingos Silva, acumulando a presidência das duas instancias, o que poderia ser entendido como uma necessidade de centralização das decisões, em uma estrutura que se pretendia descentralizada.

A penetração do Centro Operário da Bahia no interior do Estado começa ainda no ano de 1895, com a criação dos Conselhos Filiais de Alagoinhas, Santo Amaro e na Vila de São Francisco, assim como o Conselho Paroquial de Cotegipe, que teve como 1º presidente o major Leopoldo Teixeira Barbosa; vice-presidente o Sr. Avelino Correia e primeiro secretário, o professor Assis Trinchão. A adesão desses municípios deveu-se a concentração de trabalhadores do ramo ferroviário, em se tratando de Alagoinhas e, dos trabalhadores das plantações e usinas da cana de açúcar, nos dois últimos municípios.

O Jornal *A Voz Operária*, órgão oficial do Centro Operário, analisando em 1897, a situação em que se encontravam os Conselhos Filiaes dizia que a exceção de Cachoeira, Alagoinhas e Santo Amaro, estavam quase dissolvidos devido ao medo dos operários dos municípios em participarem do Centro sem o consentimento dos chefes locais. Faz um balanço do número de associados existentes, em torno de 4.800 sendo que apenas 1.250 estavam em dias com as mensalidades.

Em relatório de final de gestão apresentado no ano de 1903, Ismael Ribeiro ratifica a dificuldade em manter organizado o Conselho Paroquial de Sant'anna, após renúncia do seu presidente, e que os esforços empreendidos pelo Conselho Executivo do COBA em enviar um representante, Marcolino Silva, para reorganizá-lo não obtiveram sucesso. "Em situação igual se encontravam também, os Conselhos da Penha, Brotas, Rua do Paço, Cotegipe e Itapoan, há 04 anos desorganizados" (SANTOS, 1903, p.11). Registra, no entanto, que os Conselhos Paroquiais da Sé, de São Pedro, Nazareth, 1º, 2º de Santo Antônio, 1º, 2º, 3º de Victória, Pirajá e Mares estavam organizados. Quanto aos Conselhos Filiais existentes, Cachoeira, Feira de Santana, Cruz das Almas e Maragogipe, relatam não ter contatos estabelecidos com os mesmos.

"No período, o COBA contava com 4.000 associados embora em atividade 300 e poucos" (SANTOS, 1903, p.11). Ou seja, menos de 10% do seu quadro. Esses dados de Ismael já revelam as dificuldades encontradas por essa diretoria em mobilizar os trabalhadores para participar das atividades da organização. No mesmo relatório, cita o apoio da entidade a greve dos escolhedores de fumo de Santo Antônio (SANTOS, 1903).

Consciente da dificuldade que envolvia a mobilização da categoria, inicia o relatório final da sua gestão, dirigindo-se aos trabalhadores, conclamando-os "a erguer bem alto e conduzir com energia e vontade o lábaro de suas grandes aspirações, dignificar a sua história do presente para a glorificação de seus efeitos no futuro" (SANTOS, 1903, p.8). Encerra o seu pronunciamento escrito, desse modo: "Proletário de todos os paizes, uni-vos" (SANTOS, 1903, p.8). Considera que esta frase de Karl Marx encerra a grandeza do sentimento humano.

A desmobilização das categorias representadas pelo Centro Operário, assim como a diminuição nas contribuições financeiras pelos associados, pode ser analisada como decorrente das transformações que esses profissionais vinham enfrentando em relação ao mercado de trabalho.

Ao analisar a expansão do Centro Operário, Castellucci (2008) considera como uma tentativa para "expandir os seus tentáculos" a exemplo do Partido Operário, para outros centros urbanos, como as cidades do recôncavo baiano, como em Maragogipe, com forte concentração operária nas fábricas de charutos e em

Nazaré. Menciona o Conselho Filial de Alagoinhas e afirma que um ano após a sua criação, uma comitiva do Centro Operário da Bahia, retornou a cidade, desta feita para comemorar o ano de sua fundação e inaugurar as aulas do curso primário e secundário. No ato, compareceram vários artistas, o Intendente Municipal, Comissário de Polícia e muitos cidadãos de todas as classes.

> A experiência em criar conselhos paroquiais parece ter sido uma tradição dentro das estruturas organizativas dos trabalhadores, visto que o Lyceu de Artes e Ofícios, ao ser fundado como instituição beneficente e educacional, também organizou comissões paroquiais, compostas de artistas e operários (LEAL, 1995, p.115).

O Estatuto do COBA absorve a denominação da divisão territorial da Igreja Católica, religião oficial durante toda a Colônia e Império

Passamos agora a analisar a finalidade da sua constituição segundo o seu estatuto[7]. Segundo Castellucci (2008), a declaração de princípios do Centro Operário da Bahia, busca a união, prosperidade e garantia de seus membros, do desenvolvimento das Artes, Offícios e Indústrias, das Classes Artística, Operária e Proletária que reunidas em Assembléia Geral, organizaram, discutiram e aprovaram a sua constituição, cujos associados comprometem – se a respeitá-la e cumpri-la.

O capítulo I diz que a organização das classes Artística, Operária e Proletária do Estado da Bahia, seria representada por uma associação denominada Centro Operário do Estado da Bahia, com amplos poderes para promover o engrandecimento das Artes, Offícios e Indústrias garantir, proteger e socorrer os seus membros. E para “consecução desses desideratum só reconhece – Deus, a lei e a Soberania do Povo” (Silva, 1894, p.1). A referência a Deus decorre da relação de fé e religiosidade dos seus dirigentes com várias ordens religiosas, sendo associados das Irmandades de São Benedito, da Conceição da Praia, Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo, Igreja de São Domingos, identificadas por congregarem homens negros, desde o Império. Isto reforça a presença de vínculos dos homens negros no pós-abolição, ex-escravos ou mesmo trabalhadores negros livres com o Centro Operário da Bahia.

[7] Disponível Arquivo Público Municipal de Salvador

O capítulo II dispõe sobre a sociedade Centro Operário do Estado da Bahia e seus fins, deixando mais explícita a sua função educativa. A leitura dos artigos 1º e 2º definem a função educacional, mais propriamente escolar do COB. Eles prevêem:

> Art.1º - A sede do Centro Operário será na sede da Capital deste Estado, onde se adquirirão terrenos suficientes para construir-se um prédio que tenha proporções para reuniões do Centro e construção das officinas e aulas que o mesmo tem por fim fundar;
> Art. 2º O Centro fundará os seguintes cursos: primário, secundário, acessório e técnico.
> § 1° O curso primário constará de elementos principais para o conhecimento rudimentar da língua portuguesa.
> § 2º O curso secundário dividir-se-ha em três secções, a saber:
> a) 1º secção – Português, francez, mathemáticas, desenho de perspectiva, geographia do Brazil, história da artes e economia política;
> b) 2ª secção – Latim, inglez, allemão philosophia, história universal, geographia em geral e mecânica;
> c) 3ª secção – Curso accessório: chimica e physica applicada ás artes, zoologia, botânica e mineralogia. (SILVA,1894, p. 2)

As escolas primárias foram instaladas desde a criação do Centro; o curso técnico profissional vem ser atendido pela criação, em suas instalações, da Escola de Aprendizes Artífices como veremos adiante e, posteriormente o curso secundário.

O conteúdo programático dos cursos ministrados pelo Centro nos sugere uma educação com dois tipos de meta: a primeira consistia em promover a instrução básica, contemplada no curso primário, e a segunda mais ampla, com possibilidade do aluno aprender três tipos de idiomas e matérias relacionadas às ciências físicas e as ciências naturais, para aqueles que se destacassem na perspectiva de formar profissionais qualificados nas artes e ofícios para o mercado de trabalho.

Cunha (1999, p.12) ao analisar a Escola Mista da Imperial Quinta Boa Vista, no Rio de Janeiro, voltada para as Artes e Ofícios destinada aos filhos dos escravos libertos revela que ela oferecia cursos gratuitos e de freqüência obrigatória. O curso de ciências e letras era ministrado a partir das seguintes disciplinas: instrução religiosa, português, frances, inglês, matemáticas elementares, história geral, noções de física, noções de química, botânica, zoologia, mineralogia. O curso de artes compreendia as seguintes matérias: ginástica, música, desenho geométrico, desenho de ornatos; flores e animais, desenho de arquitetura e regras de construção. Analisando as matrizes curriculares dessa escola com as do Centro Operário percebe-se uma proximidade nas disciplinas ofertadas.

A partir do artigo 3º, o Centro se propõe criar outras ações educativas, mostrando uma visão mais ampla destas “artes e ofícios”, nas quais pretendia formar seus membros ou futuros membros.

> Art. 3º - Creará uma Bibliotheca onde se encontrem obras de Artes, Offícios a Indústrias traduzidas em língua vernáculas;
> Art.4 – O Centro se obrigará a mandar estudar em qualquer paíz – Artes e Offícios a expensas própria os alumnos ou sócios reconhecidamente inteligentes ou habilitados, durante tempo designado, suspendendo, porém, as contribuições dos mesmos, se não provarem applicação, sujeitando-se neste caso, a dar-lhes passagem de volta;
> Art.5º - Os alumnos que não se destinarem as Artes e Offícios, somente terão direito ao ensino primário, e não ao secundário;
> Art.6º - Creará uma philarmonica e uma orchestra, formada dos alumnos internos;
> Art 7º - Creará uma typographia,onde serão executados todos os trabalhos desta natureza e um jornal diário ou periódico que será o órgão official do Centro Operário e tratará de defender as classes e aos seus representantes, sem caráter político, instruindo,em assumptos scientíficos,de Artes e Offícios;
> Art.8º - Creará um Recolhimento Infantil, onde serão obrigados a recolher – se, com o consenso das autoridades, os menores de 14 anos que não souberem ler, nem escrever ou que não dispozerem de qualquer offício, andando em completo desamparo nas ruas desta capital, solicitando dos poderes competentes autorizações para que sejam conservados até o tempo determinado para a aprendizagem, de acordo com a disciplina e o regulamento do Estabelecimento, sendo o número destes em relação às forças do mesmo (SILVA 1894, p, 5).

Com referência ao artigo 8º especificamente, a preocupação do Centro Operário, voltada para a promoção da educação e assistência social à população abandonada pelo antigo regime escravocrata, nos lembra o trabalho assistencial que já vinha sendo realizado pelo Colégio de Orfãos de São Joaquim, em amparar crianças e jovens abandonados, dando-lhes uma formação nas artes e ofícios.

Na seqüência, o estatuto a partir do artigo 9º em diante, discorre sobre outras ações que deveriam ser realizadas pelo Centro Operário da Bahia, voltadas para a assistência social, assistência jurídica, funeral, criação de caixas de pecúlio, aquisição de habitação, previdência social, auxílio financeiro, regulamentação das atividades profissionais e a intermediação das demandas de trabalho.

Todo esse conjunto de propósitos configura um perfil multifacetado do Centro, mas com um foco determinante, voltado para as ações educacionais que se legitima, nas escolas do ensino formal, nas aulas de música e no movimento social, pela atuação política dos seus dirigentes, ora liderando manifestações reivindicatórias e

sociais, ora negociando e conciliando com as elites políticas, objetivando ganhos efetivos para a classe que representavam, como também, mobilizando os trabalhadores para participarem da vida política, conquistando direitos, inclusive o de alistamento eleitoral para fazer parte do processo político-eleitoral, votando e sendo votado.

Nesse momento, as organizações dos trabalhadores eram influenciadas pelas orientações das correntes socialistas que em relação à educação preconizava que,

> toda e qualquer entidade da sociedade civil, que se relacionasse com os trabalhadores, como também, todos aqueles que soubessem, poderiam exercer sem grande e oneroso dispêndio, a missão de educadores, quer na associação, quer na oficina, tanto entre amigos, como entre conhecidos em toda a parte, enfim, onde se manifeste a vontade de ensinar e o desejo de aprender (GHIRALDELLI,1987,p.92).

Após a fundação do Centro Operário do Estado da Bahia são iniciados os esforços para a consecução dos seus primeiros objetivos, a aquisição da sede central da associação, que ocorre em 1896, com a compra de uma casa maior, o Palacete do Ferrão, no Maciel de Baixo, nº 42 por 36:000$000. O negócio foi realizado com financiamento do Banco Emissor. Ao final de 30 dias não conseguem pagar, o Banco solicitou uma caução de 4:000$000, pelo prazo de 1 mês, cujo espaço seria perdido se não lavrasse a escritura até os fins de julho. Ismael Ribeiro consegue do Conselheiro Antônio Carneiro da Rocha, do Banco Auxiliar de Classe, a importância de 6:000$000 e faz o pagamento da 1ª parte da compra. Em julho de 1907, a dívida é liquidada junto ao Banco Comercial da Bahia, segundo informações contidas no livro autobiográfico de Ismael Ribeiro dos Santos, “*A Voz do Operário Falando a Verdade* (1930)”.

Figura 4: Solar do Ferrão – Sede do Centro Operário

Fonte: Santos, Ismael Ribeiro dos. A Voz do Operário Falando a Verdade, 1930.

4.1 O CENTRO OPERÁRIO: ENTRELAÇANDO A AÇÃO EDUCATIVA COM O MOVIMENTO POLÍTICO EM DEFESA DO TRABALH0

A proposta pedagógica do Centro Operário e a sua matriz curricular preconizavam uma educação para a qualificação dos trabalhadores Para esse segmento representativo dos trabalhadores, considerados os mais qualificados a educação não deveria ficar limitada a leitura e escrita, mas incorporar outros conhecimentos e habilidades, como: a literatura, o acesso a biblioteca, intercâmbios culturais para promover o desenvolvimento das artes, da música e o domínio de outras línguas, para que os trabalhadores e seus filhos tivessem a oportunidade de também, estudar em outros países, ampliando os seus conhecimentos.

A ação educativa começa com a instalação de salas de aulas do curso primário, o que ocorre no ano de 1895 com aula noturna, gratuita para quarenta e oito trabalhadores. No ano de 1897, dois anos após o início das aulas noturnas é instalada aulas diurnas, também com 48 alunos. O jornal *A Voz Operária* de 1897 informava que tanto as aulas dos cursos primários e nocturno estavam sob a direção do “alumno mestre” André da Cruz Fernandes que recebia uma remuneração de 14$000 (quatorze mil reis) mensais.

Tabela 2: MATRÍCULAS EM ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO – PERÍODO 1895 A 1899

ANOS	NOTURNA	DIURNA	TOTAL GERAL
1895	48	-	48
1896	50	-	50
1897	59	48	107
1898	83	120	203
1899	90	123	213
1900*	76	110	186
TOTAL	406	381	786

Fonte: Requerimento manuscrito do Centro Operário ao Conselho Municipal de Salvador, 1900. Cópia cedida pela prof. Jaci Ferraz Menezes.
*Relatório do Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia, 1900.

Os dados referentes à movimentação das matrículas ocorridas nas escolas do Centro Operário foram os argumentos utilizados pelo então presidente do Conselho Executivo, Ismael Ribeiro, para solicitar subvenção ao Conselho Municipal, face às despesas do ano anterior, cujo cofre social não pode arcar. Agrega a questão numérica à declaração da importância do ensino primário para o COBA e para a sociedade de modo geral.

O argumento utilizado por Ismael Silva, sobre os métodos pedagógicos modernos do COBA, lembra o que era propagado pela Escola Moderna de João Penteado em relação aos seus métodos e a pedagogia, embora os princípios e métodos adotados pelas escolas apresentassem concepções diferentes.

As informações contidas no relatório do Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia, referente ao ano de 1900 retrata a situação escolar da organização, em termos do quantitativo de alunos matriculados nas aulas noturnas e diurnas, como a sua dinâmica de funcionamento: a distribuição de material escolar pela direção, e a impossibilidade de executar o $ 2º do artigo 2º do capítulo 2º do estatuto de constituição da entidade que orienta a criação da escola do sexo feminino, para as filhas dos associados, assim como os cursos de português, francês, desenho aplicado as artes e música.

Os exames de final de ano foram realizados pela comissão examinadora composta por Porphyrio Alves da Rocha, D.Luíza da França Almeida de Sant'anna, Melanio dos Reis Lopes, Nicolau Tolentino de Sant'anna, professor da cadeira e

André Fernandes, que presidiu o ato. Foram submetidos a exames os alunos matriculados nas aulas primárias, saindo prontos com distinção 04 alunos e plenamente 11 alunos.

As festividades de encerramento do ano letivo ocorreram no dia 03 de dezembro, cuja programação constou de uma missa rezada na Igreja de São Pedro dos Clérigos, celebrada por Exmº Monsenhor Deão Antônio Texeira Cesinha, assistida por 96 alunos.

O Monsenhor Cesinha, também presidiu a sessão literária realizada no edifício do Centro Operário, que segundo o relatório, estava “ornamentado interna e externamente” .Todos os alunos cantaram o hino cívico, escrito pelo consórcio e poeta, Elísio Martins. Logo após usaram a palavra os alunos inscritos, sendo todos calorosamente aplaudidos, seguindo-se a distribuição da escrita feita pelo presidente do ato e pelo presidente do Conselho Executivo, logo após usaram a palavra o negociante Amador Alves de Moura, José Balbino Falcão e o professor da escola, Nicolau Toletino de Sant’anna os quais foram aplaudidos (Relatório do Centro Operário, do ano de 1900).

Nessa década, o cenário econômico registra uma crise, que se inicia em 1900 e vai até o ano de 1911. Em decorrência, verificam-se desemprego, cortes de despesas, paralisações em decorrência dos atrasos nos pagamentos dos trabalhadores.

> Desemprego no setor têxtil, cuja fábrica da Boa Viagem, demitiu trezentos dos seus 1.600 empregados e também, no setor da construção civil, com a diminuição e paralisação de obras públicas do Estado e Município, o desemprego e a redução de salários” (SANTOS, 2001, p. 35).

As atividades desempenhadas pelos associados do Centro Operário da Bahia estavam concentradas nesse setor e a crise econômica com suas conseqüências políticas pode ser um indicativo para a inadimplência dos associados que afetou as finanças da entidade.

. Dando continuidade a luta em defesa do mercado de trabalho, o Centro Operário apóia as reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores em madeira da Bahia, contra a proposta do Engenheiro João Navarro Pereira de Andrade, diretor de obras da Faculdade de Medicina desta capital, em mandar contratar trabalhadores italianos no Estado de São Paulo para a fabricação de mobiliário da mencionada faculdade.

Após várias assembléias e ofícios dirigidos ao Ministério da Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, forçou a abertura de concorrência, tendo o Sindicato ganho o fabrico do mobiliário da biblioteca da faculdade (Relatório do Centro Operário da Bahia, 1902 e 1903, p.16).

Mesmo convivendo com dificuldades econômicas e sociais, o Centro continua mantendo as suas escolas em funcionamento, embora, ao analisarmos o quadro das matriculas escolares abaixo referente ao ano de 1902, notamos um declínio em termos quantitativos nos turnos noturno e diurno, comparando com as matriculas do ano de 1900.

Tabela 3: MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO - 1902

Nº DE ALUNOS	**TURNO**		**FREQUÊNCIA**	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
137	82	50	65	25

Fonte: Relatório do Centro Operário referente ao biênio 1902/1904

No relatório do período de 1902[8], do final da primeira gestão de Ismael Ribeiro identificam-se outras informações sobre o funcionamento das aulas, apontando inclusive as dificuldades causadas pela inadimplência das mensalidades, para fazer frente à compra de material escolar, o que demonstra que a orientação inicial do movimento dos trabalhadores em fundar escolas para as classes operárias e seus descendentes, mantendo-as com recursos próprios, estava ameaçada. Essa postura, como veremos, vai sendo alterada paulatinamente durante a existência do Centro e o que se constata é uma vinculação e dependência financeira cada vez maior, em relação ao Estado e a presença da igreja católica, com padres participando efetivamente das atividades, ministrando aulas, presidindo solenidades e fazendo parte de comissões examinadoras, sendo uma característica marcante, nessa administração.

Quanto aos recursos financeiros, as correntes socialistas não se opunham a sua captação através do Estado para a manutenção das suas escolas. Mesmo enfrentando limitações, o Centro Operário cria mais uma sala de aula, diurna,

[8] Disponível na Coordenação de Obras Raras e Preciosas da BPEB

voltada para os filhos dos operários, cuja direção ficou a cargo do professor Nicolau Toletino de Sant'anna que em 1º de abril de 1902 assumiu a função gratuitamente. Em 14 de agosto, o Conselho Executivo do Centro Operário suspende as aulas, em função de não receber a subvenção estadual e municipal. Em setembro do mesmo ano, as aulas recomeçaram com o trabalho voluntário do Senhor Engenheiro Felippe Argollo do Sacramento na aula diurna e a do Reverendíssimo Padre Luiz da Franca, na aula noturna, ambas gratuitamente.

Os exames de final de ano conforme relatório foi realizado por uma Comissão Examinadora composta dos professores André Fernandes, Nicolau Tolentino de Sant' Anna e João Aureliano de Queiroz e Silva, presidida pelo Reverendíssimo Padre Luiz da França e com assistência do cidadão Ismael Ribeiro dos Santos, presidente do Conselho Executivo e mais pessoas outras, foram submetidos a exames no dia 20 de novembro, os alunos das aulas primárias diurnas e noturnas, os quais tiveram passagem de curso fazendo-se em seguida o encerramento do ano letivo

Verifica-se na tabela demonstrativa nº 3 uma defasagem entre o número de alunos matriculados e os que realmente freqüentavam as aulas, o que será observado também, nos anos seguintes. As reflexões realizadas sugerem para a possibilidade das desistências estarem relacionadas, a necessidade de trabalho e a sua longa jornada para a população adulta e, também o emprego da mão de obra infantil, para aumentar os ganhos das famílias.

Há o registro de que o presidente do Conselho, Ismael Ribeiro, solicitou a colocação da imagem do senhor crucificado, nas aulas do estabelecimento e logo após, os alunos entoaram o Hino Nacional.

A solicitação de Ismael Ribeiro, que apresentava um perfil religioso e levou essa característica para dentro do Centro Operário, foi atendida e, no dia 06 de maio data do aniversário da organização a imagem do senhor crucificado foi colocada em dosel na sala onde funcionavam as aulas primárias.

O presidente Ismael Ribeiro, pelo que relata Castellucci (2008, p.101),

> participava de algumas irmandades religiosas, tendo inclusive por ocasião do seu falecimento, deixado no testamento uma certa quantia, não identificada, para a ordem franciscana e dentre outras instituições, como o Educandário do Desterro e o Abrigo Filhos do Povo.

De acordo com a sua autobiografia registrada no livro *A Voz do Operário Falando a Verdade*, era um homem voltado para as questões sociais da época, e da sua trajetória política consta o movimento abolicionista, e a participação em vários movimentos contra a carestia, desemprego, atuando como Conselheiro Municipal, cargo que exerceu por mais de uma legislatura tendo também ocupado a função de subcomissário no distrito de Sant'anna.

No referido relatório, não constam informações se foram todos os alunos que freqüentavam as aulas, encaminhados para os exames finais ou alguns deles, cujos professores consideravam mais habilitados. Os anos subseqüentes de 1903/1905, o Centro Operário da Bahia passa a ser dirigido, por Fernando da Costa Bastos, que informa em relatório sobre as dificuldades do Centro em manter o pagamento das pensões, comunicando aos beneficiários a sua suspensão. Também por motivos financeiros, a solicitação de reforma do material escolar não é atendida, inviabilizando ainda, a criação das aulas primárias para o sexo feminino. As aulas primárias para o sexo masculino continuaram sendo mantidas e eram ministradas pelo professor Nicolau Toletino de Sant'anna e pelo padre Luís da França Santos, que continuava ensinando no turno noturno.

Tabela 4: MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO - 1903

Nº DE ALUNOS	**TURNO**		**FREQUENCIA**	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
155	103	52	76	28

Fonte: Relatório do Centro Operário referente ao biênio 1903/1904

Em dezembro de 1903 foram realizados os exames de final de ano, tendo a banca examinadora, aprovado os alunos das aulas diurnas e noturnas, sendo que, 02 alunos aprovados com distinção, 06 alunos aprovados plenamente e 05 alunos aprovados simplesmente.

O relatório informa que o professor Nicolau das aulas diurnas elementar, sofria com os problemas financeiros do Centro Operário. Informações anteriores dão conta que o trabalho do referido professor era realizado de modo voluntario e

gratuito, estaria esse “sofrimento” relacionado a alguma remuneração financeira que passou a receber ou pela inexistência de condições materiais para realizar o seu trabalho?

Consta ainda do relato, um manifesto político que foi publicado na imprensa da capital, elaborado pelo Conselho Executivo, com o objetivo de levantar a moral, material e política da classe, convocando os operários para se qualificarem e se registrarem eleitores.

Esse manifesto é um forte indício do posicionamento da diretoria do Centro, em não se manter alheia ao processo eleitoral e contribuir no aumento de trabalhadores qualificados como eleitores, ampliando as chances de eleger os representantes da classe, o que efetivamente aconteceu com o próprio Ismael Ribeiro e Prediliano Pitta, o seu sucessor no Centro Operário.

4.2 A CRIAÇÃO DA ESCOLA PARA O SEXO FEMININO

Acompanhando as transformações que vinham ocorrendo no âmbito educacional, em sessão do dia 27 de janeiro, o Conselho Executivo do Centro Operário aprova a criação de mais uma sala de aula, desta feita para o sexo feminino. E em 03 de fevereiro sob a regência da aluna mestra D.Maria Eduarda Falcão, realiza-se a instalação oficial da referida escola.

Ata de Instalação da Escola Primária do Sexo Feminino do Centro Operário da Bahia e Posse da Respectiva Regente[9].

> Aos treze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e nove, ás nove horas da manhã, perante o Conselho Executivo, em uma das salas do Edif. Social, designada para o funccionanmento da aula primária do sexo feminino, foi instalada a mesma aula e empossada, solennemente, da regência da respectiva cadeira a alumna-mestra, excelentíssima senhorita Eduarda M. Falcão, nomeada para este cargo em sesão de vinte e sete de janeiro,do corrente anno, data em que também foi creada a mesma cadeira.E,para constar, o senhor presidente do Conselho Executivo, mandou que se lavrasse a presente acta que vai por mim Marcelino de Souza Aguiar,diretor

[9] Relatório do Centro Operário da Bahia, p.23, 1908/1909 publicado em 1910.

> da Secretaria do estabelecimento, revista e assignada, assignando comigo a mesa do Conselho Executivo e as demais pessoas presentes ao acto.Sala da aula primária do Centro Operário da Bahia, em treze de fevereiro de mil novecentose nove – Marcelino de Souza Aguiar director da secretaria (assignados) Ismael Ribeiro dos Santos, presidente; Felippe Tranquillo de Castro – vice-presidente; Anastácio de Menezes 1º secretario; Boaventura Gomes da Silva ; 2º secretario Francisco Amaro Gomes, Boaventura João Diniz, Ivo Antônio Monteiro, Thomaz Gonçalves dos Santos, Olavo José de Almeida,Terencio Aranha Dantas, Paulino Lopes, prof.Nicolau Tolentino de Sant'anna (Relatório do Centro Operário da Bahia, 1910, p.23).

Abrir uma sala de aula diurna para o sexo feminino consideramos um avanço na história do Centro, haja vista que até aquela data, a entidade caracterizava - se por ser eminentemente masculina, tanto no que dizia respeito a sua atividade sindical, voltada para um segmento cujos "ofícios" eram essencialmente masculinos, como a sua ação educacional. As mulheres eram beneficiárias dos pais ou maridos, no caso de falecimento, quando passavam a receber ajuda financeira mensal, mas não faziam parte do seu quadro de associados. Outro aspecto a destacar, é o relatório do Conselho Executivo do Centro Operário de 1900 cujo presidente do Conselho Executivo da época, atribui o não cumprimento do capítulo 2 do estatuto da entidade, que dispõe sobre a criação de salas de aulas para as filhas dos seus associados, a falta de recursos financeiros.

> A iniciativa, portanto, da criação da sala de aula feminina, ampliou a possibilidade para filhas dos trabalhadores poderem acessar esse espaço, na época, restrito a algumas iniciativas de caráter particular, pequenas escolas leigas e religiosas (RODRIGUES e MARQUES, 2007, p.3).

Os exames finais do ano letivo de 1909 foram realizados no dia 30 de novembro e os alunos foram aprovados por uma comissão examinadora composta pelos Srs. Presidente do Conselho Executivo Ismael Ribeiro da Silva; professores Nicolau Tolentino de Sant'anna e D.Eduarda Maria Falcão e o diretor da Secretaria do Centro, Marcelino de Souza Aguiar. Eis a relação dos alunos que foram aprovados nos exames:

> Aula diurna, curso superior - Paulo dos Santos e Aládio da Fonseca (distinção); Brígido Rego Gomes (plenamente) Júlio Honorato da Boa Morte (simplesmente).
> 2º curso, foram aprovados plenamente 7 alumnos e simplesmente 4 alumnos.
> 1º curso plenamente 6 alumnos e simplesmente 10 alumnos.

> Passaram do curso inicial para o 1º curso, 12 alumnos.
> Aula noturna, 3º curso inferior - Francisco Garcia dos Santos (distinção) Eleutério Fortunato dos Santos e Serapião Lima (plenamente).
> 2º curso, plenamente 5 alumnos e simplesmente 12 alumnos.
> 1º curso, plenamente 4 alumnos e simplesmente 12 alumnos. (Relatório do Centro Operário 1909/1910, p.21)

4.3 O ENSINO TÉCNICO - PROFISSIONAL

Em 1910, registram-se novos avanços na modalidade de educação oferecido no Centro Operário da Bahia, primeiro, pela oferta de sala de aula às mulheres e, também, pela instalação e o funcionamento provisório da Escola de Aprendizes Artífices instituído pelo decreto federal nº 7763 de 23 de setembro de 1909, conforme ata de instalação da escola transcrita abaixo, que passou a ser conhecida, como a Escola do Mingau, por garantir o aprendizado e o sustento, com um bom mingau, aos “desvalidos pela sorte”. Esta escola era mantida com recursos do Governo Federal, tendo se transformado posteriormente na Escola Técnica Federal, atual Instituto Federal da Bahia – IFBA.

> **Acta de instalação das Escolas de Aprendizes Artífices da Bahia.** Aos dous dias do mês de Junho de mil novecentos e dez, vigésimo segundo da Republica, à 1 hora da tarde, no salão nobre do edifício do Centro Operario da Bahia, cedido pelo seu Conselho Executivo para o funcionamento provisorio das Escolas de Aprendizes Artífices, instituídas pelo dec. n° 7763 de 23 de setembro de 1909, à rua 11 de junho , no districto da Sé desta Cidade do Salvador Capital do Estado Federado da Bahia, presentes o Director nomeado por Decreto do governo federal, referendado pelo sr. Ministro da Agricultura, Industria e Comercio, os professores D. Amelia Vianna, professora da Escola primaria, e Francelino do Espírito Santo Pereira de Andrade, professor de Desenho, commigo escripturario servindo de secretario Sebastião de Queiros Couto, com a assistência dos Snrs. Drs. Severino dos Santos Vieira, senador federal, João Gualberto Nogueira, Theotonio Ribeiro, representando o Cel. Sotero de Meneses, Comandante interino desta Região Militar, Joaquim dos Reis Magalhães, Mario M. de Castro Rebelo, e srs. Oscar Jugurta, representando o Delegado Fiscal do Thesouro Federal neste Estado, Cel. Ismael Riabeiro dos Santos, presidente do Centro Operario, Cap. Marcelino de Sousa Aguiar, Major Ubaldo Couto, Major Bibiano Campos, Lucio Ferreira de Aragão, Cap. Ladislau de Andrade Silva, João Baptista Ferreira dos Santos, Cap. Vicente de Paulo Alfredo, Alferes Arthur Cesar de Campos, Anselmo José de Campos, D. Maria Eduarda Falcão com a Escola do sexo feminino do Centro Operario, Professor Nicolau Tolentino com a Escola do sexo masculino do mesmo Centro e Marcelino de Sousa Aguiar, director da Secretaria do Centro Operario, pelo Director das Escolas de Aprendizes Artifices depois de rapida alocução em que assignalou a importancia e

> alcance da instituição decretada pelo patriotico governo do exmo. snr. Dor. Nilo Peçanha, com a referenda do seu Ministro da Agricultura, Industria e Comercio, o exmo. snr. Dor. Rodolfo Miranda, como a satisfação de uma necessidade urgente de assender às condições das classes operarias da Republica, habilitando-as pelo progresso e desenvolvimento do ensino profissional, entrarem com melhores probabilidades de exito na lucta pela existencia, declarou, em nome de sob a autoridade do exmo. snr. Ministro da Agricultura, Industria e Comercio, inauguradas as Escolas de que trata o Decreto acima citado, E nada mais havendo a tratar-se lavrou-se de tudo a presente acta que vai assignada pelo director da Escola, commigo escripturario servindo de secretario, professores e mais assistentes que a quiserem assignar. Eu Sebastião Queiros Couto, que a subscrevo. (Seguem-se as assinaturas de 23 pessoas). (Relatório do Centro Operário,1909/1910 p.23)

> A iniciativa do governo federal em criar Escolas de Aprendizes Artífices no país visava preparar mão de obra qualificada, para a consolidação do modelo industrial. Nesta perspectiva foram criadas escolas em várias capitais do país, como em São Paulo, com essa modalidade de ensino (MORAES, 2010, p.9).

O período da criação da Escola de Aprendizes Artífices em Salvador caracteriza-se por ser uma fase de estagnação econômica. Desde o ano de 1900 que a crise econômica ocasionava desemprego, cortes de despesas públicas, atraso nos pagamentos de salários dos trabalhadores e paralisações na construção civil e no setor têxtil. Segundo Silva (2000, p. 23). “Situação que será amenizada no governo de Seabra que impulsiona a construção civil, com abertura de novas avenidas em diversos pontos da cidade, fazendo reformas e construção de prédios públicos”.

A Escola de Aprendizes Artífices inicia as suas atividades oferecendo cursos de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria, posteriormente teve as suas atividades transferidas para um espaço não identificado pela pesquisa, no Largo dos Aflitos e em 1926 se instala definitivamente na atual sede do Barbalho.

Quanto ao ensino profissionalizante do Centro, Sílio Boccanera (1926) informa sobre a “obrigatoriedade de alunos matriculados no curso profissional freqüentarem, de acordo com suas pretensões as oficinas de tipografia, encadernação, marcenaria, carpintaria, de torneiro, modelador, pedreiro e estucador” (BOCCANERA, 1926, p.250). Chamamos atenção que mesmo após a saída da Escola de Aprendizes Artífices do espaço desta organização, os seus cursos profissionalizantes são mantidos. Avançando no tempo, para ratificar a permanência do ensino profissional, identificamos ainda no relatório do Conselho Executivo do

Centro Operário relativo aos anos de 1952/1953 um demonstrativo sobre a arrecadação financeira prevista e a arrecadada para os seus cursos profissionalizantes, bem como uma crítica a qualidade do aprendizado da arte mecânica e a capacidade de seus mestres (Relatório do Centro Operário, 1952/1953 p.6-7).

São essas as informações que comprovam um déficit no orçamento dos cursos profissionalizantes, inclusive pelo não repasse das subvenções estaduais:

Arrecadação Prevista		Arrecadação Realizada
Oficina de serraria –	80.000,00	66.246,90
Carpintaria	40.000,00	5.661,20
Mecânica	40.000,00	27.952,00
TOTAL	160.000,00	99.860,00

Quanto às subvenções previstas:

Estaduais Previstas	65.000,00	Estaduais Arrecadas	----------
Municipais Previstas	35.000,00	Municipais Arrecadadas	35.000,00

Tabela 5: REGISTRO DAS MATRÍCULAS ANO DE 1910

Nº DE ALUNOS	**SEXO**	**AULAS DIURNAS**	**AULAS NOTURNAS**
127	M	119	58
29	F	29	----------

Fonte: Relatório do Centro Operário da Bahia, exercício 1909/1910.

Verifica-se nesta tabela que 29 mulheres se matricularam para as aulas diurnas, que passou a funcionar em 03 de fevereiro sob a regência da aluna mestra D.Maria Eduarda Falcão. Informações complementares sobre o funcionamento das escolas do Centro Operário revelam que o seu Conselho Executivo, por falta de verbas não completou o material escolar relativo ao ano de 1910 e que a instrução primária mantida, contava com 03 escolas elementares: duas diurnas, sendo uma do sexo masculino e outra do sexo feminino e uma noturna onde aprendem meninos e adultos. O que podemos constatar é uma ampliação do atendimento escolar,

convivendo com a insuficiência de recursos para a manutenção das condições de ensino.

A escola diurna do sexo feminino era regida pela Professora Eduarda Maria Falcão e as do sexo masculino diurna e noturna, pelo Professor Nicolau Tolentino de Sant'anna que substituiu gratuitamente o Engenheiro Felipe Argollo do Sacramento. As férias foram em conformidade com o Regularmento do Ensino Primário do Estado na época competente.

Outras informações sobre a dinâmica do funcionamento das escolas do Centro Operário, dizem respeito a vacinação dos alunos que era realizada pelo Dr. Climério de Oliveira[10], vacinador do distrito que realizou vacinações nos 2 semestres e o registro das visitas dos pais dos alunos a escola.

Ainda no relatório das atividades desenvolvidas no período de 1908 a 1909 da segunda gestão de Ismael Ribeiro dos Santos, encontra - se a referencia sobre a aquisição do Solar do Ferrão em 1896. Uma casa maior, o Palacete do Ferrão, no Maciel de Baixo, nº 42 foi comprado por 36:000$000, cujo negócio foi realizado com financiamento do Banco Emissor e que ao final de 30 dias, o COBA não consegue pagar. O Banco então, solicitou uma caução de 4:000$000, pelo prazo de 1 mês, cujo espaço seria perdido se não lavrasse a escritura até os fins de julho. O presidente Ismael Ribeiro consegue do conselheiro Antônio Carneiro da Rocha, do Banco Auxiliar de Classe, a importância de 6:000$000 e faz o pagamento da 1ª parte da compra.Em julho de 1907 a dívida é liquidada junto ao Banco Comercial da Bahia.

Apoios outros são conseguidos ainda, como em 1909 quando Francisco Marques, então diretor da Linha Circular, mandou fazer a instalação da luz elétrica, sem custos para o Centro. O patrimônio do Centro vai aumentando como a aquisição de "casas na Avenida Lisboa por 20:000$000, depois denominada Av.Centro Operário, situado no bairro de Itapagipe, distrito da Penha"[11] (Relatório do Centro Operário da Bahia, ano, 1908/1909 p, 16).

---

[10] Climério de Oliveira era professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e em 1852 idealizou a construção da primeira Maternidade Pública do Brasil, concretizada em 1903 e que funcionado como maternidade-escola tem os seus serviços voltados para as mulheres pobres da Bahia.

[11] Relatório Centro Operário da Bahia 1908/1909.

A articulação com a política oficial em nível nacional leva os dirigentes do Centro Operário da Bahia em 1908, a participar no Rio de Janeiro, então Capital Federal, da Exposição Nacional Afonso Penna com o pavilhão da Bahia. Realizada entre os dias 28 de janeiro e 15 de novembro de 1908, ocorreu uma grande exibição de bens naturais e produtos manufaturados, oriundos de diversos estados brasileiros. A chamada Exposição Nacional de 1908 foi promovida pelo Governo Federal, com a justificativa de celebrar o centenário da Abertura dos Portos (1808) e de fazer um inventário da economia do país. “Seu principal objetivo, porém, era o de apresentar a nova Capital da República - urbanizada pelo Prefeito Pereira Passos e saneada por Oswaldo Cruz - a diversas autoridades nacionais e estrangeiras que a visitaram[12]”

A exposição nacional foi organizada pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas cujo ministro é o antigo governador da Bahia Miguel Calmon du Pin e Almeida. O representante do Centro Operário da Bahia na exposição é Ismael Ribeiro que tem a sua viagem financiada pelo parlamentar Dr. João Augusto Neves.

[12] Disponível em ***www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=827148*** - *acessado em 15/06/2010*

Figura 5: Ismael Ribeiro dos Santos. Foto tirada por ocasião da Exposição Nacional(1908),realizada no Rio de janeiro quando o autor representou as classes operárias bahiana.
Fonte: Santos, Ismael Ribeiro dos. A Voz do Operário Falando a Verdade, 1930.

Anastácio Machado Menezes primeiro secretário do Conselho Executivo do Centro, em discurso de saudação realizado por ocasião do retorno de Ismael Ribeiro a Salvador, refere-se ao evento, como: “o operariado de mãos dadas com a engenharia moderna, esta traçando e ele executando. Um o operário prático, o outro operário intelectual” (Santos, 1930).

A informação sobre a participação do representante do Centro Operário nessa exposição, não possibilita avaliar sobre ganhos para a classe trabalhadora. O que podemos inferir é sobre a necessidade de reafirmação de prestígio do representante da organização com a classe política, local e na capital da República, demonstrada inclusive, na gratuidade da passagem para os deslocamentos, entre Salvador e Rio

de Janeiro, além da possibilidade de articulação política com outras entidades de trabalhadores, locais.

Em 1911, segundo o relatório de final de gestão, Ismael Ribeiro informa que deixa a presidência do Centro e, no Banco Allemão em caderneta a quantia de 12:000$000 desviada pelos que tomaram posse .

Consta ainda o registro de que em 1911, o Centro Operário recebe subvenções na ordem de 25:000$000 do governo federal . Ao cruzar esse dado com a informação da instalação da Escola de Aprendizes Artífices, instalada a partir de decreto federal, a hipótese é de que esta quantia era para subsidiar as despesas da referida escola.

Figura 6: Homenagem do Centro Operário da Bahia a Ismael Ribeiro da Silva. Na primeira fila da esquerda para a direita: Francisco Amaro Gomes, Olavo José de Almeida, Anastácio Machado de Menezes, Felippe Tranquilino de Castro, Boaventura Gomes da Silva, José Balbino Falcâo e Júlio Alves da Palma.Na segunda fila: Paulino Lopes, Saturnino Manoel do Espírito Santo, João Pompilio de Abreu, Hilarino do Carmo e Silva, Francisco Boaventura Duplat, Boaventura João Diniz, Ivo Antônio e Manoel Felippe do Bomfim. Na parte superior da foto:Terencio Aranha Dantas, Affonso João Maria de Freitas, Thomaz Gonçalves dos Santos, Samuel Alfredo de Castro, João Bernardino Soares de Albergaria e em destaque, Ismael Ribeiro dos Santos.
Fonte: Ribeiro, Ismael. A Voz do Operário Falando a Verdade, 1930. Biblioteca Pública do Estado da Bahia

O sucessor de Ismael Ribeiro, no Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia referente ao exercício de 01 de abril de 1912 a 31 de março de 1913, foi Prediliano Pereira Pitta, empreiteiro de obras, um dos fundadores do Club Socialista, integrante do Partido Operário e da União Operária Bahiana, Major da Guarda

Nacional e Conselheiro Municipal, que pauta sua trajetória no legislativo combatendo a carestia dos gêneros alimentícios e defendendo os direitos dos trabalhadores, em relação a duração da jornada de trabalho, melhorias salariais e defesa do emprego.

Prediliano participa do 4º Congresso Operário realizado em novembro de 1912 na capital do país, acontecimento segundo a concepção do presidente, como de alta relevância para o operariado brasileiro, "que vem clarear o horizonte, para garantia do presente e novas conquistas para o futuro (PITTA, 1912, p.3)". Este Congresso foi convocado por representantes do governo federal e não contou com o apoio e nem a participação dos segmentos dos trabalhadores que se posicionavam pela independência do movimento operário[13]. Para Ghiraldelli (1987) a corrente identificada com o "trabalhismo" apontada como a origem do peleguismo é a que se faz presente no evento.

O presidente Prediliano Pitta defende no congresso

> as vantagens que advirão para o operariado brasileiro, uma vez adotado pelas associações a forma cooperativa, a exemplo do que praticavam os povos adiantados, concorrendo dest'art para o progresso e emancipação do proletário, base segura para uma organização forte e duradoura" (PITTA, Relatório do Centro Operário da Bahia, 1912,p. 3).

Este posicionamento pode ser associado as influencias da corrente socialista utópica liderada pelo inglês Owen que idealizava o cooperativismo, como alternativa de convivência harmônica entre o capital e trabalho.

[13] Como conseqüência do Congresso, o Centro Operário altera seus estatutos e passa a intitular-se "Associação Cooperativa Centro Operário da Bahia, como se pode observar na foto abaixo da capa do Relatório de 1913.

Figura 7: Capa do Relatório da Associação Cooperativa Centro Operário referente aos anos de 1912/1913

Fonte: Biblioteca do Arquivo Público Estadual

Dentre as propostas aprovadas no congresso, o memorial entregue ao presidente da República solicitando que na mensagem dirigida ao congresso na sua próxima abertura, fosse lembrada a conveniência de serem votadas medidas pelo operariado reclamadas, das quais algumas atinentes a crise alimentar da época e, a segunda: a constituição da Federação Brasileira do Trabalho, que deveria ser uma poderosa agremiação do Amazonas até o Prata, no intuito de, por meio da representação de classes obterem-se diretamente as medidas necessárias a garantia e estabilidade da mesma classe. Tendo sido o presidente do Centro Operário da Bahia, Prediliano Pitta, nomeado delegado da Confederação Brasileira na Bahia (Relatório do Centro Operário da Bahia, 1912/1913, p.4).

Os trabalhadores discutem no congresso o tema 12 que versa sobre a educação e instrução e propõem ao governo uma lei inspirada na liberdade de ensino, a concessão de subsídios ás escolas primárias e, especialmente as profissionais criadas por particulares e por associações operárias, vinculadas a recem criada Confederação Brasileira do Trabalho, a obrigatoriedade de todas as fábricas, criar uma escola voltada para os operários e seus filhos. Nessa proposição os operários reunidos, sugerem o horário de funcionamento das aulas que seria das 8 da manhã as 11 horas do dia, podendo os meninos depois desse horário, empregar-se nas fábricas. A escola noturna, funcionaria das 7 as 9 horas, exceto nos sábados (Santos, 1930).

A atuação do Centro Operário nas questões do mundo do trabalho, assim como sua articulação e o relacionamento com as forças políticas locais, também fica evidenciada nas festividades comemorativas do 1º de Maio de 1912 que foram realizadas no salão nobre do Centro, quando estiveram presentes, o governador José Joaquim Seabra, Bráulio Xavier da Silva, presidente do Tribunal de Apelação e Revista, José Álvaro Cova Chefe de Segurança Pública , alunos do estabelecimento, associados, tendo o presidente do Conselho Executivo Prediliano Pitta, convidado o governador para compor a mesa,explicando a finalidade da reunião e a homenagem que ia ser prestada ao Barão do Rio Branco, no dia em que os operários comemoravam o dia do Trabalho. A homenagem a qual se referia Prediliano Pitta foi a inauguração do retrato do Barão do Rio Branco na escola primária do sexo masculino, que passou a ser chamada de Escola Barão do Rio Branco.

De acordo com as informações levantadas em relatório usaram a palavra,

> alumnos e alumnas do estabelecimento que fizeram lisongeiros conceitos ao Ilustre Barão do Rio Branco, e á Festa do Trabalho, fallando em último lugar, o Snr. Nicolau Tolentino de Sant'anna, professor da cadeira, que fez um discurso análogo ao acto, terminando por agradecer as provas de elevado conceito com que acabava de ser distinguida a Escola por elle regida com a denominação de Escola Barão do Rio Branco" (Relatório do Centro Operário da Bahia,1912/1913 p.5).

Sobre as atividades da educação formal, continuava o Centro a manter as 03 escolas de ensino elementar, para ambos os sexos, nos períodos diurnos e noturnos, mantendo ainda os mesmos professores. Sra. Maria Eduarda, professora

da escola do sexo feminino e Prof.Nicolau Tolentino de Sant'anna para o sexo masculino diurno e noturno. Os dados do relatório de 1913, referente ao ano anterior acusam um aumento no número de alunos matriculados, mas obedecendo ao limite determinado pelo médico de higiene estadual, face às doenças e epidemias constantes.

Tabela 6: MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO - 1912

TURNO DAS AULAS	**SEXO**	**Nº DE ALUNOS**
Diurno	Masculino	45
Diurno	Feminino	45
Noturna	Masculina	45
TOTAL		135

Fonte: Relatório do Centro Operário da Bahia, 1912 e 1913

Informa ainda que no ano de 1912, as escolas do Centro Operário da Bahia, não realizaram a festa de final de ano com a entrega dos certificados aos habilitados pela conclusão do curso primário, o que foi feito posteriormente A relação dos diplomados foi a seguinte:

RESULTADO EXAMES FINAIS DA AULA DO SEXO FEMININO.

1 - Regina do Carmo Silva, approvada com distinção;
2 - Maria da Purificação Melliz, approvada plenamente;
3 - Donatela Borges da Silva, approvada simplesmente.

RESULTADO EXAMES FINAIS DA AULA DO SEXO MASCULINO

1 - Carlos de Santa Izabel, approvado com distinção
2 - José Soares do Rosário, approvado plenamente;
3 - Mario Manoel da Conceição, approvado plenamente;
4 - Alvaro Cerino de Araújo, approvado plenamente;
5 - Osvaldo Barreto da Rocha, approvado plenamente;
6 - Quintino Orlando da Costa , approvado simplesmente
7 - Armando Custódio de Sant'anna, approvado simplesmente;
8 - Amélio de Menezes Soares, approvado simplesmente.

RESULTADO EXAMES FINAIS DA AULA NOTURNA

1 - Marcos José do Sacramneto, approvado plenamente.

No relatório ainda, o presidente informa que por motivo de moléstia, o professor Nicolau solicitou 90 dias de licença, sendo o mesmo substituído pelo professor Hermenegildo Tertuliano Martins que assumiu o exercício no dia 10 de março, mesma data de afastamento do titular, percebendo uma gratificação no valor de 30$000 mensais

4.4 O PERÍODO DE 1915 A 1920 - NOVOS NOMES NA DIREÇÃO DO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

Após os primeiros anos de existência do Centro Operário onde os seus dirigentes foram os que protagonizaram a criação do Partido Operário da Bahia, a sua dissidência, o surgimento da União Operária, a reaglutinação dessas forças na organização em estudo que vão se sucedendo na presidência do Conselho Executivo, o artista e capitão da guarda nacional João Pedro Rodrigues Lima, em 1915, assume a direção do Centro Operário apontando uma crise financeira e propondo à Assembléia Geral, que foi realizada em 1º de maio de 1917, a redução dos gastos com os proventos das viúvas e filhos (as) dos sócios. A sua proposta foi aprovada ocorrendo o corte de 15$000 para 10$000 nas pensões recebidas.

As finanças do Centro Operário da Bahia, entretanto, ganharam o reforço do Major Cosme de Farias, sócio benemérito da entidade que em 1915 apresenta a Câmara dos Deputados projetos de lei solicitando ao governo subvenção de 6:000$000 por ano para o Centro e outro projeto de lei para que a associação passasse a ser considerada de utilidade pública, possibilitando com isto a continuidade de injeção de recursos público na associação. A referência ao Major Cosme de Farias faz lembrar outra linha de atuação do COBA, a de combate a carestia, em articulação com as manifestações de rua e formas de protesto urbano da época.

A diretoria do Centro fez uma homenagem a Domingos Silva, morto nesse mesmo ano. Levantamos aqui a possibilidade de esse ato estar relacionado ao nome da escola, que foi denominada com o nome do ex-presidente e fundador do

Centro Operário. Outra homenagem foi prestada ainda ao governador J.J Seabra talvez esta pode ter sido uma forma de sensibilizá-lo para continuar a apoiar financeiramente a causa defendia pelo Centro Operário.

4.5 A SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA NO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

Foram mantidos nos cargos já existentes o Tesoureiro - Sr.Hilário do Carmo e Silva; a professora da aula primária diurna do sexo feminino D. Amélia Maria Gomes; o professor da aula primária diurna do sexo masculino, Sr. Nicolau Tolentino de Sant'anna e, professor da aula primária noturna masculina, Sr. Hermenegildo Tertuliano Martins e como zeladora, D. Maria Joana Gomes de Mello.

No dia 16 de julho, o Sr. Faustino, guarda-livros pede exoneração, sendo a função suspensa. Neste período, ocorrem modificações no quadro de professores, pelo falecimento de D.Amélia Maria Gomes, professora da aula diurna do sexo feminino que foi substituída pela aluna-mestra D. Carmem Correia Dantas, que já atuava no lugar da titular da cadeira.

Em 10 de junho a professora Carmem foi dispensada, tendo sido nomeada para preencher a vaga a bacharela D.Jovina Maria da Conceição Rocha. O professor Nicolau Tolentino de Sant'anna, solicitou licença para tratamento de saúde e foi nomeado para dirigir a escola o bacharel Romão Augusto de Almeida.

O prof. Romão em 12 de fevereiro de 1916 pediu licença por 90 dias por se ausentar do estado, fazendo-se a nomeação do Bacharel João Pompílio de Abreu Filho, para ser substituto interino. Após um dia de exercício, renunciou o lugar o Bacharel João Pompílio, sendo momeado outro interino - Bacharel Martinho Braga do Nascimento – que mais tarde passou a ser efetivo, em virtude do falecimento do catedrático e por não ter o Bacharel Romão de Almeida, findo o prazo de sua licença, se apresentado para reassumir as funções, nem requerido prorrogação da sua licença. Consta ainda no relatório que as substituições ocorridas, trouxeram economia aos cofres da associação, visto que as mudanças ocorridas foram acompanhadas da redução de salários, mesmo sendo os ocupantes titulados com

bacharelato, a substituta de D.Maria Amélia, passou a perceber 100$000, em vez de 150$000, que era o vencimento que aquela recebia. Posteriormente, os professores Martinho Braga e D.Jovina Argollo, espontaneamente, entendendo a situação da sociedade, dispensaram uma parte de seus salários (Relatório do Centro Operário da Bahia,1915/1916, p.8).

Era também objetivo do Centro Operário da Bahia, conforme seu estatuto formar uma orquestra e uma banda de música, nesta perspectiva e também, acredito como meio de aumentar a sua receita e ampliar as possibilidades de trabalho para os filhos de seus associados, formando profissionais na área, assim em 10 de agosto de 1915 inaugura na sua sede social, uma aula de música, sob a direção dos professores D. Maria Luíza Lopes e Júlio Alves da Rocha, ficando estabelecido pelo Centro e os referidos professores, as seguintes obrigações:

> Os alumnos contribuirão com taxa de 1$400, duas vezes no anno no acto das inscripções e a mensalidade de 2$000, adiantadamente, sendo esta para manutenção dos professores e aquella para acorrer as despezas de papel, tinta, giz, etc.Os professores ficarão obrigados a dar gratuitamente uma vez por semana, lições de solfejo e canto aos alumnos das aulas diurnas do estabelecimento" (Relatório do Centro Operário da Bahia, p.16)

Constata-se que as aulas de música foram abertas para o público de fora dos quadros do centro, mas com a preocupação das mesmas serem estendidas aos filhos dos associados, portanto incluídas no currículo da escola primária.

O demonstrativo da movimentação financeira informa que de agosto a dezembro do ano de 1915, o rendimento com as aulas de música foi o seguinte: as mensalidades pertencentes aos professores foram de 330$000 e as taxas pertencentes ao Centro Operário foram de 56$000. A este valor deixou de ser contabilizada a quantia de 20$000 correspondente ao primeiro mês (agosto), por ter sido embolsada pelo ex-secretário da instituição, o que motivou uma dissidência no Centro.

No ano seguinte, compreendendo o mês de fevereiro de 1916 a março de 1917 o rendimento contabilizado foi o seguinte: as mensalidades pertencentes aos professores foram de 426$000 e as mensalidades pertencentes ao Centro Operário da Bahia foram de 134$000. As aulas de músicas, segundo o relatório, obtinham ótimos resultados, tendo como testemunho os maestros Manoel Augusto dos

Santos, Manoel Querino e Manoel Ambrósio Fraga que em dezembro dos anos de 1915 e 1916, examinaram os alumnos das referidas aulas (idem, ibidem p.16).

A participação de Manuel Querino nas bancas examinadoras passa a ser uma constante, evidenciando um perfil de estudioso da música, pouco conhecido, em relação ao desenhista. Quanto ao número de alunos matriculados para as escolas do Centro Operário registrou um crescimento entre os anos de 1915 e 1916, conforme tabela demonstrativa abaixo a seguir:

Tabela 7: MATRIÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÀRIO – 1915

ANO	**ESCOLA**	**SEXO**	**Nº DE ALUNOS**	**TOTAL**
1915	Diurna	F	43	43
1915	Diurna	M	53	53
1915	Noturna	M	95	95
TOTAL GERAL				191

Fonte: Relatório do Centro Operário exercício 1915 e 1916.

Tabela 8: MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO – 1916

ANO	**ESCOLA**	**SEXO**	**Nº DE ALUNOS**	**TOTAL**
1916	Diurna	F	47	47
1916	Diurna	M	87	87
1916	Noturna	M	118	118
TOTAL GERAL	-	-	-	252

Fonte: Relatório do Centro Operário exercício 1915 e 1916

O que nos chama atenção, analisando esses dois quadros demonstrativos das matrículas é o crescimento do número de alunos, para as aulas masculinas, principalmente o turno noturno. Podemos compreender esse fato, relacionado ao

período de transformação e urbanização da cidade, promovido pelo governador José Seabra que, impulsionou muitas obras públicas. Nessa aula noturna, os alunos eram divididos entre menores e adultos.

Ao relatar o crescimento das matriculas João Pedro Rodrigues justifica que,

> o número de alunos matriculados na aula noturna, conta com a participação de marinheiros nacionais, soldados do exército e da polícia, aprendizes e operários de maior idade, não só nacionais como estrangeiros, que o Centro não regateia a instrução a ninguém, que lhe bata ás portas, pedindo matrícula em qualquer de suas escolas" (Relatório do Centro Operário p.17).

Este dado demonstra a abertura também, das escolas do Centro Operário para outras categoriais profissionais, mas, não encontramos maiores informações sobre o perfil desses profissionais, o registro sobre o resultado dos exames finais. Um fato que merece ser destacado no relatório em análise é a fundação do Tiro Operário em 26 de dezembro de 1916, cuja diretoria provisória era composta pelos membros do Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia (p.21). E, segundo o presidente do Centro Operário da Bahia, Senhor Manoel Abílio de Jesus, em entrevista ao Jornal da Bahia em 07 de maio de 1974 (p.3), por ocasião das comemorações dos 80 anos de existência do Centro, a formação do Tiro de Guerra para os aprendizes da casa visava a preparação de todos os alunos como 2militares.

Também é mencionado no relatório que o Centro Operário realizou trabalhos voltados para a assistência aos flagelados do Ceará. Ao avançarmos a nossa pesquisa para os anos posteriores de 1917 a 1919 identificamos no relatório que as matriculas para as aulas continuaram crescendo e, a relação nominal dos seguintes alunos que foram diplomados por terem concluído o curso diurno do sexo masculino.

1 - Virgílio César de Santa Isabel – distinção e louvor.
2 - Alfredo de Oliveira Santiago – distinção.
3 - Antônio Lisboa do Nascimento – plenamente.
4 - Osvaldo Alves Badaró – plenamente.
5 - Waldemar Jesus – plenamente.
6 - Mário da Rocha Monteiro – plenamente.

RELAÇÃO DAS ALUNAS DIPLOMADAS
1 - Maria Alexandrina Alves – distinção e louvor;
2 - Maria Domingas de Jesus – distinção;
3 - Dinorath de Oliveira – plenamnete;
4 - Grisnaura Maria da Paixão - simplesmente

RELAÇÃO DOS ALUNOS CONCLUINTES AULA NOTURNA
1 - José Firmínio da Silva - plenamente;
2 - Avaro Armínio Gomes – simplesmente.
Concluíram o curso primário em novembro, 12 alunos

Tabela 9: MATRICULAS DA ESCOLA DO CENTRO OPERÁRIO - 1917

ANO	ESCOLA	SEXO	Nº DE ALUNOS	TOTAL
1917	Diurna	F	72	72
1917	Diurna	M	79	79
1917	Noturna	M	118	118
TOTAL GERAL	-	-	-	269

Fonte: Relatório do Centro Operário da Bahia, 1917 a 1919

Realizada uma avaliação das aulas de música, as informações sobre as mesmas enfatizam os quatros anos do seu funcionamento e os bons serviços que prestava, sob o comando e regência do Sr. Professor Júlio Alves da Rocha e da Profª D. Maria Luíza Lopes. Dos 71 alunos matriculados, mais de 2/3 prestaram exames de promoção, o que significa uma média de 46 alunos.

As aulas de piano eram frequentadas por alunos que foram matriculados desde o início da sua organização, há quatro anos. Para o ano de 1918, 38 alunos renovaram as matrículas. O relatório do ano de 1918, apresentado pelo Tenente coronel Júlio Fernandes Leitão, informa que o número de associados do Centro Operário da Bahia é de 999 trabalhadores, sendo que apenas 179 trabalhadores poderiam participar das discussões e das decisões das Assembléias, por se encontrarem em dias com suas mensalidades. Este dado pode ser um indicativo da fragilidade que a organização passou a enfrentar no meio da categoria, pela divisão dos trabalhadores a partir das tendências político partidárias, a concorrência no mercado de trabalho, ou pelo refluxo do movimento operário em função do desemprego e dos baixos salários enfrentados pelos trabalhadores decorrentes da crise econômica que levou a categoria dos professores a realizar uma greve em razão de acumularem 03 anos sem recebimento de salários. Esta greve leva o

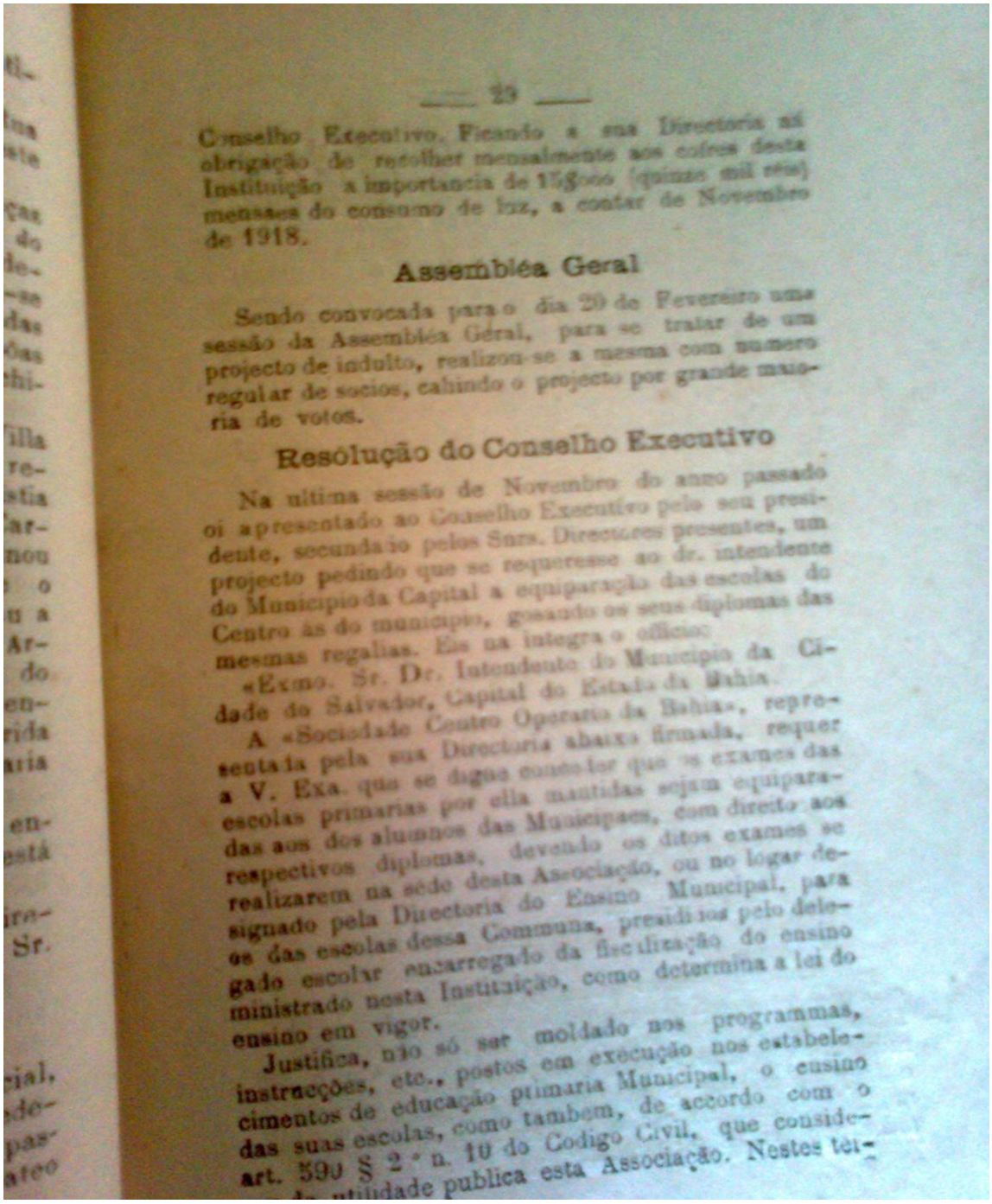
Governador Antônio Muniz a editar a lei nº 1293 em novembro de 1918, transferindo o pagamento dos professores das escolas primárias para o Estado[14].

As ações do Centro Operário da Bahia estiveram voltadas ainda, para a reforma da sede social da rua do Paço e nas casas da Avenida Operária. Outra ação importante para a consolidação e o reconhecimento das escolas do Centro Operário, foi a resolução do seu Conselho Executivo, em 1918 que solicitou ao Intendente do Município da Capital, José da Rocha Leal, a equiparação das escolas do Centro ás do município, gozando os seus diplomas das mesmas regalias. Eis na integra o ofício

> A sociedade Centro Operário da Bahia representada pela sua diretoria abaixo firmada, requer a V.Sª que se digne a conceder que os exames das escolas primárias por ella mantidas sejam equiparadas aos dos alumnos das municipaes, com direito aos respectivos diplomas,devendo os ditos exames se realizarem na sede desta associação, ou no logar designado pela Diretoria do Ensino Municipal, para os das escolas dessa Communa, presididos pelo delegado escolar encarregado da fiscalização do ensino ministrado nesta Instituição, como determina a lei do ensino em vigor.

O documento assinado por Júlio Fernandes Leitão, presidente; José Maria da Rocha Argollo, 1º secretario; Felipe Tranquillino de Castro, 2º secretário e mais onze diretores, justifica a solicitação por serem as aulas da entidade moldadas “nos programmas, instrucções, etc, postos em execução nos estabelecimentos de educação primária municipal, o ensino das suas escolas, como também, de acordo com o art.590 §2º nº10 do Código Civil que considera de utilidade pública esta Associação” (p.29 e30).

[14] Ver Tavares, Luís Henrique Dias p.336



— 29 —

Conselho Executivo. Ficando a sua Directoria na obrigação de recolher mensalmente aos cofres desta Instituição a importancia de 15$000 (quinze mil réis) mensaes do consumo de luz, a contar de Novembro de 1918.

Assembléa Geral

Sendo convocada para o dia 20 de Fevereiro uma sessão da Assembléa Géral, para se tratar de um projecto de indulto, realizou-se a mesma com numero regular de socios, cahindo o projecto por grande maioria de votos.

Resolução do Conselho Executivo

Na ultima sessão de Novembro do anno passado foi apresentado ao Conselho Executivo pelo seu presidente, secundado pelos Snrs. Directores presentes, um projecto pedindo que se requeresse ao dr. intendente do Municipio da Capital a equiparação das escolas do Centro ás do municipio, gosando os seus diplomas das mesmas regalias. Eis na integra o officio:

«Exmo. Sr. Dr. Intendente do Municipio da Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia.

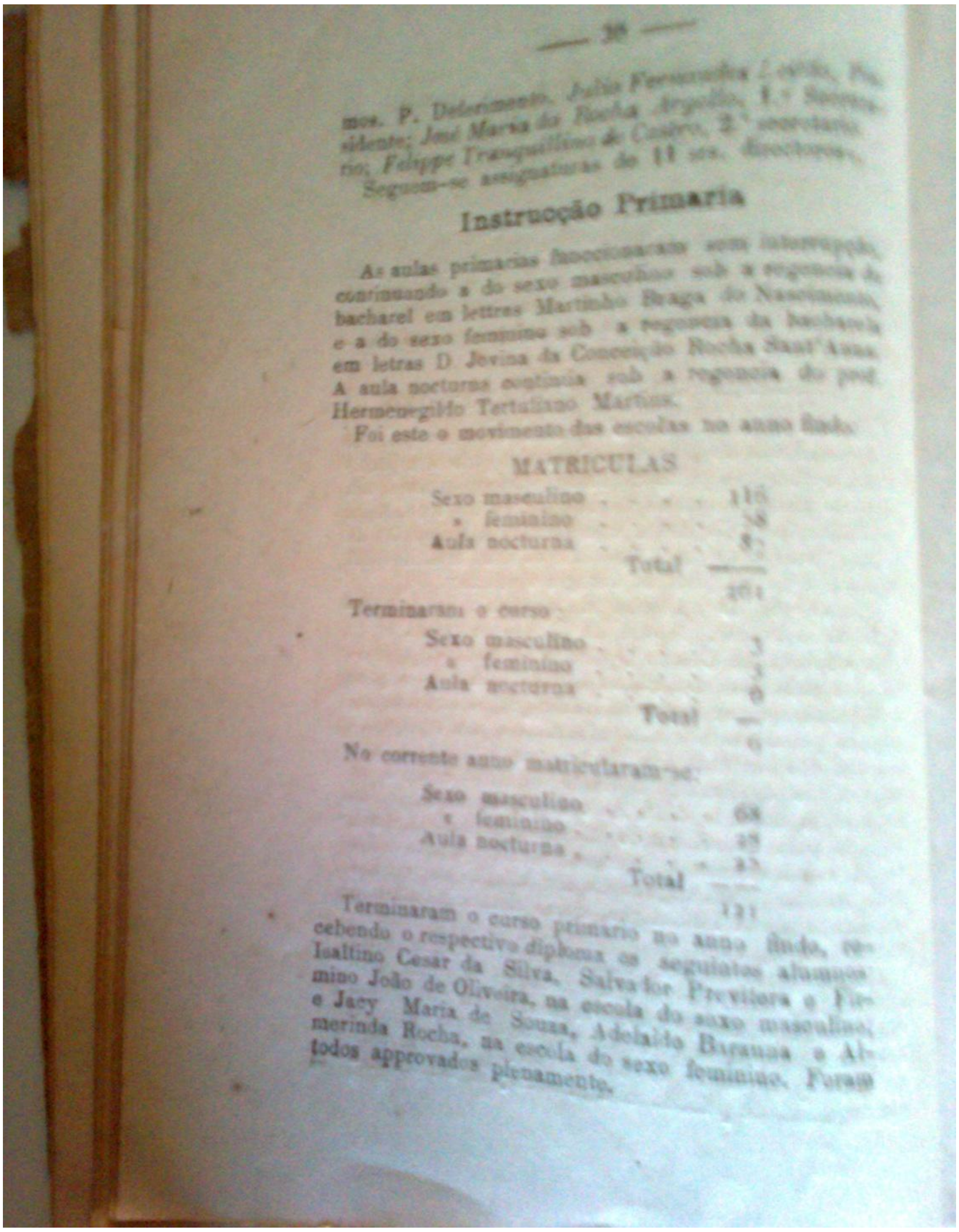
A «Sociedade Centro Operario da Bahia», representada pela sua Directoria abaixo firmada, requer a V. Exa. que se digne conceder que os exames das escolas primarias por ella mantidas sejam equiparadas aos dos alumnos das Municipaes, com direito aos respectivos diplomas, devendo os ditos exames se realizarem na séde desta Associação, ou no logar designado pela Directoria do Ensino Municipal, para os das escolas dessa Commuua, presididos pelo delegado escolar encarregado da fiscalização do ensino ministrado nesta Instituição, como determina a lei do ensino em vigor.

Justifica, não só ser moldado nos programmas, instrucções, etc., postos em execução nos estabelecimentos de educação primaria Municipal, o ensino das suas escolas, como tambem, de accordo com o art. 590 § 2.º n. 10 do Codigo Civil, que considera de utilidade publica esta Associação. Nestes ter-

Figura 8: foto da página onde consta a deliberação do Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia dirigida ao Intendente da Capital,solicitando a equiparação das suas escolas ás do município**.**
Fonte: Relatório do Conselho Executivo, referente ao período de 1918/1919.

As aulas primárias no ano de 1918 funcionaram sem interrupções, continuando a ministrá-las os mesmos professores. Ou seja: do sexo masculino, sob a regência do bacharel em letras Martinho Braga do Nascimento e a do sexo feminino sob a regência da bacharela em letras D. Jovina Conceição Rocha

Sant'anna. O professor Hermenegildo Tertuliano Martins continuou também, regendo as aulas noturnas



— 38 —

mos. P. [illegible], Julio [illegible], Pre-sidente; José Maria da Rocha [illegible], 1.º Secreta-rio; Felippe [illegible] de Castro, 2.º secretario.
Seguem-se assignaturas de 11 srs. directores.

Instrucção Primaria

As aulas primarias funccionaram sem interrupção, continuando a do sexo masculino sob a regencia do bacharel em lettras Martinho Braga do Nascimento, e a do sexo feminino sob a regencia da bacharela em letras D. Jovina da Conceição Rocha Sant'Anna. A aula nocturna continúa sob a regencia do prof. Hermenegildo Tertuliano Martins.
Foi este o movimento das escolas no anno findo:

MATRICULAS

Sexo masculino	116
» feminino	58
Aula nocturna	8[illegible]
Total	261

Terminaram o curso:

Sexo masculino	3
» feminino	3
Aula nocturna	0
Total	6

No corrente anno matricularam-se:

Sexo masculino	68
» feminino	28
Aula nocturna	2[illegible]
Total	121

Terminaram o curso primario no anno findo, re-cebendo o respectivo diploma os seguintes alumnos: Isaltino Cesar da Silva, Salvador Previtera e Fir-mino João de Oliveira, na escola do sexo masculino; e Jacy Maria de Souza, Adelaide Baraúna e Al-merinda Rocha, na escola do sexo feminino. Foram todos approvados plenamente.

Figura 9: Foto da página que se a Instrução Primária ministrada pelas escolas do Centro Operário da Bahia, onde se constata um demonstrativo referente as matriculas efetuadas, o quantitativo de alunos(as) que concluíram o curso em 1917 e os que realizaram matriculas para o ano subseqüente,1918.
Fonte: Relatório Centro Operário da Bahia -1918

Tabela 10: MATRÍCULAS DAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO - 1918

AULAS	SEXO	Nº MATRÍCULAS	TOTAL
DIURNA	M	116	116
DIURNA	F	58	58
NOTURNA	M	87	87
TOTAL GERAL			261

Fonte: Relatório do Centro Operário da Bahia, 1918 e 1919.

Comparando a movimentação de matrículas de 1917, em relação a atual, percebe-se um aumento em torno de 47% para o turno diurno masculino, enquanto para as aulas do sexo feminino e, as aulas do sexo masculino, um refluxo de 20% e 27% respectivamente. Refletindo sobre esses dados podemos entendê-los considerando as condições de vida do trabalhador adulto e da mulher, na época estudada, seu posicionamento, papel e a expectativa da sociedade em relação aos mesmos.

Sobre os exames de final de ano, o dado levantado é de que receberam os diplomas os seguintes alunos: Isaltino César da Silva, Salvador Previtera e Firmino João de Oliveira, pela escola do sexo masculino e, Jaci Maria de Souza, Adelaide Baraúna e Almerinda Rocha, pela escola do sexo feminino, aprovados plenamente. Na escola noturna do sexo masculino, não consta nomes de alunos concluintes.

As aulas de música continuaram sendo regidas pelos mesmos professores que eram, segundo o relato, conhecidos no meio artístico e que prestavam grandes serviços a Instituição. No ano de 1918, matricularam-se para a aula de música 76 alunos, sendo que desses, 28 se inscreveram para os exames. Os exames passaram a ser realizados mediante inscrição, sem ônus para os alunos, sendo constatados bons resultados, verificado pela comissão composta dos professores do curso e dos senhores professores Manuel Raimundo Querino, Pedro Ursínio Ribeiro e Manoel Ambrósio dos Santos Fraga. O relatório do Conselho Executivo se reporta a alínea A do §1º do art.16 do seu estatuto, para ratificar a execução das aulas de solfejo e canto aos alunos das aulas primárias ministradas pelo professor, Júlio da Rocha.

Em relação ao ano de 1919, a informação disponibilizada sobre as escolas do Centro Operário é a de que até o dia 31 de março, 50 alunos foram matriculados e que existiam 05 séries funcionando normalmente sem, no entanto, detalhar a sua distribuição em termos de sexo e turno.

A movimentação social registrou um acréscimo de mais 45 associados, isto é de 999 em 1918, passou para 1.044, perfazendo um total de 1.033 associados em 1919, contudo não se percebe quantos estavam em condições de participar das assembléias, por se encontrarem em dias com a entidade.

Na introdução do relatório do exercício de 1919 a 1921, o presidente do Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia, Coronel Eugenio Antônio Cardoso, discorre sobre um primeiro ano a frente do Centro, após uma eleição disputada e justifica o não cumprimento do programa, “a risca”, devido aos embaraços que tem encontrado decorrentes das repetidas greves, as quais contribuíram para o atraso dos sócios nas suas mensalidades, que é o fator principal na vida de qualquer associação, seja ela beneficente ou recreativa, refere-se ao título de Utilidade Pública conferido ao Centro Operário da Bahia, através do decreto nº 1.305 de 30 de maio de 1919, “devendo esse projeto, convertido em lei desde aquella data, ao nosso querido consórcio Major Cosme de Farias, que o apresentou na Câmara que é illustre par” (Relatório do Centro Operário da Bahia, 1919 a 1921, p.7).

Informa que o Conselho Superior do Ensino do Estado deferiu a petição a ele dirigida pela administração passada, pedindo equiparação para as escolas do Centro Operário, com a condição, porém, das mesmas estarem em harmonia com as do município. Sobre a movimentação das escolas relata que,

> A instrução primária continuou funcionando com regularidade, com aulas diurnas e nocturna, mantidas pela Associação. A aula diurna do sexo masculino continuava sendo regida pelo bacharel em sciencia e letras Martinho Braga do Nascimento; a aula primária feminina pela alumna -mestra D.Florentina Caetana da Silva nomeada interinamente para substituir a effectiva bacharela em sciencia e letras D.Jovina da Conceição Rocha Santana, fallecida a 6 de março último (Relatório do Centro Operário, p.7).

Em novembro de 1919, os alunos da escola diurna do sexo masculino, foram submetidos a exame final pela mesa examinadora composta pelos professores das escolas do Centro Operário, pelo Prof. Alberto de Assis, relator da Comissão de

Instrução, os Senhores Oséas da Rocha e Gymnasiano Sócrates Marback de Oliveira. Três alunos, Cantídio Domingos de Assumpção, Antônio Murillo Lopes e Adhemar da Cunha Machado, forma aprovados plenamente e Pedro Floripeo, simplesmente: um aluno foi eliminado e três não comparecem. Não há informações sobre a realização de exames finais para as aulas da escola noturna masculina e das aulas diurnas femininas.

4.6 AS AULAS DE MÚSICA

As aulas de música são avaliadas pela direção do Centro Operário como prestadoras de grandes serviços ás artes na associação, sob a direção dos professores Júlio Alves da Rocha e D.Maria Luíza Lopes. Tendo o ano de 1919, registrado a matricula de 86 alunos, sendo que 31 se inscreveram para os exames de dezembro, na seguinte ordem: 1º ano – 17 alunos; no 2º ano - 7 alunos; no 3º ano - 5 alunos; no 4º ano - 4 alunos e no 5º ano – 4 alunos.Classificaram –se para o 1º ano, quatro alunos.

A mesa foi composta dos Srs. Professores Manoel Querino – presidente; Pedro Ursino Ribeiro e Júlio Alves da Rocha. Serviu como fiscal, o Director Rocha Medrado da Comissão de Instrução. Os exames foram realizados nos dias 10 e 11 de dezembro com a presença de familiares de alunos e outras pessoas. Para o ano de 1920, já estavam matriculados 48 alunos. E a primeira turma (6º ano) terminará a sua formação no ano corrente. A biblioteca passou a funcionar, tendo no ano 307 obras encadernadas e catalogadas, além de mais de cem em brochuras, na maioria relatórios e anais. Recebiam ainda jornais, como o Democrata e o Diário Oficial do Estado.

O movimento grevista de junho de 1919 interviu na dinâmica do Centro Operário, pela participação dessa categoria profissional, levando a direção da entidade a intermediar as negociações junto ao governo estadual e municipal que se constituíam nos espaços onde era empregada a mão de obra dos trabalhadores da

construção civil, na edificação de prédios, construção de ruas e reformas dos prédios públicos em geral.

Mudanças ocorreram dentro e fora da estrutura do Centro Operário da Bahia, ao longo do período estudado. Internamente, o jornal *A Voz do Operário* órgão oficial da associação, deixou de ser editado, também não mais identificamos o recebimento de jornais operários de entidades similares.

Conviveu também o Centro Operário com a constituição em 19 de março de 1919 do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e demais classes. Essa organização nos sugere ter sido originada sob inspiração do contexto social, econômico e político do pós-primeira guerra mundial e a vitória da revolução socialista na Rússia. No conteúdo do seu estatuto, identificamos termos, como: proletariado, socialistas e o indicativo de um tratamento diferenciado para os mestres e contramestres, que se associados, não teriam direito a votar e ser votado para cargos eletivos, por ocuparem esses trabalhadores funções hierárquicas superiores dentro das fabricas e das oficinas. O Capítulo I do Estatuto do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e demais classes, dispõe sobre “os meios de ação”.

> Art. 1º - O Sindicato procurará defender os direitos do proletariado e em especial de seus associados;
> a) educando e instruindo, por meio de aulas nocturnas, conferencias, publicações de um órgão social, boletins, manifestos, distribuição gratuita ou venda a preços reduzidos de jornais, revistas e livros socialistas
> b) promovendo anualmente um Congresso de Trabalhadores Bahianos comparecendo aos que se realizarem na capital da República e quando possível aos do exterior
>
> Capítulo II
> Dos associados, seus deveres e direitos.
> Art. 2º
> $ 1º Nenhum mestre ou contramestre, poderá fazer parte do sindicato desde que as funções peculiares a esses empregos não alheim o trabalho comum e effectivo nas obras, fábricas, officinas,etc.
> $2º Os que no acto da aprovação deste estatuto já tenham entrado para o sindicato não serão eliminados, mas passarão a ser considerados inelegíveis para qualquer cargo da Comissão Executiva e não terão direito de voto.
> Capítulo VIII
> Das Disposições Gerais
> Art. 23 Não serão votados os analfabetos
> Art. 24 A questão da inferioridade do sexo feminino é considerado inexistente para todos os efeitos, podendo conseqüentemente, as mulheres votarem e ser votadas.
> Diretoria – Guilherme Francisco Neri – “Presidente” (Estatuto do Sindicato doa Pedreiros, Carpinteiros e demais Classes, 1919 p.1)

Em 1920, o relatório do Conselho Executivo do Centro Operário, na informação sobre a instrução comenta que

> Permanece ainda com o mesmo vigor na formação do caracter do homem, dotando-o de uma intelligencia cultivada, formando – o capaz dirigir-se e ajudar-se a si mesmo e desenvolver a sua actividade, a sua arte, as suas aptidões, as aulas deste estabelecimento sob a direção de hábeis e esforçados professores.(Relatório do Centro Operário da Bahia 1920/1921, p.35)

Esta foi a movimentação de matrícula da escola primária do sexo masculino.

Tabela 11: MATRÍCULAS DAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO - 1920

AULAS DIURNAS	**Nº ALUNOS MATRICULADOS**	**FREQUENCIA**
Masculina	130	70
Feminina	90	53
TOTAL GERAL	220	123

Fonte: Relatório do Centro Operário da Bahia – 1920

O relatório do ano de 1921 do Coronel Eugenio Antônio Cardoso limita-se a apresentar informações sobre o quantitativo de matriculas das aulas noturnas

Tabela 12: MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DO CENTRO OPERÁRIO AULAS NOCTURNA

AULAS NOCTURNA	**Nº ALUNOS MATRICULADOS**	**FREQUENCIA**
Masculina	50	40
TOTAL GERAL	50	40

Fonte: Relatório do Centro Operário da Bahia - 1921

Informações sobre as aulas de música indicam 88 alunos matriculados e continuou sob a responsabilidade dos mesmos professores, Júlio Alves da Rocha e pela professora D. Maria Luíza Lopes. Além dessas aulas, o relatório informa que foi

inaugurada em 1º de junho de 1920 uma aula de desenho, para maior desenvolvimento dos operários.

A aula compunha-se de duas cadeiras: uma de Desenho Linear e Geométrico, sob a direção do digno consórcio e competentíssimo, professor Manuel Raimundo Querino; outra de Ornatos e figuras, sob a direção do esforçado consórcio e ilustre professor Firmino Silvino Procópio com 30 alunos matriculados e uma freqüência de 20 alunos, ambas. As aulas foram ministradas em dias alternados, estando os sócios e seus filhos isentos de pagamentos das mensalidades. Os exames de final de ano aconteceram perante uma comissão examinadora composta dos seguintes professores senhores: Alberto de Assis, relator da Comissão de Instrução D. Astrogilda de Paiva Guimarães, Severiano Gonçalves de Salles Filho, Jonas Antônio Cardoso, Mario Cyrillo Ribeiro, professor das aulas diurnas e o professor de solfejo e canto Júlio Alves da Rocha, submeteram-se a exame final os alunos das aulas diurnas, obtendo o seguinte resultado: sexo masculino, 1 aprovado por distinção e 4 aprovados plenamente, sexo feminino 2 aprovados com simplesmente e 1 reprovada.

Nos dias 12 e 13 de dezembro inscreveram - se para exame de música, perante uma mesa examinadora composta dos Srs. Professores; Manuel Raimundo Querino, Pedro Ursino Ribeiro, Júlio Alves da Rocha e D.Luíza Lopes, 25 alunos, na seguinte ordem:

6º ano- 2 alunos; 5º ano - 0 aluno; 4º ano- 1 aluno; 3º alunos - 6 alunos; 2º alunos – 5 alunos; 1º ano -7 alunos, classificação ao ano 6 alunos, totalizando 27 alunos (Relatório do Centro Operário p.36).

Pode-se dizer que a atuação do Centro Operário da Bahia voltada para a educação das classes artísticas, operárias e trabalhadoras, conforme o seu manifesto de criação do final do século XIX desempenhou um papel importante na luta em prol da emancipação política e social desses trabalhadores e de seus descendentes. Os dados de campo registram as várias iniciativas que os conselhos executivos da entidade realizaram para assegurar esse direito, até então de difícil acesso para as camadas mais baixa da população, principalmente para o segmento adulto, sempre justificado pelos governos municipais e estaduais pela insuficiência

de recursos financeiros que limitava por sua vez, o número de escolas públicas e a ampliação de vagas.

Seguindo as orientações do movimento dos trabalhadores da época, as escolas do Centro Operário procuraram preparar mão de obra qualificada para o mundo do trabalho através do ensino primário e técnico - profissional das artes e ofícios, integrando com as aulas de música, com as atividades cívicas e políticas como a participação de alunos e familiares em eventos, como as comemorações do dia 1º de maio. A proposta pedagógica do Centro Operário sugere que a intenção era promover a educação para os trabalhadores, que aliada a outras ações políticas, cívicas e sociais procurava também, formar cidadãos capazes de interferir na vida política da sociedade não apenas como eleitor, mas, pleitear ser eleito para cargos como os de conselheiro municipal, conselheiro distrital ou juiz de paz.

Ficou demonstrado que a educação foi uma das estratégias assumidas pelo Centro Operário da Bahia para ampliar o espaço de inserção dos trabalhadores em uma sociedade marcada fortemente por uma hierarquia social e ainda, o interesse dos trabalhadores pela educação e a capacidade do Centro em responder a essa expectativa, quando absorve nas suas escolas, outras categorias profissionais e disponibiliza as suas instalações para abrigar a Escola de Artífices do Estado da Bahia, depois denominada Escola Técnicas da Bahia, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA, mantendo abertas as suas aulas primárias e cursos profissionalizantes em funcionamento para seus associados e a população em geral, formando trabalhadores qualificados para o mercado de trabalho proporcionando o ensino secundário através do Ginásio Domingos da Silva, que até o ano de 1994 funcionava com 278 alunos, dos quais, 216 estudavam com o auxílio de meia bolsa e a Escola Primária José Marcelino sendo desativado pelo Estado em 1996.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esse estudo, tínhamos como objetivo identificar e analisar as ações educativas do Centro Operário da Bahia, as suas modalidades e características de educação formal e não formal e o interesse da classe trabalhadora por essa ação educativa. O caminho que percorremos nos levou a compreender que muito antes da população brasileira vivenciar os dois últimos fatos históricos que marcaram a vida política, econômica e social do país no século XIX – A abolição da escravatura e a proclamação da República - trabalhadores baianos, libertos, já se movimentavam em busca de diferentes formas de organização objetivando conquistar espaços dentro de uma sociedade marcada fortemente por uma hierarquia racial e social.

Ao contrário do que se propaga a respeito da passividade do povo baiano, as camadas populares e os trabalhadores, a partir da metade do século XIX passaram a realizar outras formas de luta, relacionadas a melhores condições de vida, traduzindo-se no acesso ao mercado de trabalho, melhorias salariais, redução da jornada de trabalho para mulheres e crianças, redução dos preços dos gêneros alimentícios, dentre outras bandeiras de lutas compatíveis com o início do processo de industrialização.

Ao tempo em que criavam organizações para fortalecer o movimento para aquisição da cidadania, a educação esteve incluída nessa pauta de discussões e proposições, visto que o ensino ainda elitizado estava voltado para a manutenção dos privilégios de classe. As iniciativas governamentais não conseguiam contemplar a grande massa carente de educação, o que a levava por consequência, a ficar fora do processo eleitoral, sem direito a votar e ser votado nas eleições.

O modelo de educação voltado para a classe trabalhadora em sua maioria negra, saída da escravidão, era uma educação destinada para o trabalho e a aprendizagem profissional baseada nos ensinamentos dos mestres, aos poucos, vai sendo direcionado para atender as necessidades iniciais do desenvolvimento industrial e urbanização da cidade. A educação via escola passou a ser o centro de referência para resolver todos os problemas herdados pela República, regime este percebido por alguns segmentos como o que promoveria a justiça social.

A carência de profissionais artífices levou o Estado inicialmente a promover a sua formação a partir da via militar nas atividades ligadas a construção naval, nos estaleiros e no exército, nos tiros de guerra, seguindo-se a criação de abrigos ligados a instituições religiosas, destinados as crianças e jovens órfãos ou aqueles cujas famílias não tinham condições financeiras para educá-los.

O aprendizado oferecido pelo sistema educacional procurava manter a forte hierarquia racial, econômica e social, em um contexto que apresentava uma ingerência das elites agrárias que se articulavam procurando manter os seus privilégios, disputando com a nascente burguesia industrial e comercial as definições da política nacional.

Os arranjos políticos, as rupturas por interesses de grupos e consequente articulações e recomposições davam a tônica na política baiana, as nascentes organizações dos trabalhadores ao alinhar-se com os segmentos hegemônicos da sociedade conseguiram alcançar algumas conquistas sociais, por outro lado, lhes rendia divisão e rivalidades entre suas lideranças.

O Centro Operário da Bahia enquanto entidade que reuniu artífices e artesãos surge neste cenário identificado na sua origem com a corrente socialista “moderada” do movimento dos trabalhadores no Brasil, além da sua vertente sindical, vai desempenhar um papel importante na promoção da educação, assistência e seguridade social, quando presta apoio financeiro na modalidade de pensão aos dependentes do associado falecido, as iniciativas de financiamento de moradias e o sistema de crédito cooperativista para financiamento das atividades dos seus associados desempregados.

Dirigentes dessa organização assumiram a liderança em diversos movimentos populares como, as manifestações contra a carestia dos gêneros alimentícios e contra o custo de vida, na defesa do mercado de trabalho para segmentos inclusive que não faziam parte da sua base.

Caracterizado com uma entidade essencialmente masculina, o Centro Operário ao proporcionar educação para os trabalhadores buscou preencher um espaço vazio, deixado pelas ações das políticas educacionais da época, que não contemplavam a população adulta, nem disponibilizavam vagas suficientes para

atender si quer a população em idade escolar, não raro, sob a alegação de falta de recursos financeiros.

No início da sua trajetória educacional, o Centro Operário tem o apoio da Igreja Católica e de profissionais liberais que ministram aulas para os seus alunos de modo voluntário e gratuito. Fica evidenciado que seguindo as orientações dos congressos socialistas que definem pela manutenção de escolas operárias pela própria categoria, o Centro destina parte das contribuições de associados para cobrir os custos das suas escolas noturna, voltada para os trabalhadores adultos, estendendo posteriormente para as aulas diurnas do sexo masculino e por fim, as aulas para o sexo feminino, e ainda na publicação do seu jornal, *A Voz Operária* que funcionava como órgão oficial da organização.

A prática do professor voluntário é substituída pela contratação de alunos mestres e logo após, professores diplomados que ministraram aulas nas suas escolas masculinas e feminina noturna e diurna. Atos do Conselho Executivo relacionados a demissão do professor por insuficiência de desempenho ou como medida para baratear os custos com a mão de obra, são verificados. Fato esse, no mínimo curioso, em se tratando de uma entidade que lutava pela defesa do mercado de trabalho e melhores salários para os trabalhadores.

Com o avanço das organizações dos trabalhadores, outras correntes políticas vão assumindo a liderança do movimento, notadamente nas regiões sul e sudeste com novas concepções, estratégias e projetos políticos, duas correntes demarcam essas linhas de atuação: as correntes anarquistas e anarco-sindicalistas que preconizavam uma educação separada da Igreja e do Estado ambas concebiam, a educação para a formação de sujeitos políticos que rompessem com o modelo de organização da sociedade via Estado, enquanto as correntes socialistas e depois, as comunistas, preconizam a ruptura com o Estado burguês. Nesta perspectiva buscavam promover a emancipação política e civil dos trabalhadores através da educação formal e/ou informal.

A atuação do Centro Operário esteve direcionada para a ocupação de espaços dentro da própria estrutura do Estado, posição essa considerada ‘socialista reformista’, expressão que ganhou força, após o Congresso Operário de 1912 patrocinado pelo governo que contou com o apoio da organização estudada.

As orientações socialistas reivindicavam subsídios do Estado para as escolas operárias, o Centro Operário da Bahia recebia recursos estaduais embora mantendo as suas escolas sob o controle do seu Conselho Executivo. Na medida em que membros da sua diretoria se alinhavam com os políticos hegemônicos que se alternavam no poder conseguiram eleger-se como Conselheiros Municipais, Conselheiros Distritais e Juizes de Paz. Essas articulações políticas e a representatividade no seio da categoria dos trabalhadores em geral, possibilitou a formação de um patrimônio material e a estruturação de escolas que apesar das crises financeiras que passou a enfrentar, agravada pela inadimplência e diminuição do seu quadro associativo conseguiu mantê-las, com cursos profissionalizantes e com o Ginásio Domingos Silva, nome do seu primeiro presidente, tendo as suas atividades encerradas no ano de 1996, ao ser desativada pelo governo estadual. Ficou evidente que a direção da entidade era um amálgama de várias correntes políticas associada à religiosidade, o que se refletia na condução das suas escolas, pois, ao tempo em que, a movimentação pela educação se definia pelo ensino laico em alguns momentos, há registro da presença da igreja, através de um representante da instituição (reverendo) atuando como professor e da presença da imagem de símbolos da igreja católica.

A força e a inserção da organização estudada no meio dos trabalhadores, na política local e nacional em Salvador, a estrutura física da sua sede social e escolas em funcionamento, nos leva a inferir que contribui para a decisão do governo federal em instalar a Escola de Aprendizes Artífices, atual Instituto Federal da Bahia – IFBA, em suas instalações no ano de 1910, dando maior impulso a formação de trabalhadores mais qualificados.

O ensino ministrado pelo Centro Operário da Bahia não apresentou um diferencial em relação ao da escola oficial, tanto que a partir da solicitação do seu Conselho Executivo, ocorreu a equiparação das suas escolas ás escolas do município. O que procuramos ressaltar são as várias modalidades da educação ofertada: curso primário, técnico-profissionalizante, as aulas de música, a educação não formal evidenciada nos eventos cívicos e manifestações políticas promovidas pelo Centro Operário da Bahia, como as manifestações contra a carestia, o desemprego, reivindicando melhores condições de trabalho e as comemorações do

1º de Maio, dia do trabalho, data historicamente ligada às correntes socialistas, cujos alunos e familiares participavam.

A característica do ensino seriado e gradual, com exames para acesso as séries subsequentes, atraiu no período estudado e mesmo após, alunos pertencentes à categoria de artistas e artífices e mesmo os de fora, para as suas aulas noturnas e diurnas contribuindo para manter as escolas em funcionamento, o que demonstra que os trabalhadores tinham interesse pela educação formal e não formal promovida pela entidade se constituindo essa, em uma das estratégias para promover a cidadania política desses trabalhadores.

A compreensão do Centro Operário da Bahia não se esgota com o nosso estudo, as várias vertentes de sua atuação possibilitam que outros estudos sejam realizados mesmo na área de educação, como a desativação das suas escolas; em relação à seguridade social efetivada ao prestar assistência financeira as viúvas e filhos de associados falecidos, através de pensões mensais; a sua transformação e atuação enquanto associação cooperativa, buscando garantir autonomia no mercado de trabalho para a categoria, as iniciativas no âmbito habitacional e ainda, as circunstancias da venda do Solar do Ferrão e o seu deslocamento para a sede do Largo do Pelourinho.

FONTES E REFERÊNCIA

FONTES

ARQUIVO

Arquivo Público Municipal de Salvador – Fundação Gregório de Mattos
Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Arquivo do Setor das Escolas Extintas da DIREC 1A
Biblioteca do Arquivo Público do Estado da Bahia
Biblioteca Pública do Estado da Bahia
Biblioteca do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC
Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC)/ Fundação Clemente Mariani.

PERIÓDICOS (JORNAIS E REVISTAS)

A Voz do Operário: Centro Operário da Bahia. Salvador, 15 jul. 1897, n. 28.
Jornal da Bahia. Salvador: 07 maio 1974.
Diário de Notícias. Salvador: 07 maio 1974.
Jornal Bahia Hoje. Salvador: 08 maio 1994. Pasta n. 45. Associações de Classes.

DOCUMENTOS DO CENTRO OPERÁRIO DA BAHIA

Constituição do Centro Operário do Estado da Bahia, Rua Nova das Princesas, Imprensa Econômica, Bahia.
Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários da Bahia, 1893.
Ofício do Centro Operário da Bahia, encaminhado à Câmara dos Deputados, 1893.
Ofício do Centro Operário da Bahia encaminhado ao Conselho Municipal de Salvador, 1900.
Oficio do Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia para o Governador do Estado, 1903.
Ofício do Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia para o Governador do Estado, 27 maio 1924.
Ofício do Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia para o Governador do Estado, 24 out.1924.
Ofício do Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia para o Governador do Estado, 28 out. 1924

Ofício do Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia ao Governador da Bahia em 29 abr. 1925.

Ofício do Conselho Executivo da Associação Centro Operário da Bahiaao Governador do Estado em 07 maio 1925.

Relatório do Centro Operário da Bahia, exercício de 06 de maio de 1899 a 31 de abril de 1900, apresentado pelo presidente do Conselho Executivo, Ismael Ribeiro da Silva a Assembléia Geral aprovado em 12 de agosto, Litho-Typografia Passos 1900.

Relatório do Centro Operário da Bahia**,** exercício 06 de maio de 1902 a 30 de abril de 1903, apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Ismael Ribeiro da Silva a Assembléia Geral aprovado em 03 de maio, Imprensa Moderna. Bahia, 1903.

Relatório do Centro Operário da Bahia, exercício 06 de maio de 1904 a 05 de maio de 1905, apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo Fernando Costa Bastos à Assembléia Geral em 04 de junho, Typografia Bahiana de C.Melchiades, 1905.

Relatório do Centro Operário**,** exercício 06 de 1908 a 05 de abril de 1909 apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Ismael Ribeiro da Silva à Assembléia Geral, aprovado em 20 de abril Typografia e Encadernação do Lyceu de Artes. Bahia, 1910.

Relatório da Associação Cooperativa Centro Operário da Bahia, exercício de 01 de abril de 1912 a 31 de março de 1913, apresentado pelo presidente do Conselho Executivo, Prediliano Pereira Pitta, aprovado em Assembléia Geral de 18 de maio. Typografia e Encadernação do Lyceu de Artes e Ofícios, Bahia, 1913.

Relatório do Centro Operário da Bahia, exercício 01 de abril de 1915 a 31 de março de 1917, apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Capitão João Pedro Rodrigues Lima e aprovado na Assembléia Geral de 01 de maio. Typografia e Encadernação do Lyceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1917.

Relatório do Centro Operário da Bahia, exercício 02 de abril de 1917 a 31 de março de 1919 apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Tenente Coronel Júlio Fernandes Leitão e aprovados nas Assembléias Gerais dos dias 02 de abril de 1918 e 25 de abril de 1919,Typografia e Encadernação do Lyceu de Artes e Ofícios.

Relatório do Centro Operário da Bahia, exercício de 01 de abril de 1919 a 31 de março de 1921 apresentado pelo Presidente do Conselho Executivo, Coronel Eugenio Antônio Cardoso a Assembléia Geral, Typografia e Encadernação Lyceu de Artes e Ofícios, 1921.

Relatório do Centro Operário da Bahia, exercício de 1949 a 1950, Imprensa Oficial da Bahia, Salvador, 1950.

MEMÓRIAS

BOCANERA JÚNIOR, Sílio. **A Bahia Cívica e Religiosa:** Subsídios para a sua História. Salvador: Nova Gráfica, 1926.

SANTOS, Ismael Ribeiro dos. **A Voz do Operário, Falando a Verdade**. Salvador: 1930.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação.** Tradução Wolfgang Leo Maar. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 169 -185.

ALBURQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FILHO, Walter Fraga.**Uma História do Negro no Brasil,** Centro de Estudos Afro Oriental,Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. **Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889):** História e Legislação. 2 ed. Tradução Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC, 2000.

BATISTA, Carlos José Baqueiro. **Ensaio Sobre Movimento Operário na Bahia na República Velha.** Julho,1996.Disponível em < http.www .brasilescola.com> Acesso em 08 de janeiro de 2011.

BUFFA, Arroyo; NOSELLA, Paulo. **Educação e Cidadania:** quem educa o cidadão?. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História.** Tradução João Maia. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARONE, Edgar. **A República no Brasil:** 1889 a 1930. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia de Livros, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil, Companhia das Letras, 9ª edição, São Paulo.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos**. Apontamentos Sobre a Educação No Brasil Colonial.** In História da Educação na Bahia, Salvador, Arcadia, 2008.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Trabalhadores, Máquinas e Eleições na Primeira República**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____Centro Operário da Bahia: Mutualismo e Jogo Oligárquico. **Orbis**: Ciência, cultura, humanidades, Salvador, n.4, set. 2002. Disponível em: <HTTP//WWW.orbis.ufba.br/artigo2.htm>. Acesso em: 31 mar 2009.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Promulgada a 24 de fevereiro de 1891.Disponível em <htttp/www.planalto.gov.br/ccivil>.Acesso 03 de março de 2009.

CORDEIRO, Célia Maria Ferreira. Anísio Teixeira, uma “visão” do futuro. **Estudos Avançados**, v.15, n. 42, São Paulo, maio/ago, 2001.

CUNHA. Luís Antônio**. As Raízes da Escola de Ofícios Manufatureiros no Brasil –** 1808/1820. Fórum Educacional, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p.5-27, jun – abril.1979.

ECO, Umberto; CARDOSO, Gilson César. **Como se Faz uma Tese.** Tradução Souza**.** 16 ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 2001.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.** São Paulo: Editora Morais Ltda. Disponível em: <http://www.socialismo.cjb.net.>. Acesso em: 09 abr. 2010.

FERREIRA, Valdelice Borghi. As Organizações Operárias e a Demanda por Educação 1889 a 1920. CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia. **Anais eletrônicos**... Uberlândia: UFU, 2006. Disponível em: <www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/.../274ValdeliceBorghiFerreira>. Acesso em: 08 nov. 2009.

GOLDEMBERG, Mírian. **A Arte de Pesquisar. Como fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília. **Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FERRER y Guardia. Francisco. **La Escuela Moderna**. In: www.antorcha.net/biblioteca_virtual/pedagogia/escuelamoderna/indice.html. Acesso em: 07 jun. 2010.

HARDMAN, Francisco Foot. Cidades Errantes: Representações do Trabalho Urbano Industrial Nordestino do Século XIX. **Ciências Sociais Hoje**: ANPOCS. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e Movimento Operário**. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

_____. Movimento Operário e a Educação Popular na Primeira República. **Cadernos de pesquisa On line**, São Paulo, ano 3, n. 57, maio 1986. p.30-38. Disponivel em: < http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n57/n57a03.pdf>. Acesso em: 13 out. 2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE,Jean. **A Construção do Saber**: Manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais. Porto Alegre: Editora UFMG,1999.

LEAL, Maria das Graças Andrade. **Liceu Artes e Ofícios da Bahia 1872 – 1972**: A arte de Ter um Ofício. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Federal da Bahia, 1995.

_____**Manuel Querino.** Entre Letras e Lutas: 1851 – 1923. São Paulo: Annablume, 2009.

LUZ, Augusto José e Silva, Carlos José. (Orgs.). **História da Educação na Bahia,** Salvador: Arcádia, 2008.

LUDKE, Menga; ANDRÈ, Marli D..A. **Pesquisa em Educação:** Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p. 25-44.

MAURY, Liliane. **Freinet e a Pedagogia**. Tradução Yara Maria Laranjeira e Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MATTOS, Wilson Roberto de. "Cantos", Trabalho, Cultura e Solidariedade. **Sementes**: Caderno de Pesquisa, Salvador, v. 2, n.3/4, p.114-128, jan/dez. 2001.

MATTA, Alfredo. Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim. In: **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008.

MENEZES, Jacy. A Inclusão Excludente: As Exclusões Assumidas. In: **Educação e os Afro-Brasileiros**: Trajetórias, Identidades e Alternativas. Salvador: Novo Toque; A Cor da Bahia, 1997.

_____. Construindo a Vida. Relações Raciais e Educação na Bahia. **Caderno PENESB**, Rio de Janeiro/Niterói, n. 8, dez. 2006. p.98-132.

_____. O Pós-Abolição Uma Lição de Liberdade. **Sementes**: Caderno de Pesquisa, Salvador, v. 2, n.3/4, p. 98-113, jan/dez. 2001.

_____. A República e a Educação: Analfabetismo e Exclusão. In: **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 12, n. 19, p. 19-40, jan./jul. 2003.

_____. Contemporaneidade. Modernidade: educação e planejamento regional. In: LIMA JR, Arnaud Soares; HETKOWSKI, Tânia Maria. (Orgs.). **Revista Educação e Contemporaneidade**: desafios para a pesquisa e a pós-graduação. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

_____. As Duas Pedagogias: Formas de educação dos escravos: mecanismos de formação de hegemonia e contra-hegemonia. In: **Revista História, Sociedade e Educação no Brasil online**, Campinas, n. 28, dez. 2007. p.145-163.

_____. **Liberdade, Igualdade, Pluralismo e Cidadania**: O acesso à educação dos negros e mestiços na Bahia. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Humanidades, Universidade Católica de Córdoba, 1997.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; SANTOS FILHO, Juvino Alves dos. O Pós Abolição, Escolarização de negros e formação para o trabalho na Bahia, Brasil. CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: CULTURA ESCOLAR, MIGRAÇÃO e CIDADANIA, 7, 2008, Porto, Portugal. **Anais eletrônicos...** Porto, Portugal. Junho, 2008.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O Ensino Libertário e a Relação Trabalho e Educação: algumas reflexões. Reunião anual da ANPED, 33, 2010. **Anais...** Caxambú, Minas Gerais, 2008.

NUNES, Antonieta de Aguiar. O Primeiro Governador da Bahia Republicana e seu projeto de reforma educacional. In: MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues da. (Org.). **Bahia Republicana Construindo a nossa história recente**. Coleção FCH, Coletânea n. 2, Salvador: Editora UCSAL, 2001.

REIS, Amália Salazar dos. **Breve História da Legislação Educacional no Brasil.** Disponível em: <http//CEI.edunet.sp.gov.br/subpages/projetos/professoresprodacademica/Breve%20His%F3ria%20da%20legisla%E3%20Educacional%20no%20Brasil.htm>. Acesso em: 12 jun. 2007.

RODRIGUES, Joice Meire; MARQUES, Eliza Cristiane de Rezende. O Civilizar da Mulher na História da Educação. In: CONGRESSO DE LETRAS: LINGUAGEM E CULTURA: MÚLTIPLOS OLHARES, 7, 2007, Caratinga, Minas Gerais. **Anais eletrônicos...** Caratinga, Minas Gerais: UNEC, 2007. Disponível em: <bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/índex.php/Uneco3>. Acesso em: 26 mar. 2011.

RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil**. Florianopolis: Editora Insular, 1997. Disponível em: <http//www.moreira.pro.br/histimprensasoc.htm>. Acesso em: 08 set. 2009.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República.** Uma Política de Acomodação. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA , 1975.

SANTOS, Mário Augusto da Silva**. A República do Povo**: Sobrevivência e Tensão. Salvador: EDUFBA, 2001.

_____**O Movimento Republicano na Bahia**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1990.

SAVIANNI, Dermeval. **As Concepções Pedagógicas na História da Educação** Brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANNI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

SILVA, Jorge E. **O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as primeiras Lutas Operárias (1890 – 1935)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. **Sociedade Montepio dos Artistas no Estado da Bahia:** Elo dos trabalhadores em Salvador. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia; Fundação Cultural; EGBA, 1998.

SOARES, Cecília C. Moreira. **A Mulher Negra no XIX**. Salvador: EDUNEB, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima. Demandas Populares pela Educação na primeira república: aspectos da Modernidade Brasileira. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, ano 6, n.12, p. 63-70, jan./dez., 1992. Disponível em: <www. seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/1136/10>. Acesso em: 10 nov. 2009.

SCHUELER, Alessandra Frota Martins de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação Escolar na Primeira República: memória, história e perspectiva de pesquisa. **Tempo**, Niterói , v.13, n.26, p.32-55, jan. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2010.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** São Paulo: Editora da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

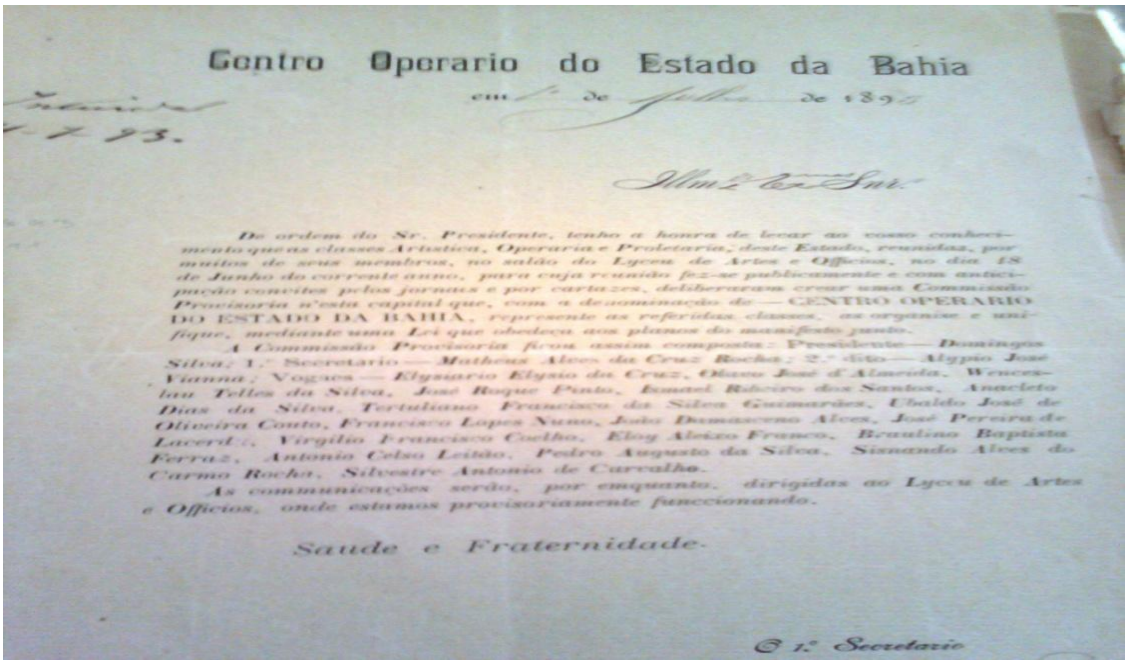
THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa:** A árvore da liberdade. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VIANNA, Marli de Almeida Gomes. A Preocupação do Movimento Operário com a Educação. In: **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n.1, p.253-272, jan/jun. 2008. Disponível em: <http// www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: 28 maio 2009

ANEXOS

ANEXO A – Foto do ofício encaminhado a Câmara dos Deputados em 1893

Fonte – Arquivo Público do Estado da Bahia



Centro Operario do Estado da Bahia

em 1º de Julho de 1893

Illm.º Sr.

De ordem do Sr. Presidente, tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que as classes Artistica, Operaria e Proletaria, deste Estado, reunidas, por muitos de seus membros, no salão do Lyceu de Artes e Officios, no dia 18 de Junho do corrente anno, para cuja reunião fez-se publicamente e com anticipação convites pelos jornaes e por cartazes, deliberaram crear uma Commissão Provisoria n'esta capital que, com a denominação de — CENTRO OPERARIO DO ESTADO DA BAHIA, represente as referidas classes, as organise e unifique, mediante uma Lei que obedeça aos planos do manifesto junto.

A Commissão Provisoria ficou assim composta: Presidente — Domingos Silva; 1.º Secretario — Matheus Alves da Cruz Rocha; 2.º dito — Alypio José Vianna; Vogaes — Elysiario Elysio da Cruz, Oliveu José d'Almeida, Wenceslau Telles da Silva, José Roque Pinto, Ismael Ribeiro dos Santos, Anacleto Dias da Silva, Tertuliano Francisco da Silva Guimarães, Chaldo José de Oliveira Couto, Francisco Lopes Nuno, João Damasceno Alves, José Pereira de Lacerda, Virgilio Francisco Coelho, Eloy Alexio Franco, Braulino Baptista Ferraz, Antonio Celso Leitão, Pedro Augusto da Silva, Simnando Alves do Carmo Rocha, Silvestre Antonio de Carvalho.

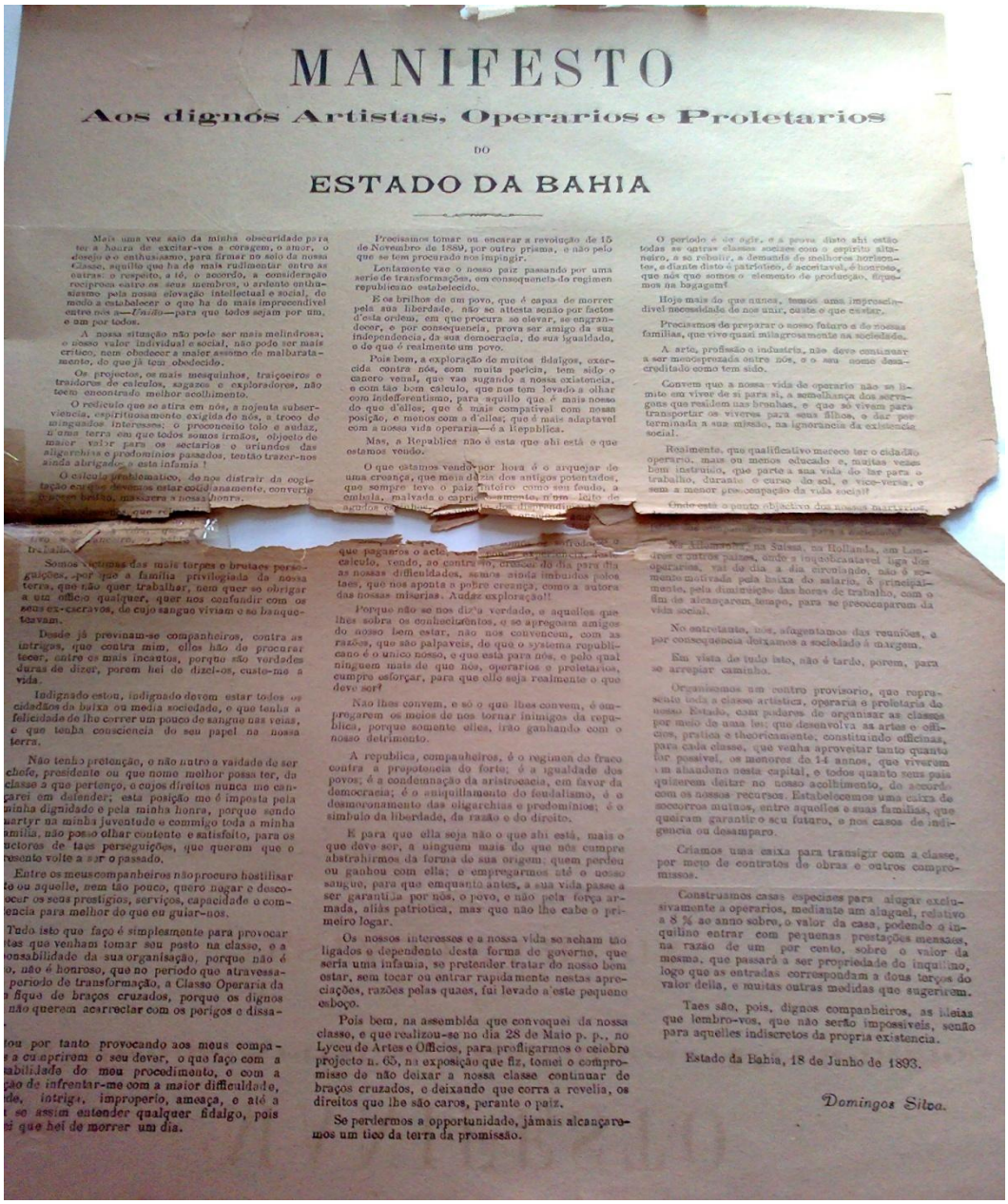
As communicações serão, por emquanto, dirigidas ao Lyceu de Artes e Officios, onde estamos provisoriamente funccionando.

Saude e Fraternidade.

O 1.º Secretario

ANEXO B – Foto do manifesto escrito por Domingos Silva, em 18 de junho de 1893

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia



MANIFESTO

Aos dignos Artistas, Operarios e Proletarios

DO

ESTADO DA BAHIA

Mais uma vez sahi da minha obscuridade para ter a honra de excitar-vos a coragem, o amor, o desejo e o enthusiasmo, para firmar no solo da nossa Classe, aquillo que ha de mais rudimentar entre as outras: o respeito, a fé, o accordo, a consideração reciproca entre os seus membros, o ardente enthusiasmo pela nossa elevação intellectual e social, do medo a estabelecer o que ha de mais imprecendivel entre nos a—*União*—para que todos sejam por um, e um por todos.

A nossa situação não pode ser mais melindrosa, o nosso valor individual e social, não pode ser mais critico, nem obedecer a maior assomo de malbaratamento, do que já tem obedecido.

Os projectos, os mais mesquinhos, traiçoeiros e traidores de calculos, sagazes e exploradores, não teem encontrado melhor acolhimento.

O ridiculo que se atira em nós, a nojenta subserviencia, espirituosamente exigida de nós, a troco de minguados interesses; o preconceito tolo e audaz, n'uma terra em que todos somos irmãos, objecto de maior valor para os sectarios e uriundos das oligarchias e predominios passados, então trazer-nos ainda abrigados a esta infamia!

O calculo problematico, de nos distrahir da cogitação em que devemos estar cotidianamente, converte [illegible] nossa honra.

Precisamos tomar ou encarar a revolução de 15 de Novembro de 1889, por outro prisma, e não pelo que se tem procurado nos impingir.

Lentamente vae o nosso paiz passando por uma serie de transformações, em consequencia do regimen republicano estabelecido.

E os brilhos de um povo, que é capaz de morrer pela sua liberdade, não se attesta senão por factos d'esta ordem, em que procura se elevar, se engrandecer, e por consequencia, prova ser amigo da sua independencia, da sua democracia, de sua igualdade, e do que é realmente um povo.

Pois bem, a exploração de muitos fidalgos, exercida contra nós, com muita pericia, tem sido o cancro venal, que vae sugando a nossa existencia, e com tão bom calculo, que nos tem levado a olhar com indifferentismo, para aquillo que é mais nosso do que d'elles, que é mais compativel com nossa posição, e menos com a d'elles; que é mais adaptavel com a nossa vida operaria—é a Republica.

Mas, a Republica não é esta que ahi está o que estamos vendo.

O que estamos vendo por hora é o arrojar de uma creança, que mesmo dizia dos antigos potentados, que sempre teve o paiz inteiro como seu feudo, a cumiada, malvada e caprichosamente, n'um jogo de [illegible]

O periodo é de agir, e a prova disto ahi estão todas as outras classes sociaes com o espirito altaneiro, a se rebellir, a demanda de melhores horizontes, e diante disto é patriotico, é necessavel, é honroso, que nós que somos o elemento de producção, riquemos na bagagem!

Hoje mais do que nunca, temos uma impreterivel necessidade de nos unir, neste ou naquelle.

Precisamos de preparar o nosso futuro e de nossas familias, que vive quasi milagrosamente na sociedade.

A arte, profissão e industria, não deve continuar a ser menosprezada entre nós, e o seu nome descreditado como tem sido.

Convem que a nossa vida de operario não se limite em viver de si para si, a semelhança dos escravagos que residem nas brunhas, e que só vivam para transportar os viveres para seus filhos, e dar por terminada a sua missão, na ignorancia da existencia social.

Realmente, que qualificativo merece ter o cidadão operario, mais ou menos educado e, muitas vezes bem instruido, que parte a sua vida do lar para o trabalho, durante o curso do sol, e vice-versa, e sem a menor preoccupação da vida social?

Onde está o ponto objectivo dos nossos [illegible]

Somos victimas das mais torpes e brutaes perseguições, por que a familia privilegiada da nossa terra, que não quer trabalhar, nem quer se obrigar a um officio qualquer, quer nos confundir com os seus ex-escravos, de cujo sangue viviam e se banqueteavam.

Desde já previnam-se companheiros, contra as intrigas, que contra mim, elles hão de procurar tecer, entre os mais incautos, porque são verdades duras de dizer, porem hei de dizel-os, custe-me a vida.

Indignado estou, indignado devem estar todos os cidadãos da baixa ou media sociedade, e que tenha a felicidade de lhe correr um pouco de sangue nas veias, e que tenha consciencia do seu papel na nossa terra.

Não tenho pretenção, e não outro a vaidade de ser chefe, presidente ou que nome melhor possa ter, da classe a que pertenço, e cujos direitos nunca me cansarei em defender; esta posição me é imposta pela minha dignidade e pela minha honra, porque sendo martyr na minha juventude e commigo toda a minha familia, não posso olhar contente e satisfeito, para os auctores de taes perseguições, que querem que o presente volte a ser o passado.

Entre os meus companheiros não procuro hostilisar este ou aquelle, nem tão pouco, quero negar e desconhecer os seus prestigios, serviços, capacidade e competencia para melhor do que eu guiar-nos.

Tudo isto que faço é simplesmente para provocar [illegible] que venham tomar seu posto na classe, e a responsabilidade da sua organisação, porque não é [illegible], não é honroso, que no periodo que atravessamos periodo de transformação, a Classe Operaria da [illegible] fique de braços cruzados, porque os dignos [illegible] não querem acarrectar com os perigos e dissa-

[illegible] ou por tanto provocando aos meus companheiros a cumprirem o seu dever, o que faço com a [illegible] habilidade do meu procedimento, e com a [illegible] acção de infrentar-me com a maior difficuldade, [illegible] de, intriga, improperio, ameaça, e até a [illegible] se assim entender qualquer fidalgo, pois [illegible] é que hei de morrer um dia.

Se perdermos a opportunidade, jámais alcançaremos um tico da terra da promissão.

Na Allemanha, na Suissa, na Hollanda, em Londres e outros paizes, onde a inquebrantavel liga dos operarios, vai de dia a dia circumdando, não é somente motivada pela baixa do salario, é principalmente, pela diminuição das horas de trabalho, com o fim de alcançarem tempo, para se preoccuparem da vida social.

No entretanto, nós, afugentamos das reuniões, e por consequencia deixamos a sociedade á margem.

Em vista de tudo isto, não é tarde, porem, para se arrepiar caminho.

Organisemos um centro provisorio, que represente toda a classe artistica, operaria e proletaria do nosso Estado, com poderes de organisar as classes por meio de uma lei; que desenvolva as artes e officios, pratica e theoricamente; constituindo officinas, para cada classe, que venha aproveitar tanto quanto for possivel, os menores de 14 annos, que viverem [illegible] abandono nesta capital, e todos quanto seus pais quizerem deitar no nosso acolhimento, de accordo com os nossos recursos. Estabelecemos uma caixa de soccorros mutuos, entre aquelles e suas familias, que queiram garantir o seu futuro, e nos casos de indigencia ou desamparo.

Criamos uma caixa para transigir com a classe, por meio de contratos de obras e outros compromissos.

Construamos casas especiaes para alugar exclusivamente a operarios, mediante um aluguel, relativo a 8 % ao anno sobre, o valor da casa, podendo o inquilino entrar com pequenas prestações mensaes, na razão de um por cento, sobre o valor da mesma, que passará a ser propriedade do inquilino, logo que as entradas correspondam a dous terços do valor della, e muitas outras medidas que sugerirem.

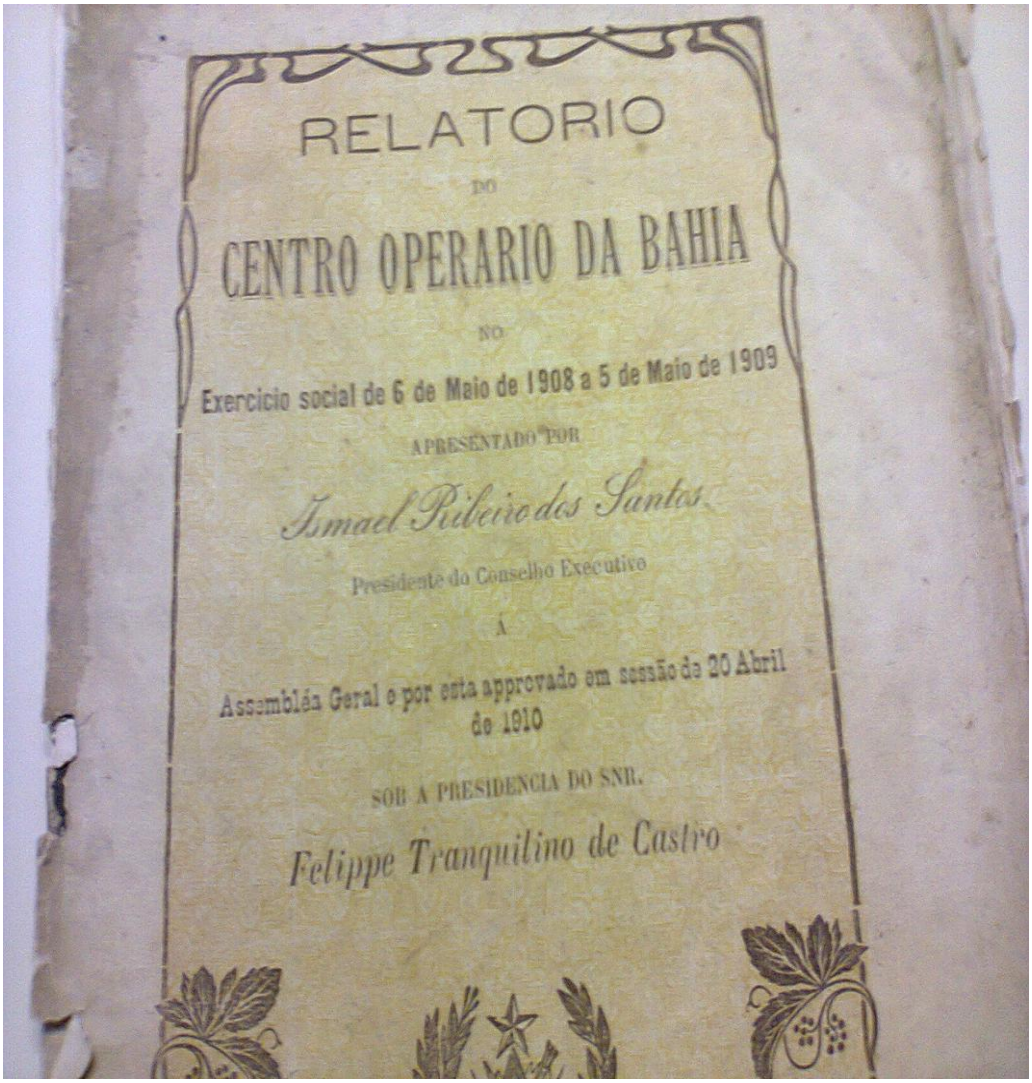
Taes são, pois, dignos companheiros, as ideias que lembro-vos, que não serão impossiveis, senão para aquelles indiscretos da propria existencia.

Estado da Bahia, 18 de Junho de 1893.

Domingos Silva.

ANEXO C – Foto da capa do relatório do Conselho Executivo do Centro Operário - 1908 a 1909.

Fonte: Coordenação de Obras Raras da Biblioteca do Estado da Bahia

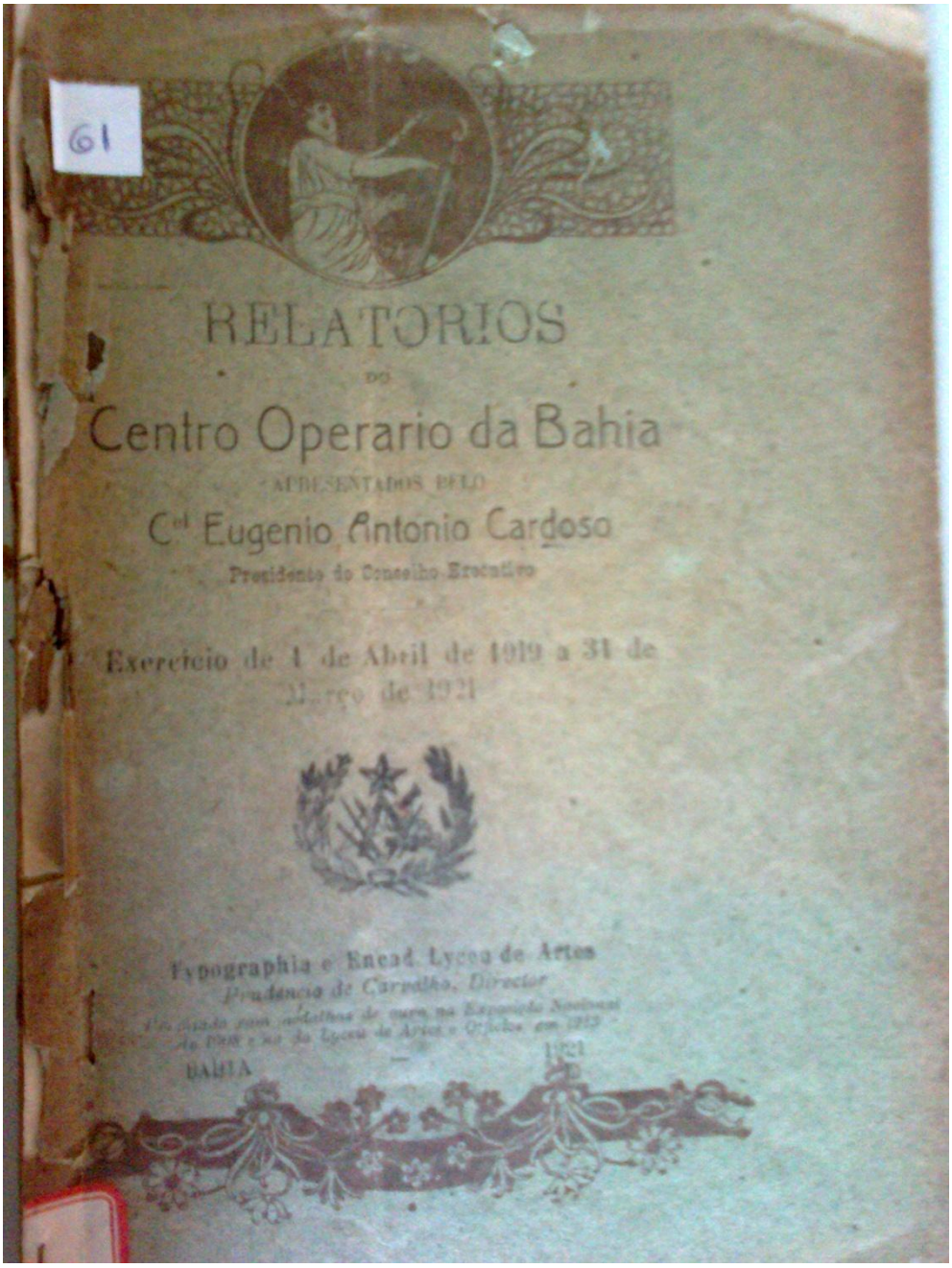


ANEXO D – Foto da capa do relatório do Conselho Executivo do Centro Operário - 1918 a 1919

Fonte: Biblioteca do Arquivo Público do Estado da Bahia

ANEXO E - Foto da capa do relatório do Conselho Executivo do Centro Operário - 1919 a 1921

Fonte: Biblioteca do Arquivo Público do Estado da Bahia.



ANEXO F – Foto da capa do relatório do Conselho Executivo da Associação Centro Operário da Bahia – 1952 a 1953

Fonte: Coordenação de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia

ANEXO G – Jornal Bahia Hoje, 08 maio 1994

Fonte: Arquivo Público Municipal

ANEXO H – Jornal da Bahia, 07 maio 1974

Fonte: Arquivo Público Municipal

CENTRO OPERÁRIO FESTEJA 80 ANOS

HADA DO CENTRO OPERÁRIO PRECISA DE UMA RECUPERAÇÃO

ANEXO I – Jornal Diário de Notícias, 07 maio 1974

Fonte: Arquivo Público Municipal

ANEXO J – Foto da ex- Sede da Associação Centro Operário da Bahia, local onde funcionou a Escola Domingos Silva até o ano de 1996

Largo do Pelourinho, nº 10